

RELATÓRIO



1^a Conferência Nacional **de Cultura¹**

Ministério da Cultura, agosto de 2006

Sumário

| | |
|--|-----|
| Apresentação | 03 |
| Parte I - Dados de Participação | |
| As conferências e a participação social | 05 |
| As conferências municipais e o Brasil | 07 |
| Conferências Estaduais de Cultura | 11 |
| Seminários Setoriais de Cultura | 12 |
| Plenária de Brasília | 13 |
| Parte II – Relatório Analítico | |
| Introdução: eixos de discussão, metodologia, conteúdos | 15 |
| 1. QUESTÕES MAIS VALORADAS | 16 |
| 1.1 Comunicação | 17 |
| 1.2 Orçamento | 17 |
| 1.3 Sistema Nacional de Cultura – SNC | 18 |
| 1.4 Educação | 18 |
| 2. CONCEITO DE CULTURA | 19 |
| 2.1 As Linguagens Artísticas, o Patrimônio Imaterial e Material e a Diversidade Cultural | 19 |
| 3. PRINCÍPIOS GERAIS DA CNC | 21 |
| 3.1 Democratização | 21 |
| 3.2 Inclusão Social | 21 |
| 3.4 Descentralização e Regionalização | 21 |
| 3.5 Bens, Domínios e Espaços Públicos para as Políticas Públicas | 22 |
| 4. GESTÃO E FINANCIAMENTO | 23 |
| 4.1 Estruturação Institucional | 23 |
| 4.2 Sistemas de Cultura | 26 |
| 4.3 Financiamento/Fomento à Cultura | 27 |
| 4.4 Avaliação | 28 |
| 5. CONHECIMENTO, EXPRESSÃO, DIFUSÃO | 29 |
| 5.1 Artes, Ofícios, Tradições e seus Mestres | 30 |
| 5.2 Políticas de Formação e de Valorização da Cultura no Processo Educacional | 30 |
| 5.3 Comunicação é Cultura | 31 |
| Notas e Comentários | 32 |
| ANEXO I | 37 |
| ANEXO II | 59 |
| ANEXO III | 64 |
| ANEXO IV | 107 |

APRESENTAÇÃO

Após três meses de trabalho intenso nos Municípios, Estados e nas reuniões setoriais realizadas nas cinco macrorregiões brasileiras, foi realizada, em dezembro de 2005, em Brasília, a Plenária Nacional da 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC ou 1ª CNC). Delegados e observadores, convidados de todo o País, debateram as propostas provenientes das Conferências Estaduais e do Distrito Federal, antecedidas pelas Conferências Municipais, Intermunicipais e pelos Seminários Setoriais de Cultura.

O quadro geral das conferências realizadas, com base em relatórios remetidos pelas comissões organizadoras de cada uma das conferências municipais, estaduais ou do Distrito Federal ao Ministério da Cultura, traduz um esforço nacional inédito de participação da sociedade brasileira, de órgãos, gestores governamentais e mandatários do poder legislativo na discussão e na formulação de propostas para a construção de um Plano efetivamente Nacional de Cultura.

O presente relatório procura traçar um panorama da mobilização realizada e organizar os principais tópicos debatidos e priorizados na reunião Plenária Nacional de Brasília.

À exceção de algumas observações de natureza legal ou de contextualização dos objetos e temas reportados, as matérias explicitadas foram diretamente colhidas nas diretrizes e complementos aprovados na 1ª CNC (o Anexo I). Procurou-se inserir comentários somente em notas na margem esquerda ou ao final deste Relatório.

Os resultados quantitativos em que se baseiam as tabelas e gráficos estão baseados em relatórios e comunicados encaminhados à Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura (SAI-MinC) pelos gestores e coordenadores de conferências dos Municípios e Estados, conforme definição prévia no Regulamento da 1ª CNC, e solicitação encaminhada aos Prefeitos dos 5.564 municípios brasileiros em março de 2006. Na compilação dos dados não foram consideradas estimativas de participação em programações de atividades paralelas ou subsidiárias (espetáculos, debates abertos etc) às pré-conferências e conferências realizadas. Estamos considerando, para o relatório quantitativo, os números de participação nos grupos de discussão e plenárias das pré-conferências e conferências. As dúvidas porventura verificadas foram abordadas com as coordenações estaduais ou municipais das conferências, antes do lançamento final dos dados neste relatório.

Ao procedermos à análise detida dos resultados da Conferência, temos a satisfação de avaliar o quão rica ela foi. Não seria nenhum atrevimento concluir que o nível de amadurecimento da área cultural – por toda a diversidade de agentes que compareceram a Brasília, como delegados ou participantes observadores – demonstra quanto o Brasil está preparado e consciente, para alçar um novo degrau na história das suas políticas culturais. Como temos dito, a cultura é gênero de primeira necessidade e, portanto, merecedora de prioridade e seriedade republicanas.

O Ministério da Cultura tem a satisfação de devolver à sociedade brasileira, às autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todo o País e a observadores internacionais o presente resultado, cumprindo com o dever de explicitar uma agenda política de que nos honramos em tornar pública.

Brasília, agosto de 2006,
Márcio Augusto Freitas de Meira
Coordenador Geral da 1ª Conferência Nacional de Cultura
Secretário de Articulação Institucional
Ministério da Cultura

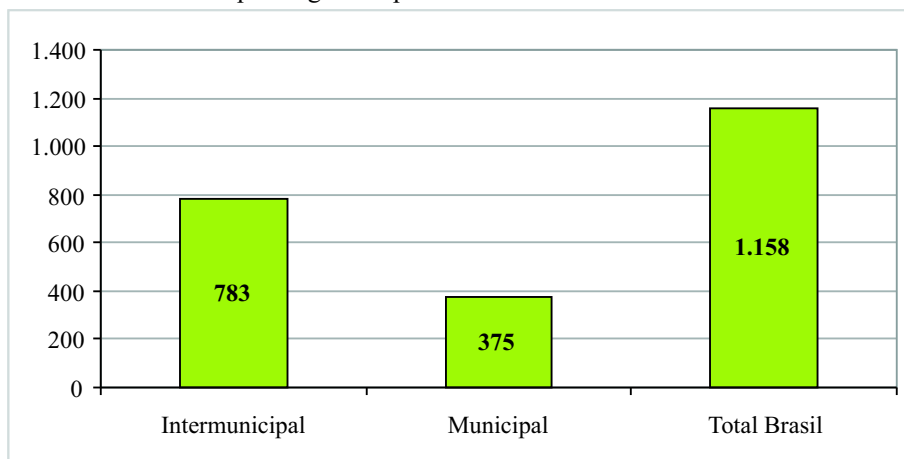
Parte I - Dados de Participação

No presente relatório, o leitor se deparará com possíveis dúvidas. Gostaríamos de esclarecer algumas delas, antes de se iniciar a leitura. Alguns poderão estranhar a ausência de municípios no Distrito Federal. Lembramos que, de acordo com o artigo 32 da Constituição Federal, é vedada a divisão do Distrito Federal em Municípios. Dessa forma, em todas as tabelas e gráficos constantes deste relatório, não há informações municipais referentes ao DF. A Secretaria de Articulação Institucional tem recebido informações sobre conferências realizadas em 2006. O presente relatório não traz, contudo, dados quantitativos pertinentes à realização das conferências posteriores a 2005, o ano da realização da 1ª CNC. Pretendemos oportunamente criar um instrumento de consolidação de dados das conferências municipais e estaduais realizadas em 2006, para a devida divulgação ao público interessado.

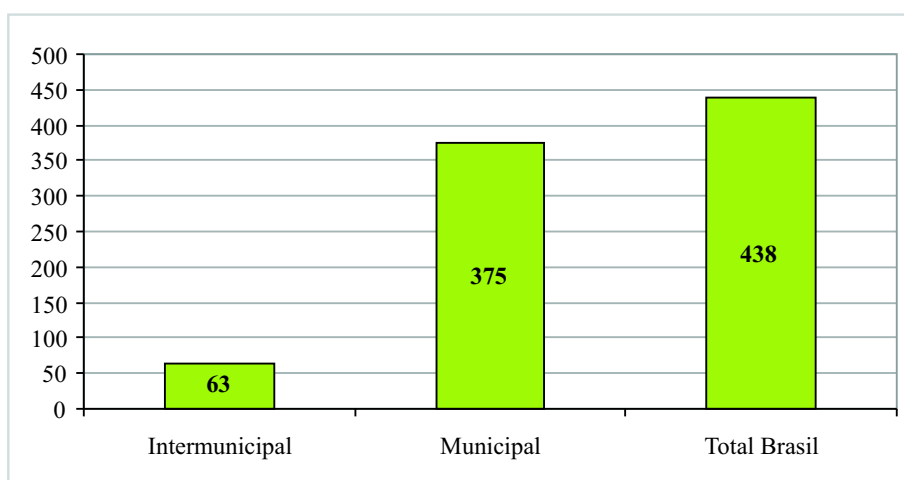
As conferências e a participação social

De acordo com os levantamentos realizados pela Secretaria de Articulação Institucional, setor do Ministério da Cultura responsável pela coordenação e a realização da CNC, 1158 Municípios, que participaram de um total de 438 conferências municipais e intermunicipais, 19 Estados e o DF, que realizaram conferências próprias, em 2005, integraram a 1ª CNC. O total de participantes diretos nas conferências municipais e intermunicipais é, segundo os dados levantados até o mês de julho de 2006, de 53.507 participantes. Os gráficos 1, 2 e 3 trazem a síntese desta participação.

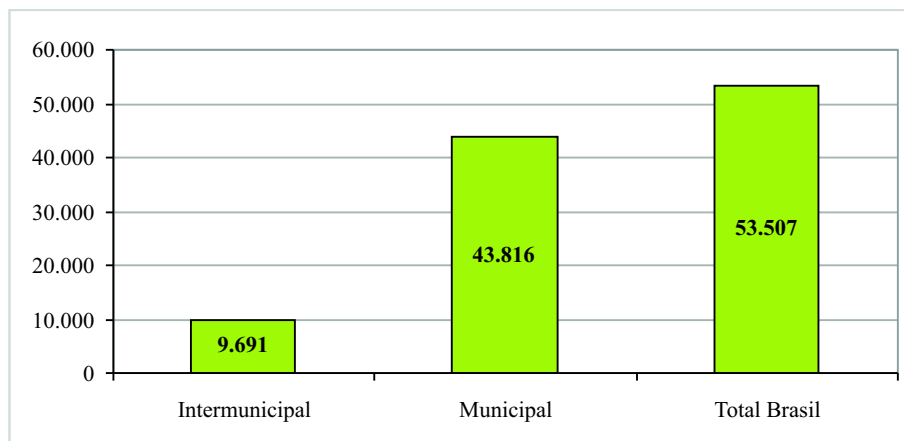
Gráf. 1 - N° de municípios segundo tipo de conferência realizada



Gráf. 2 - N° de conferências de municípios, segundo tipo de conferência realizada

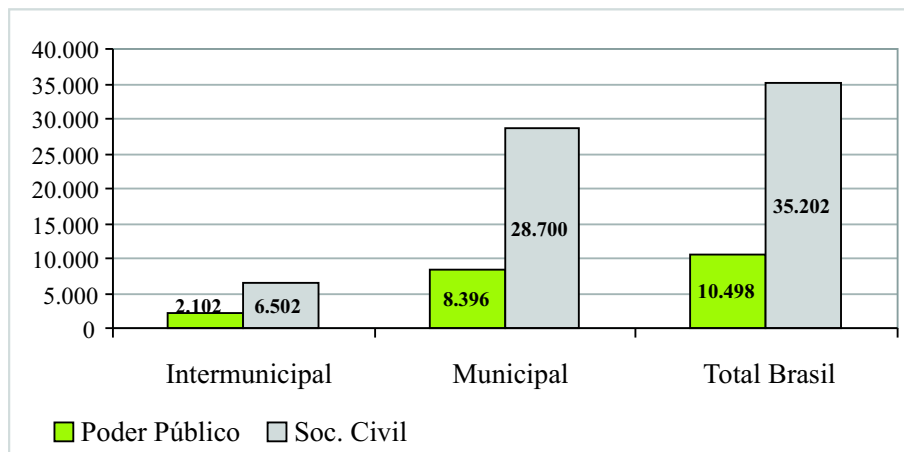


Gráf. 3 - N° de participantes, segundo tipo de conferências de municípios realizadas



Numa comparação entre conferências municipais e intermunicipais, as proporções entre participantes governamentais² e participantes da sociedade civil são similares. O gráfico 4 (cf. dados mais detalhados no Anexo IV) mostra a diferença das representações por modalidade ou tipo de conferência, excluídas as participações daqueles classificados como convidados e observadores, cerca de 15% do total explicitado no gráfico 3.

Gráf. 4 - Número de participantes, segundo tipo de conferência realizada e representação

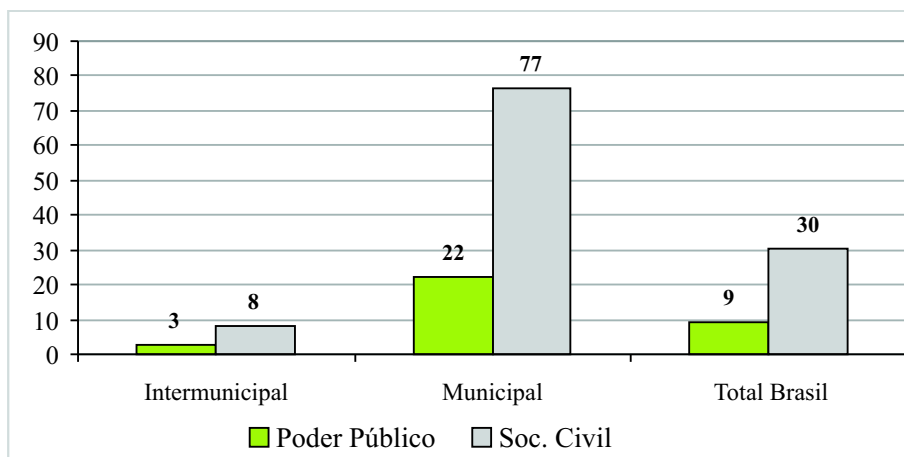


OBS: Nestes dados excluem-se os municípios que não discriminaram, no relatório, os participantes por tipo de representação (sociedade civil ou poder público/governamental).

Análises futuras sobre diretrizes aprovadas poderão, eventualmente, inferir resultados relacionados às diferentes proporções da participação *governamental X da sociedade civil*, mas acreditamos que a observação de tipologias se conformará mais às macrorregiões ou faixas populacionais a que os Municípios pertencem.

Fica, entretanto, patente que a participação nas conferências municipais foi numericamente muito mais expressiva do que nas intermunicipais, ou regionais (ver gráfico 5). Isso parece indicar que a conferência do tipo municipal facilita a participação social, isto é, serve mais ao propósito de aproximar as políticas públicas de cultura da sociedade. Contudo, a realização de conferências intermunicipais sinaliza a predisposição de Municípios de pensarem conjunta e regionalmente as suas políticas culturais. Ou seja, a constatação da maior participação numérica nas conferências municipais não exclui a necessidade de conferências ou encontros micro ou mesorregionais para pensar uma gestão integrada da cultura. A recíproca também é verdadeira, se o objetivo é fortalecer a participação social no debate das políticas públicas da cultura.

Graf.5 - Número médio de participantes, por Município, segundo tipo de conferência e tipo de representação

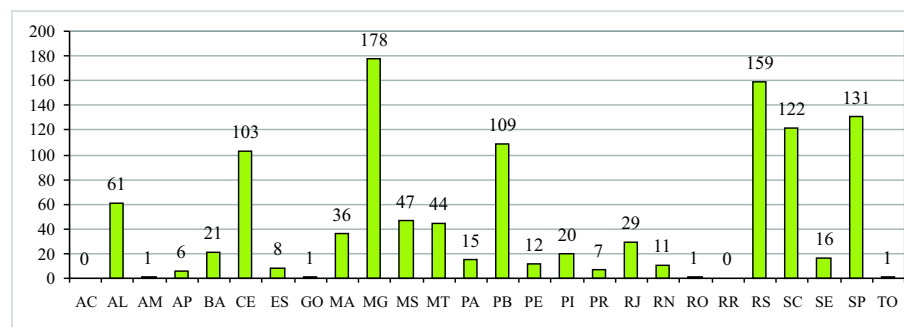


OBS: Nestes dados excluem-se os Municípios que não discriminaram, no relatório, os participantes por tipo de representação (sociedade civil ou poder público/governamental)

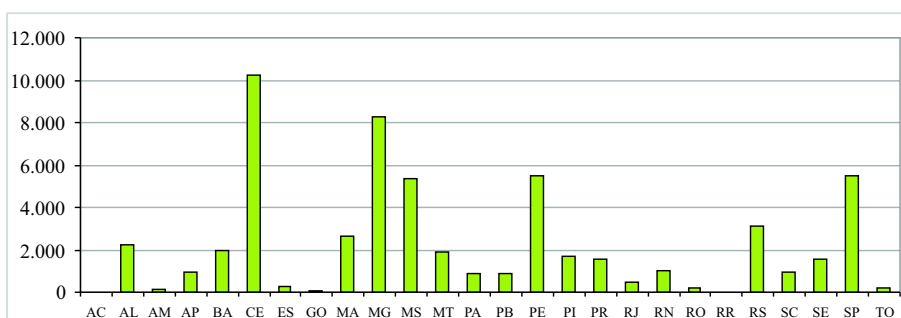
As conferências municipais e o Brasil

Outro fator a considerar é a extensão do esforço mobilizador da 1ª Conferência Nacional de Cultura, em âmbito municipal, pelo território brasileiro. Os gráficos 6 e 7 e a tabela 1 mostram o número de Municípios, o volume de participação e a proporção numérica e populacional que os mesmos representam em relação ao total dos Municípios e às populações totais de cada Estado brasileiro. Verificaremos ainda o grau de interiorização das conferências municipais ao excluirmos, do contingente populacional de cada estado, a população da capital.

Graf. 6 - Total de Municípios envolvidos em conferências municipais e intermunicipais de cultura



Graf. 7 - Total de participantes envolvidos em conferências municipais e intermunicipais



OBS: Neste gráfico incluem-se os dados das pré-conferências

Tabela 1 - Contingente populacional dos Municípios que realizaram conferências municipais e intermunicipais em relação às populações dos Estados

| UF | Total de Municípios do Estado | População total do Estado | População do Estado exceto capital | Número de conferências realizadas no Estado | Municípios envolvidos em conferências | % Municípios envolvidos em conferências | População dos Municípios envolvidos em conferências | % População dos Municípios envolvidos em conferências | População dos Municípios envolvidos em conferências exceto capital | % População dos Municípios envolvidos em conferências exceto capital |
|--------------|-------------------------------|---------------------------|------------------------------------|---|---------------------------------------|---|---|---|--|--|
| AC | 22 | 669.736 | 364.005 | 0 | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| AL | 102 | 3.015.912 | 2.112.449 | 5 | 61 | 60% | 2.302.905 | 76% | 1.399.442 | 66% |
| AM | 62 | 3.232.330 | 1.587.640 | 1 | 1 | 2% | 1.644.690 | 51% | 0 | 0% |
| AP | 16 | 594.587 | 239.179 | 6 | 6 | 38% | 522.753 | 88% | 167.345 | 70% |
| BA | 417 | 13.815.334 | 11.141.774 | 14 | 21 | 5% | 3.619.581 | 26% | 946.021 | 8% |
| CE | 184 | 8.097.276 | 5.722.332 | 96 | 103 | 56% | 5.627.612 | 70% | 3.252.668 | 57% |
| DF | 0 | 2.333.108 | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| ES | 78 | 3.408.365 | 3.095.053 | 2 | 8 | 10% | 1.641.353 | 48% | 1.328.041 | 43% |
| GO | 246 | 5.619.917 | 4.418.911 | 1 | 1 | 0% | 119.493 | 2% | 119.493 | 3% |
| MA | 217 | 6.103.327 | 5.124.503 | 14 | 36 | 17% | 1.069.207 | 18% | 1.069.207 | 21% |
| MG | 853 | 19.237.450 | 16.862.121 | 70 | 178 | 21% | 9.595.782 | 50% | 7.220.453 | 43% |
| MS | 78 | 2.264.468 | 1.514.700 | 47 | 47 | 60% | 1.742.362 | 77% | 992.594 | 66% |
| MT | 141 | 2.803.274 | 2.269.474 | 19 | 44 | 31% | 1.703.983 | 61% | 1.170.183 | 52% |
| PA | 143 | 6.970.586 | 5.564.715 | 3 | 15 | 10% | 1.833.249 | 26% | 427.378 | 8% |
| PB | 223 | 3.595.886 | 2.935.088 | 7 | 109 | 49% | 2.414.355 | 67% | 1.753.557 | 60% |
| PE | 185 | 8.413.593 | 6.912.585 | 12 | 12 | 6% | 2.916.035 | 35% | 1.415.027 | 20% |
| PI | 223 | 3.006.885 | 2.218.112 | 20 | 20 | 9% | 1.172.336 | 39% | 383.563 | 17% |
| PR | 399 | 10.261.856 | 8.503.952 | 7 | 7 | 2% | 2.806.217 | 27% | 1.048.313 | 12% |
| RJ | 92 | 15.383.407 | 9.289.224 | 3 | 29 | 32% | 11.335.078 | 74% | 5.240.895 | 56% |
| RN | 167 | 3.003.087 | 2.225.047 | 6 | 11 | 7% | 1.390.342 | 46% | 612.302 | 28% |
| RO | 52 | 1.534.594 | 1.160.677 | 1 | 1 | 2% | 373.917 | 24% | 0 | 0% |
| RR | 15 | 391.317 | 149.138 | 0 | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| RS | 496 | 10.845.087 | 9.416.391 | 28 | 159 | 32% | 4.942.355 | 46% | 3.513.659 | 37% |
| SC | 293 | 5.866.568 | 5.469.790 | 9 | 122 | 42% | 4.230.133 | 72% | 3.833.355 | 70% |
| SE | 75 | 1.967.791 | 1.469.172 | 16 | 16 | 21% | 850.730 | 43% | 352.111 | 24% |
| SP | 645 | 40.442.795 | 29.514.810 | 45 | 131 | 20% | 8.741.347 | 22% | 8.741.347 | 30% |
| TO | 139 | 1.305.728 | 1.097.563 | 1 | 1 | 1% | 208.165 | 16% | 0 | 0% |
| Total | 5.564 | 184.184.264 | 140.378.405 | 433 | 1.139 | 20% | 72.803.980 | 40% | 44.986.954 | 32% |

Fazemos ainda duas discriminações importantes para se avaliar a extensão das conferências realizadas. A primeira (tabela 2), envolvendo a quantidade de microrregiões estaduais com municípios que organizaram conferências próprias ou que integraram alguma conferência intermunicipal - lembrando que muitas conferências intermunicipais ultrapassaram as linhas demarcatórias das microrregiões, para alcançarem dimensão mesorregional ou maior. A localização por microrregiões é um indicador geopolítico importante para ações futuras visando à ampliação da agenda cultural (e das políticas culturais) nos municípios e diferentes regiões nos Estados.

Tabela 2 – Microrregiões* com algum Município tendo realizado ou participado de conferência municipal ou intermunicipal

| UF | Microrregiões* | Microrregiões com Município(s) envolvido(s) em conferências | % de Microrregiões com Município(s) envolvido(s) em conferências |
|----|----------------|---|--|
| MS | 11 | 11 | 100% |
| AL | 13 | 12 | 92% |
| SC | 20 | 18 | 90% |
| CE | 33 | 29 | 88% |
| PB | 23 | 20 | 87% |
| MT | 22 | 18 | 82% |
| MG | 66 | 51 | 77% |
| SE | 13 | 10 | 77% |
| AP | 4 | 3 | 75% |
| RS | 35 | 26 | 74% |
| PI | 15 | 11 | 73% |
| SP | 63 | 43 | 68% |
| RJ | 18 | 12 | 67% |
| MA | 21 | 12 | 57% |
| PE | 19 | 6 | 32% |
| BA | 32 | 10 | 31% |
| ES | 13 | 4 | 31% |
| PA | 22 | 6 | 27% |
| RN | 19 | 5 | 26% |
| PR | 39 | 6 | 15% |
| RO | 8 | 1 | 13% |
| TO | 8 | 1 | 13% |
| AM | 13 | 1 | 8% |
| GO | 18 | 1 | 6% |
| AC | 5 | 0 | 0% |
| RR | 4 | 0 | 0% |
| DF | ----- | ----- | ----- |

* Microrregiões de acordo com divisão do IBGE

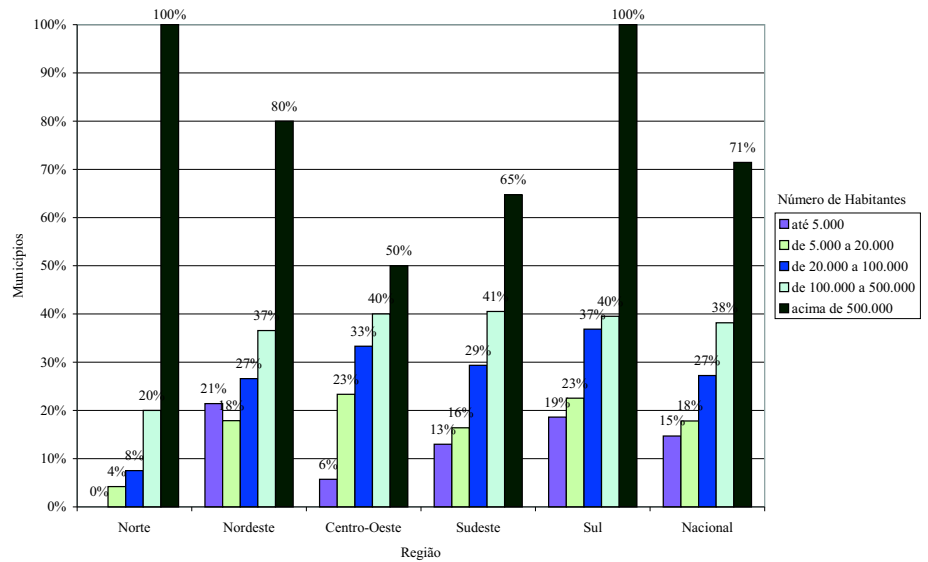
Além disso, apresentamos um retrato do envolvimento dos Municípios de cada uma das cinco macrorregiões, pelas faixas populacionais municipais de que participam (cf. tabela 3 e gráfico 8). Se estes dados constatarem a realização de maior percentual de conferências realizadas em correspondência à ordem crescente das faixas populacionais a que pertencem os Municípios, por outro lado, mostram que em algumas regiões a mobilização já foi considerável em Municípios com menor contingente populacional. À exceção da região Norte (excluído o Amapá, com bom número de conferências de Municípios), as demais regiões compareceram com percentual razoável de Municípios, nas diferentes faixas.

Tabela 3 – Porcentagem de municípios que realizaram conferência municipal e/ou intermunicipal na região, por macrorregião e faixa populacional*

| Região | Faixa Populacional - número de Habitantes | | | | |
|--------------|---|-------------------|---------------------|----------------------|------------------|
| | até 5.000 | de 5.000 a 20.000 | de 20.000 a 100.000 | de 100.000 a 500.000 | acima de 500.000 |
| Norte | 0% | 4% | 8% | 20% | 100% |
| Nordeste | 21% | 18% | 27% | 37% | 80% |
| Centro-Oeste | 6% | 23% | 33% | 40% | 50% |
| Sudeste | 13% | 16% | 29% | 41% | 65% |
| Sul | 19% | 23% | 37% | 40% | 100% |
| Nacional | 15% | 18% | 27% | 38% | 71% |

* Ver as faixas populacionais por Estados, no Anexo IV (tabelas 5.1 a 5.5)

Gráf. 8 – Porcentagem de municípios envolvidos em conferências, por macrorregião e faixa populacional



Conferências Estaduais de Cultura

O quadro das Conferências Estaduais de Cultura é também significativo da participação do País em todo o processo da 1ª CNC. O mapa e a tabela 4 a seguir resumem a participação nestas conferências, geralmente reflexo da mobilização ocorrida no âmbito dos municípios³.



Tabela 4 - Conferências Estaduais

| Conferências Estaduais | SC | PP | SC + PP | Convidados | Total |
|-------------------------------|--------------|--------------|----------------|-------------------|--------------|
| Acre | 223 | 53 | 276 | 2 | 278 |
| Alagoas | 300 | 74 | 374 | 64 | 438 |
| Amapá | 196 | 5 | 201 | 30 | 231 |
| Amazonas | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Bahia | 168 | 80 | 248 | 0 | 248 |
| Ceará | 433 | 116 | 549 | 17 | 566 |
| Distrito Federal | 180 | 47 | 227 | 0 | 227 |
| Espírito Santo | 246 | 216 | 462 | 0 | 462 |
| Goiás | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Maranhão | 297 | 65 | 362 | 50 | 412 |
| Mato Grosso | 129 | 59 | 188 | 212 | 400 |
| Mato Grosso do Sul | 238 | 65 | 303 | 166 | 469 |
| Minas Gerais | 425 | 191 | 616 | 84 | 700 |
| Pará | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Paraíba | 160 | 40 | 200 | 10 | 210 |
| Paraná | 269 | 135 | 404 | 0 | 404 |
| Pernambuco | 338 | 50 | 388 | 22 | 410 |
| Piauí | 74 | 26 | 100 | 24 | 124 |
| Rio de Janeiro | 30 | 6 | 36 | 20 | 56 |
| Rio Grande do Norte | 172 | 34 | 206 | 31 | 237 |
| Rio Grande do Sul | 210 | 82 | 292 | 22 | 314 |
| Rondônia | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Roraima* | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Santa Catarina | 179 | 38 | 217 | 5 | 222 |
| São Paulo | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Sergipe | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Tocantins | 530 | 115 | 645 | 42 | 687 |
| Total Geral | 4.797 | 1.497 | 6.294 | 801 | 7.095 |

* Estado realizou conferência em 2006.

Seminários Setoriais de Cultura

Numa iniciativa diferenciada das conferências federativas, o MinC, juntamente com a Comissão de Educação e Cultura (CEC) da Câmara dos Deputados, os sistemas CNI/Sesi/Senai, CNC/Sesc/Senac, a Unesco, a Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI), Municípios e/ou Estados sede dos eventos, estruturou os Seminários Setoriais de Cultura, nas cinco macrorregiões brasileiras. A experiência foi inicialmente concebida para ser realizada juntamente com iniciativas setoriais para promoção de debates regionais focados nos campos da cultura trabalhados pelas câmaras setoriais, pela área de preservação do patrimônio, e pelas políticas para as culturas populares. Mas a pedra de toque dos Seminários foi de fato o casamento entre as vontades do MinC e das instituições parceiras, com vistas à realização de escutas da sociedade organizada da área cultural nas macrorregiões. Os Seminários obedeceram à inscrição de representantes de organizações e movimentos da sociedade civil (cf. números de participantes na tabela 5), diferenciando-se portanto das conferências de Municípios, abertas a todos os cidadãos.

O formato deverá ser aperfeiçoado nas próximas edições, ressaltando-se que a modalidade mais flexível de evento enseja sua organização em periodicidade diferenciada e mais freqüente do que a da Conferência Nacional de Cultura, e a partir de motivações e facilidades de mobilização macrorregionais, também reveladoras e valorizadoras de aspectos singulares e diferenciados da realidade social e cultural brasileira.

A organização dos seminários setoriais privilegiou encontros em cidades pólos no interior das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, além de Cuiabá e Manaus, pelas regiões Centro-Oeste e Norte. Isto sinalizou o propósito de interiorização das políticas e dos debates culturais, em sintonia com as propostas de descentralização e regionalização aclamadas pela 1ª CNC.

Tabela 5 – Seminários Setoriais de Cultura - 2005

| Seminários Setoriais | Data | Participantes | Delegados |
|-------------------------------|-------------|----------------------|------------------|
| Centro-Oeste - Cuiabá | 23 a 25/09 | 114 | 22 |
| Nordeste - Petrolina/Juazeiro | 04 a 09/10 | 100 | 20 |
| Sul - Londrina | 04 a 06/11 | 80 | 16 |
| Sudeste - Juiz de Fora | 11 a 13/11 | 157 | 38 |
| Norte - Manaus | 18 a 20/11 | 130 | 28 |
| Total | | 581 | 124 |

Plenária de Brasília

A Plenária da 1ª CNC é o momento em que todos os delegados – indicados pelas Conferências Estaduais (a maior parte delas precedidas por conferências municipais e intermunicipais), pelas reuniões de delegados de conferências municipais e intermunicipais dos Estados que não organizaram conferências estaduais e pelos Seminários Setoriais de Cultura – se reuniram para debater as propostas provenientes das conferências e seminários. A participação na Plenária é a indicada na tabela 6, abaixo. Os resultados são o objeto do relatório analítico – segunda parte do Relatório da 1ª Conferência Nacional de Cultura.

Tabela 6 – Participação na Plenária Nacional

| Plenária Nacional da 1ª CNC | |
|------------------------------------|-------------|
| Delegados da Sociedade Civil | 640 |
| Delegados do Poder Público | 217 |
| Convidados / Observadores | 419 |
| Total * | 1276 |

* Dados não incluem n° de pessoas envolvidas na organização

Parte II - Relatório Analítico

Eixos de Discussão, Metodologia, Conteúdos

As propostas aprovadas pelas etapas municipais, estaduais e setoriais resultaram na estruturação de sub-eixos associados aos cinco temas orientadores da 1ª CNC, ficando da seguinte forma a organização das discussões na Plenária Nacional:

I. - Gestão Pública da Cultura – Sub-eixos:

I.A - Gestão Descentralizada, Participativa e Transversal,

I.B - Orçamento da Cultura,

I.C - Sistema Nacional de Cultura;

II. - Cultura é Direito e Cidadania – Sub-eixos:

II.A - Cultura e Educação,

II.B - Cultura Digital,

II.C - Diversidade, Identidade e Redes Culturais,

II.D - Democratização do Acesso aos Bens Culturais;

III. - Economia da Cultura – Sub-eixos:

III.A - Financiamento da Cultura,

III.B - Mapeamento e Fortalecimento das Cadeias Produtivas;

IV. - Patrimônio Cultural – Sub-eixos:

IV.A - Educação Patrimonial,

IV.B - Identificação e Preservação do Patrimônio Cultural,

IV.C - Sistema de Financiamento e Gestão do Patrimônio Cultural,

IV.D - Políticas de Museus;

V. - Comunicação é Cultura – Sub-eixos:

V.A - Democratização dos Meios de Comunicação,

V.B - Regionalização e Descentralização da Programação Cultural das Emisoras de Rádio e TV.

Os grupos de discussão se organizaram em torno desses sub-eixos e, ao final, submeteram à Plenária um total de 67 propostas de diretrizes, organizadas por cada um dos eixos temáticos [cf. Anexo I].

Conforme a metodologia empregada, todos os participantes puderam opinar sobre as minutas de propostas acordadas nos grupos de discussão. Tais considerações (sugestões de emendas, opiniões) foram avaliadas pelos grupos responsáveis pelas propostas, antes de serem as mesmas apresentadas e submetidas, com redação definitiva, à Plenária Final. Nenhuma proposta encaminhada pelos grupos de discussão foi descartada. Mas a *avaliação* identifica os graus de priorização pelo conjunto dos delegados da Conferência – por eixo temático e pela totalidade das propostas*.

Das propostas elencadas e valoradas, conforme retratam os Anexos I e II deste relatório, ressaltam quatro questões basilares para a política cultural – comunicação, orçamento, Sistema Nacional de Cultura e educação. As três primeiras, as mais valoradas, a quarta, a demanda mais freqüente nos diferentes Eixos e Sub-eixos tratados.

A contribuição da 1ª CNC vai, contudo, muito além. Diferentes proposições,

* O Anexo II reproduz as 30 propostas (diretrizes) mais valoradas, no conjunto da CNC.

palavras, expressões-chave reiteradas ao longo da elaboração e redação final das propostas, pelos diferentes grupos dos temas ou subtemas abordados, produzem um elenco de metas e diretrizes subsidiárias da elaboração do programa de trabalho, que deverá integrar o Plano Nacional de Cultura. Diversos tópicos interagem e fazem interagir diferentes aspectos que vêm compor as orientações gerais e questões propostas pela Conferência, para a gestão da cultura no País. Assim, procuramos estruturar as questões-chave de modo a, juntamente com os quatro temas preliminarmente ressaltados, esboçar a proposta-relatório da Conferência Nacional de Cultura, para o Plano Nacional de Cultura.

Salientamos que a leitura e ordenamento dos temas e conteúdos, a seguir, não substitui a redação das proposições, expressas no Anexo I deste relato, em observação ao efetivamente votado ou *valorado* pela Plenária Final da 1ª CNC, em 16 de dezembro de 2005.

Agrupamos os fios condutores da 1ª CNC nos seguintes campos:

1. Questões mais valoradas: Comunicação, Orçamento, Sistema Nacional de Cultura e Educação;
2. Conceito de Cultura: Linguagens Artísticas, Patrimônio e Diversidade Cultural;
3. Princípios Gerais da CNC: Democratização, Inclusão Social, Regionalização/Descentralização, Publicidade/Espaços Públicos;
4. Gestão, Financiamento: Institucionalidade, Sistemas de Cultura, Financiamento/ Fomento/ Seguridade, Avaliação;
5. Conhecimento, Difusão, Expressão: Mestres Populares, Formação e Informação/Comunicação.

Observe-se que alguns dos temas constantes das propostas mais valoradas são reiterados ao longo do ordenamento aqui proposto, pela pertinência e vinculação das matérias aos eixos ou aspectos da condução das políticas públicas levantados na presente exposição.

1. QUESTÕES MAIS VALORADAS

Destacamos a comunicação, o orçamento, o sistema de gestão e a educação como estruturantes da dinâmica cultural brasileira. Afinal, os meios modernos de comunicação são os veículos mais presentes na transmissão dos valores culturais e devem ser comprometidos com a irradiação da cultura – na diversidade das expressões e manifestações culturais e das diferentes regiões do País, grifou a Conferência – e com o processo educacional, do qual a cultura não está ou não pode estar dissociada.

A política pública cultural não prescinde de recursos orçamentários e, considerada a efetividade destes nas pontas, tais recursos devem ser assegurados nos orçamentos governamentais dos Municípios, dos Estados e da União, previstos os mecanismos de transferência, para equilíbrio e equidade entre as diferentes regiões e localidades que compõem a nação brasileira.

A efetividade de tais políticas só alcançará ser empreendida e avaliada por um sistema de gestão articulado – para a otimização dos investimentos –, e com participação qualificada pelo grau de informação agregado aos processos decisórios e pela qualificação do funcionamento do Estado e dos próprios agentes sociais, que passam, enquanto representantes, a integrar o conceito de Poder Público que a Conferência consagra e que nós abraçamos. Tal sistema está batizado como o Sistema Nacional de Cultura.

Os meios de comunicação, como a TV Digital e a Internet, tornarão certamente mais fluida a informação para o exercício cidadão, e o Sistema, para além da participação social na definição e no acompanhamento de Planos e Prioridades, será efetivado por uma garantia orçamentária que deve alimentar tal gestão, pública e federativa.

A educação, enfim, é o instrumento cotidiano e sacramentado pela Nação como estruturante – desde a primeira idade – dos valores que devem compor o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. E a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” é princípio básico a ser perseguido pelas instituições de ensino*.

1.1 Comunicação

Os delegados provenientes de todo o País elegeram a Comunicação como a questão número um da área cultural. Bem sabemos que a comunicação é veículo presente na casa de todos os cidadãos brasileiros. A Conferência teve esta consciência e agregou, ao tema – e à Lei Geral de Comunicação, que nos cabe consagrar –, os atributos da descentralização e regionalização, da universalização, da democratização, do fortalecimento dos meios alternativos e comunitários, da participação da sociedade civil nos processos de concessão de canais ou ondas eletromagnéticas de comunicação. A Conferência explicita a matéria referindo-se, via de regra, ao Projeto de Lei no 256/1991 – que propõe a regulamentação do princípio da regionalização, explicitado no inciso III do artigo 221 da Constituição Federal.

A Conferência é afirmativa da urgência da articulação das políticas públicas de comunicação e cultura. Sabemos, afinal, o quanto os meios de comunicação estão a ditar padrões culturais, comportamentais, inclusive, linguageiros e onomásticos ao cotidiano do Brasil e dos brasileiros.

1.2 Orçamento

A 1ª CNC indica a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 150/2003, já aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, como o caminho a ser adotado para a devida responsabilização dos entes federados, com uma gestão de política cultural efetiva para todos os brasileiros. A garantia orçamentária constitucional proposta pela PEC significa, de fato, a libertação de uma área – que já não se pode considerar supérflua – das políticas ou medidas de contingenciamento que, cronicamente, atingem as gestões dos entes federados.

A proposta do Parlamento tem, aqui ressaltamos, uma sabedoria. Na medida em que boa parte dos Municípios brasileiros não gera receita própria, a PEC

* Cf. artigos 205 e 206-II da Constituição Federal.

estabelece que metade dos recursos constitucionais da União para Cultura, bem como dos Estados, seja canalizada para os Municípios. Assim, se propiciará mecanismos de positivação das iniciativas e serviços culturais nos Municípios, com o devido controle social das aplicações ou os investimentos que lhes forem destinados. Como fica patente nesta indicação e, como já é corrente na literatura especializada, cultura não se resolve pelas leis do mercado. Cultura é questão de Estado. Não se limitando a propor a adoção de um dever constitucional e as proporções obrigatórias dos entes federativos, a Conferência propõe o *modus operandi* desta política orçamentária, pela adoção de um Sistema de Financiamento Diversificado, que descreveremos, de acordo com as proposições sacramentadas na 1ª CNC, mais à frente.

1.3 Sistema Nacional de Cultura – SNC

A terceira questão estrutural apontada pela Conferência Nacional de Cultura – e também objeto de iniciativa do Parlamento, pela PEC nº 416/2005 – é o modo de gestão das políticas públicas, traduzido na implementação do Sistema Nacional de Cultura. Este ponto vem indicar que frutificou o trabalho que a presente gestão desempenhou, nas visitas aos Estados e Municípios, levando a idéia de um sistema de gestão, informação, formação e promoção de políticas públicas de cultura, articulando as três esferas federadas e a sociedade civil. Tal sistema, conforme referendado na Conferência, deve ser calçado pela institucionalização de Conselhos deliberativos e paritários, de Conferências, de instrumentos de Orçamento Participativo, Fundos e Planos de Cultura – com a necessária transparência, traduzida em Relatórios de Gestão, para o legítimo acompanhamento e compartilhamento pelos cidadãos.

É de se salientar que, ao promulgar o Decreto nº 5.520/2005 – no mesmo agosto em que o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 48, que instituiu a necessidade do Plano Nacional de Cultura (PNC) –, a União, dando o primeiro passo para a concretização do Sistema Federal de Cultura e a reestruturação do Conselho Nacional de Política Cultural, sinalizou, aos Estados e Municípios, sua visão sistêmica e participativa, particularmente no tocante ao modo de definição das prioridades gerais das políticas de Estado para a cultura. É preciso, porém, avançar mais e federativamente, sinalizou a Conferência⁴.

1.4 Educação

A urgência de uma política mais estruturada de formação é a demanda que mais compareceu na redação das proposições da Conferência. A formação se estende como medida difusa aos processos de promoção do desenvolvimento humano, compreendidas, nestes, as oportunidades de fruição e acesso; de trabalho, lazer e aprendizado com criatividade; de formação cidadã, de qualificação e capacitação. Pelo que se pode ler no conjunto das diretrizes e complementos aprovados pela 1ª CNC, a preocupação dos delegados com a qualificação da sociedade ampla e com as comunidades profissionais e os agentes da cultura posiciona essa questão como, de todas, a mais transversal, aquela que assegurará sustentabilidade ao desenvolvimento cultural que a sociedade brasileira, razoavelmente bem representada nesta Conferência, reclama. Além disso, a proposta de criação de um “programa nacional de formação cultural integrado ao SNC e ao PNC” emerge da Conferência, dentre aqueles mais valorados.

As manifestações da CNC sobre o processo educacional revelam a preocupação de seus participantes com a sustentabilidade dos fundamentos e princípios constitucionais do País e da sua sociedade, como também com a sustentabilidade e eficiência dos próprios processos educacionais. Isto é, a educação precisa ser qualificada para somar efetivamente para a formação cultural dos brasileiros, e especialmente das novas gerações.

Ao eleger propostas, que subsidiarão a formulação do Plano Nacional da Cultura, a Conferência vai diretamente ao encontro da revisão do Plano Nacional da Educação, em curso neste ano de 2006, e ao qual o Ministério da Cultura e o segmento cultural nos Estados se somam, com a melhor acolhida do Ministério da Educação e das comunidades educacionais dos Estados e Municípios.

A Conferência propõe reconhecer o notório saber e incentivar as atividades de artistas e mestres populares, *para o ensino, o fortalecimento das diversidades, a transmissão das tradições de culturas locais às novas gerações e, para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, como um todo*. A CNC defende o “mapeamento e valorização dos mestres populares” e a parceria MinC-MEC, que resulte em mecanismos para a comprovação pública da atuação de artistas e mestres vocacionados à transmissão da cultura e de técnicas. Está se afirmando, assim, que o conhecimento cultural, as artes e as técnicas artísticas ultrapassam, em muitos casos, as amarras formais e os cânones acadêmicos das instituições oficiais do ensino (e, porque não dizer, da cultura), sendo muitas técnicas conservadas e transmitidas de geração a geração, fora desta institucionalidade. A Conferência propõe, portanto, incorporar ao conceito de cultura a ser desenvolvido, “da educação infantil à universidade”, “o conjunto de saberes praticados pelo povo: modos de vida, crenças e manifestações artísticas, expressões das culturas indígenas e afro-descendentes”.

A Conferência propõe incorporar o tema “patrimônio cultural” como diretriz curricular e a estruturação de programas de educação patrimonial, com concessão de bolsas e iniciativas de Educação à Distância, a exemplo da introdução da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, pela Lei nº 10.639/03, no currículo oficial da rede de ensino.

A 1ª CNC ressalta a necessidade de formação ou comprovação de experiência, para o exercício do ensino regular das artes e da cultura nas escolas. Mais do que isto, sustenta a urgência de se regulamentar e avaliar as escolas e cursos de formação artística. Entendemos, por isso, uma clara orientação de que, ao cidadão – usuário e consumidor de programas e iniciativas de formação cultural – cabe a devida informação pelo Poder Público, quanto às possibilidades, condições e ofertas de formação artística e cultural.

Como fica também patente, a Escola é eleita como um equipamento vital para a dinamização das atividades e das oportunidades de acesso à cultura nas diversas localidades do território brasileiro.

2. CONCEITO DE CULTURA

Todas as proposições programáticas e operacionais da Conferência relacionam-se aos sentidos, conceitos e campos de atividade, que estão a balizar o que se entende por cultura. A 1ª CNC, ao focar campos determinados de atividades, entende seu universo de referência assim constituído:

2.1 As Linguagens Artísticas, o Patrimônio Imaterial e Material e a Diversidade Cultural

A “pluralidade das linguagens” e das manifestações culturais, as culturas locais e regionais fazem parte da grande diversidade cultural brasileira. De acordo com a Conferência Nacional de Cultura, compõem este grande leque as “expressões e produções artísticas e culturais”, as “cadeias produtivas”, os “arranjos criativos”, as “áreas técnicas de suporte às atividades artísticas”, os “processos artísticos”, bens e produtos, escolas, pólos, movimentos, agentes e o ativismo cultural. A conferência também bate em tecla-chave da Convenção da Diversidade das Expressões Culturais, proclamada, em outubro de 2005, na Reunião da UNESCO, em Paris. Isto é, a CNC reforça o princípio da superioridade da identidade e diversidade em relação ao do uso da criação cultural, enquanto mercadoria, e propõe a coibição de ações monopolistas pela indústria cultural.

Ao acervo da diversidade cultural brasileira se somam, portanto, todas as “modalidades de emanção da produção intelectual do povo brasileiro”:

→ de cunho imaterial – os “saberes praticados pelo povo: modos de vida, crenças e manifestações artísticas, expressões das culturas indígenas e de afro-descendentes”, a memória, os registros, o legado de tradições de grupos ou famílias, a exemplo dos que mantêm tradições festivas, religiosas, ritualísticas, circenses, artesanais e dos que promovem ou celebram *práticas sócio-culturais*, costumes e culturas tradicionais, em áreas urbanas e rurais, junto a comunidades tradicionais ou periféricas, em locais marcados pela intervenção humana ou pelos atributos naturais, e que, deste modo, passam a ser identificados como “lugares culturais”; e

→ de cunho material – os patrimônios: edificado, rural, histórico, paisagístico, natural, arqueológico, bens patrimoniais e bens públicos tombados ou registrados.

Em relação à diversidade cultural brasileira, ao pluralismo das linguagens e ao patrimônio material e imaterial, a Conferência propõe um elenco de políticas e ações relacionadas a todas as etapas da criação, pesquisa, experimentação, preservação, produção, circulação, distribuição, exibição, difusão, desenvolvimento, documentação, mapeamento e prospecção (inclusive dos impactos econômicos e sociais) das produções artísticas e culturais – de caráter coletivo ou individual.

Entre estas políticas, sobressaem: a necessidade de constituição e manutenção de espaços públicos destinados ao ensino, produção e expressão das manifestações artísticas e culturais; a necessidade de promoção do intercâmbio entre as expressões da diversidade cultural brasileira, em suas diversas linguagens e modalidades; a premência de políticas mais efetivas para a formação (formal e não-formal) e a especialização artística e cultural.

Para assegurar o devido respeito e a promoção da diversidade das expressões e manifestações culturais do país, a Conferência propõe a presença dos representantes de todas as linguagens e dos segmentos étnico-raciais, de gênero e orientação sexual, nos conselhos de cultura (federais, estaduais e municipais); a consolidação de ações e recursos para a diversidade, para a criação e o acesso às informações culturais, no âmbito dos planos plurianuais (PPAs) dos

governos dos três entes federativos; o fomento a “atividades economicamente não-mercadoológicas” e a observação a diretrizes elaboradas “pelas Câmaras Setoriais, nas várias linguagens”; a garantia de preservação do patrimônio cultural, material, imaterial e natural, nos processos de intervenções públicas e privadas de relevância, em áreas urbanas e rurais, subsidiados pelos devidos Relatórios de Impacto Cultural (RIC); e a difusão das produções de culturas locais e o intercâmbio entre regiões, pela consolidação de rádios e TVs públicas estaduais e municipais.

3. PRINCÍPIOS GERAIS DA CNC

Os seguintes princípios estão demarcando a quase totalidade das proposições da Conferência:

3.1 Democratização

“Democratização” é um dos termos mais recorrentes nas 67 propostas aprovadas pela 1ª CNC. Para além da forma de governar, para os delegados e participantes da Conferência democratizar significa: acesso, informação, ensino/formação, orçamento, equipamentos/espços públicos, identidades étnico-sociais, todos os formatos, segmentos e variantes das cadeias produtivas das artes e da cultura, em geral, conselhos de cultura com representação da sociedade, paritária ou majoritária em relação à representação governamental, condições para produzir, descentralização, universalização, regionalização, acesso e interatividade com os meios de comunicação (democratização dos meios de comunicação).

3.2 Inclusão Social

O propósito da “inclusão social” é princípio imanente a fundamentar a Conferência Nacional de Cultura como um todo, e que entendemos devidamente sintetizado na seguinte proposição:

*“garantir desenvolvimento humano pela produção, circulação, fruição e acesso aos bens culturais, na capilaridade do tecido social”*⁵.

3.3 Descentralização e Regionalização

Boa parte das demandas abordadas e avalizadas pela Conferência são marcadas pela necessidade de maior descentralização e regionalização das oportunidades e dos serviços culturais. Assim, ressalta-se a prioridade de distribuição equitativa dos recursos, por todos os Estados brasileiros, levando-se em conta o critério da proporcionalidade, pelo número de cidadãos representados por cada unidade federativa. Mais do que isto, a necessidade apontada de se promover a distribuição de recursos pelas diferentes linguagens artísticas e expressões da diversidade cultural brasileira, expressa outro viés da descentralização.

A própria idéia de um modelo de gestão paritário, entre sociedade civil e entes governamentais, aponta para a necessidade de desconcentração do poder decisório, na definição das agendas públicas para a cultura. Assim, podemos entender a idéia do sistema participativo baseado em conselhos, que, por sua vez, devem também descentralizar seus processos decisórios e consultivos –

quanto a prioridades ou diretrizes de financiamento –, por colegiados ou câmaras setoriais, como promotores do princípio da descentralização⁶.

A busca do equilíbrio, entre o urbano e o rural, o estabelecimento de mecanismos que venham a favorecer localidades normalmente menos aquinhoadas, como o interior, as periferias urbanas ou regiões com baixos índices de desenvolvimento humano, apontam também a preocupação da Conferência Nacional de Cultura de que os governos pactuem programas e ações focadas na promoção da justiça ou de ajustes sociais.

A 1ª CNC propõe medidas que tornarão mais transparentes os propósitos de descentralização e regionalização de recursos. Há que se regionalizar ou descentralizar processos de gestão, monitoramento e promoção de serviços culturais, tais como:

Processos

- de informação/mapeamento/avaliação
- de fomento/financiamento (editais)

Serviços

- (ou equipamentos) para difusão, pesquisa, formação e apoio à produção
- de distribuição e circulação
- de preservação

Para que tais resultados sejam eficazes, a CNC propõe intensificar, fomentar e democratizar o uso de meios de comunicação, de redes, bancos abertos de informação e políticas de intercâmbio.

3.4 Bens, Domínios e Espaços Públicos para as Políticas Públicas

As diretrizes, debatidas e formuladas, denotam a importância que os espaços públicos, considerada toda a gama de institucionalidades ou domínios de natureza pública delineados na Conferência, devem exercer, na promoção do desenvolvimento cultural do País e do seu povo.

Resumindo, os espaços públicos devem ser destinados ao ensino, à produção e expressão das manifestações artísticas e culturais.

Entre os equipamentos, espaços ou domínios públicos explicitados, destacam-se: escolas; bibliotecas públicas, comunitárias e escolares; instituições museológicas e centros de memória (municipais, comunitários e populares), que abriguem acervos e promovam exposições, inclusive nas pequenas cidades; centros culturais; centros de informação e referência em cultura; concessões públicas de rádio, TV (considerados, nestas, os meios digitais), a telefonia móvel e a banda larga; emissoras de rádio e TV públicas – estaduais, municipais, educativas e comunitárias; sistemas (ou equipamentos/instituições) que se voltem à produção de conteúdos, tais como centros culturais, rádios, TVs, escolas, universidades, centros de pesquisa, estúdios e gravadoras de caráter público; construções e terrenos públicos; bens imóveis protegidos por tombamento; espaços de convivência e celebração, como praças e outros logradouros públicos*.

* Espaços alternativos, sociais/comunitários, como clubes, associações de moradores, danceterias, asilos, circos, centros sociais, quadras, são também lembrados como potenciais territórios de uso público cultural.

Uma agenda de requalificação e implantação de espaços e domínios públicos socialmente responsável e sustentável deve, necessariamente, ser o referencial dos planos e investimentos da União, dos Estados e dos Municípios, previamente avaliados com a população, e, como propõe a CNC, subsidiados por Relatórios de Impacto Cultural (RICs). Em outras palavras, as intervenções de impacto - isto é, as grandes obras de infra-estrutura viária, sanitária, hidrelétrica, autorizadas ou financiadas pelo poder público, com potencialidade para promover transformações paisagísticas, com supressão e realocação de locais de moradia e convívio social - devem ser compatibilizadas com medidas satisfatórias de promoção do patrimônio cultural material e imaterial.

Apresentadas as principais questões que dizem respeito ao domínio do público a 1ª CNC propõe que espaços e domínios públicos interajam com os conceitos de patrimônio e os direitos culturais consagrados na Constituição brasileira. A Conferência propõe que tais espaços e domínios sejam efetivados por meio de equipamentos e serviços culturais, de uso público, indispensáveis ao “acesso democrático e universal a todas as modalidades de emanção da produção intelectual do povo brasileiro”; a “promover o intercâmbio, a pesquisa, a formação, a produção, a difusão e a distribuição de produtos culturais”; a criar e garantir a difusão da produção de cultura local e o intercâmbio entre as regiões; a “fomentar e interligar, em rede, as produções e expressões artísticas e culturais, em todas as suas etapas” (pesquisa, criação, produção, circulação, difusão, capacitação, exibição/exposição – novas tecnologias incluídas); a difundir e reforçar o conceito de cultura para crianças e adultos; a valorizar e preservar a memória oral e o patrimônio imaterial das comunidades tradicionais e periféricas – com a inclusão das práticas sócio-culturais (identidades, diversidade cultural), em espaços culturais; e a democratizar a ocupação de canais de comunicação⁷.

4. GESTÃO E FINANCIAMENTO

Como ressaltado na introdução a este relatório, a Conferência soube afirmar o quanto o propósito de qualificação da gestão cultural deve estar amarrado com o comprometimento orçamentário, para o desenvolvimento cultural do país.

4.1 Estruturação Institucional

A institucionalidade da gestão cultural, bem como a formalização dos agentes dos diferentes elos das cadeias produtivas, é aspecto imprescindível ao desenvolvimento da área cultural, de acordo com diferentes proposições da Conferência Nacional de Cultura.

Compõem o leque institucional da gestão pública, de acordo com as diretrizes aclamadas, a constituição de órgãos gestores, destacadamente secretarias e fundações; a existência de orçamento compatível com as atividades a serem desenvolvidas; a existência de Fundos de Cultura Municipais e Estaduais, a efetivação de instâncias consultivas e deliberativas das políticas públicas: conselhos e conferências. Tal programa integra o escopo da proposta da consolidação dos sistemas públicos da cultura, de caráter setorial, federativo ou nacional.

A gestão de recursos humanos, com provimento de concursos públicos próprios, planos de carreira e programas de formação e qualificação profissional, também são elementos constitutivos da institucionalidade do setor.

Além disto, compõem a *agenda de institucionalidade*:

→ Os processos de financiamento às diferentes manifestações e necessidades da área cultural, em relação aos quais a Conferência aponta os Editais Públicos como o instrumento privilegiado a ser utilizado⁸.

→ A busca da racionalização, aprimoramento, instituição e consolidação de mecanismos legais, que normatizem, qualifiquem e facilitem as atividades inerentes a cada setor cultural, para simplificar os esforços dos agentes produtivos e os voltados à gestão, especialmente, em relação às suas atividades finalísticas e cotidianas⁹. São notadamente os casos ou objetos de consolidação os planos, gerais ou setoriais, da cultura, os relativos à cooperação dos entes federativos*, a Lei Geral da Comunicação, os Planos Diretores e os Planos de Ação Governamental e todo o arcabouço jurídico, legal e regulatório, pertinente às atividades de caráter cultural. A Conferência propõe, também, a instituição de mecanismos de indução do poder público municipal, para apoio a associações ou entidades folclóricas e ligadas às culturas populares, de modo a se incrementar e manter tais atividades.

→ A qualificação institucional da cultura nos Municípios. Além da necessidade já apontada do compartilhamento de normas, critérios e procedimentos de gestão e preservação, a Conferência propõe que os Municípios promovam a criação e manutenção de museus, arquivos e bibliotecas. A conferência indica, também, a necessidade de criação de fundos municipais destinados à preservação (que, de outro modo, poderão ser encarados, enquanto cotas ou linhas de fomento integrantes dos fundos municipais da cultura). A preservação do patrimônio material e imaterial deve, enfim, ser premissa dos Planos Diretores e dos programas e ações governamentais dos Municípios. Aos equipamentos/serviços essenciais para o acesso, a pesquisa, a difusão e outras iniciativas relacionadas ao conhecimento, somam-se a proposta de criação e manutenção de Centros de Memória - possibilidade que, a depender das condições do Município, poderá favorecer a compatibilização dos três propósitos ou meios institucionais de preservação (bibliotecas, museus, arquivos), em um só equipamento cultural. A CNC também propõe a instituição de “centros de informação e referência cultural”. Em ambos os formatos, cabem a agregação ou associação com um segundo segmento de atividades, pautado pela 1ª CNC: os cineclubes, rádios e TVs públicas ou comunitárias, telecentros, pontos de cultura e espaços culturais multimídia, equipados com laboratórios de informática. A Conferência levanta, afinal, a necessidade de estruturação de espaços ou pólos culturais, particularmente, nos pequenos Municípios, com finalidades (entradas e saídas) múltiplas, isto é, com cestas de serviços capazes de promover a conexão digital, racionalizar gastos com manutenção e abrir novas perspectivas culturais, para os jovens e os cidadãos, em geral. Neste sentido, escolas, bibliotecas, centros culturais e museus, administrados com o necessário espírito público, podem se configurar como potenciais pólos dinamizadores e integradores da cultura local.

* É o que prevê o parágrafo único do artigo 23 da Constituição, em relação às competências comuns dos entes federados, entre as quais as de proporcionar os meios de acesso à cultura e de se promover a proteção do patrimônio cul-

No âmbito da área da cultura no plano federal, do Ministério da Cultura e de suas entidades vinculadas, a conferência dirige as seguintes propostas de iniciativas institucionais:

- ➔ Criar órgão regulador dos direitos autorais, com conselho paritário, formado por representantes do Estado, dos diversos segmentos artísticos nacionais e da sociedade civil, com os objetivos de promover debates públicos sobre o tema dos direitos autorais, solucionar conflitos na gestão coletiva (considerados os interesses das áreas de criação e produção) e garantir transparência, no sistema de arrecadação e distribuição dos direitos.
- ➔ Fortalecer a área de Pesquisas, Estudos, Prospecção e Diagnósticos sobre cultura.
- ➔ Instituir Conselho de Comunicação, que venha a zelar pela transversalidade da cultura, na gestão das políticas de comunicação governamentais.
- ➔ Completar a instalação de superintendências do IPHAN em todos os Estados.
- ➔ Criar o Instituto Brasileiro de Museus, órgão que deverá coordenar o Sistema Brasileiro de Museus, articulando os sistemas e as redes estaduais e municipais de museus, e integrando o Sistema Nacional de Cultura. A conferência ressalta no tocante à política museológica, a necessidade de um Plano que assegure a continuidade e o fortalecimento institucional, profissional e sistêmico, em nível nacional do setor. É proposta uma política de investimentos, em acervos e realização de exposições (abrangendo, inclusive, as áreas tecnológicas e produtivas); e a instituição de programas e cursos de formação técnico-profissional (em níveis médio, especialmente nos Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs, e superior). As propostas dos Centros de Memória, com responsabilidades compartilhadas pelos entes federados e a sociedade civil, e de museus, nos pequenos Municípios, sinalizam seu papel para a disseminação de um sistema integrado e capilarizado de museus, ao mesmo tempo em que apontam o papel dos entes federal e estaduais para coordenar ações estratégicas, para a viabilização de política museológica de abrangência nacional.

* São as seguintes as diretrizes prioritárias definidas pelo Seminário para as Culturas Populares: *criar fundos de incentivos públicos de apoio às culturas populares; mapear, registrar e documentar as manifestações das culturas populares; estabelecer instâncias de diálogo entre o Estado e a sociedade civil para a formulação e deliberação de políticas culturais; criar mecanismos que favoreçam a inclusão das culturas populares nos processos educativos formais e informais; criar marcos legais de proteção aos conhecimentos tradicionais e aos direitos coletivos; democratizar a distribuição de recursos nas várias regiões do Brasil; facilitar o acesso e desburocratizar os instrumentos de financiamento, de modo a democratizá-los para os segmentos populares.*

- ➔ Criar o Instituto Nacional de Folclore e Culturas Populares Tradicionais, reunindo o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, o Museu Edson Carneiro e a Biblioteca Amadeu Amaral. Da mesma forma que, no caso dos museus, a Conferência propõe fortalecer e elevar a autonomia administrativa da área do “patrimônio imaterial”, nesta considerados o folclore e as culturas populares tradicionais¹⁰. A proposta da Conferência é a de que, ao novo instituto, caibam as responsabilidades definidas pelo Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares*, e os programas, políticas e ações associados à preservação da memória oral e do patrimônio imaterial das comunidades tradicionais e periféricas. Ao esforço de valorização do patrimônio imaterial, além da cobrança de garantia de percentuais nas leis e políticas de incentivo, a Conferência aponta a instituição de Centros de Memória nos Municípios, como estratégia para a valorização das culturas locais.

Na verdade, a perspectiva institucionalizante priorizada pela Conferência de 2005, foca-se, no âmbito das iniciativas do MinC na área do Patrimônio Cultural, mais em iniciativas relacionadas ao patrimônio imaterial e à gestão museológica.

A proposta que envolve todas as vertentes do setor do Patrimônio é a da sua estruturação sistêmica. É o que se quer com a instituição do Sistema Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural, que certamente englobará o Sistema Brasileiro de Museus, mas que, muito além do campo museológico, deverá,

conforme proposto pela Conferência, aprimorar a visão e a atuação cooperativa entre órgãos federais, estaduais e municipais, e consolidar o diálogo técnico, com vistas ao estabelecimento de um conjunto de normas, técnicas, critérios e procedimentos de preservação.

A estruturação sistêmica da área do patrimônio, como veremos a seguir, coaduna-se com a da implantação do Sistema Nacional de Cultura.

4.2 Sistemas de Cultura

A proposta de gestão pela estruturação de sistemas federativos de cultura, traz, em si, a idéia de descentralização e desconcentração do poder, pela promoção da democracia participativa, por intermédio de colegiados, fóruns e conferências amplas ou setoriais da cultura, para a definição de planos, políticas e processos de gestão. Fica claro que tais sistemas de gestão da cultura devem objetivar a capilaridade, o acesso e a universalidade das ações culturais e devem ser municiados de informação, análise e dados bem coletados, produzidos e disseminados.

O principal instrumento da política sistêmica apontado pela conferência são os conselhos organizados, em áreas do fazer cultural e territorialidades da ação governamental – federativa ou consorciada.

As seguintes expressões ou critérios sintetizam os elementos de priorização propostos pela Conferência Nacional de Cultura, para a ação sistêmica. São eles: as políticas de intercâmbio, englobando a pluralidade das expressões e regiões; a formação; os ganhos coletivos; os ganhos qualitativo-sociais; as ações estruturantes.

Como princípio geral, os conselhos, por meio de diálogo e de debates públicos, devem atuar como entes deliberativos, normativos e fiscalizadores, sancionando planos, políticas, orçamentos e a gestão governamental e dos fundos de cultura. Tal atuação deverá ser bem fundamentada em informações, dados censitários e relatórios de gestão. Ou seja, subentende-se a necessidade de se assessorar e subsidiar, tecnicamente, a atuação dos conselhos, cidadãos e conselheiros. A Conferência também defende a participação de todos os segmentos representativos da diversidade cultural, presente no território de circunscrição do conselho: todas as linguagens artísticas; todos os Estados ou Municípios/Regiões afins; todos os grupos sociais (étnico-raciais, de gênero e orientação sexual etc.); além do necessário equilíbrio entre criação e produção, entre representação governamental e social¹¹.

Quatro subsistemas ou sistemas setoriais são apontados, ao longo da 1ª CNC, como tributários de uma organização mais ampla da cultura: são os sistemas de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais, de Financiamento e Fomento, de Preservação do Patrimônio Cultural, e o Sistema Brasileiro de Comunicação Digital. Fala-se, ainda, de sistema de Concessão Pública de Rádios e TVs. Neste caso, contudo, parece-nos que o conceito subentendido na palavra sistema refere-se mais à processualística do que à estrutura propriamente dita.

De forma ampla, o sistema que referencia este debate na Conferência é o Sistema Nacional de Cultura, ao qual já nos referimos na introdução a este relatório.

4.3 Financiamento/Fomento à Cultura

A CNC elenca uma série de possibilidades diretas e indiretas de apoio à cultura. Isto se traduz em um diversificado sistema de financiamento, fomento ou apoio à cultura e seus agentes. Resumindo, percebe-se o apoio à cultura, pelas vias orçamentária, da renúncia fiscal, do repasse condicionado de recursos para os Municípios, da política tributária, da seguridade social, da cessão de espaços públicos para o desenvolvimento de atividades culturais.

Pela via do fomento financeiro direto, são discriminados, especialmente, os Fundos de Cultura, com distribuição de recursos por meio de editais (o FAT é também nominalmente citado como afim à implementação de projetos culturais); a efetivação de linhas de crédito (inclusive a fundo perdido), pelos bancos oficiais e de desenvolvimento; e a aplicação de percentuais de faturamento das empresas de comunicação e publicidade na cultura.

Entre os modos de financiamento indireto, destacam-se o incentivo pela renúncia fiscal (mecenato) e a aplicação de mecanismos de condicionamento ou indução de iniciativas culturais, por parte dos Municípios, tendo em vista os grandes mecanismos de repasses financeiros, a exemplo dos fundos de participação dos Municípios, dos fundos de educação e a realização de grandes obras – que devem gerar compensações e incorporar conceitos fundamentais de ordenamento territorial do Município, também determinado pela infraestrutura, pelos serviços, bens e conjuntos históricos, naturais e paisagísticos, e pelas tradições imateriais da cultura.

A Conferência identificou vários tópicos a serem alcançados para a consolidação de um sistema de financiamento ou fomento efetivo, para as diferentes áreas do fazer e dos direitos culturais:

- ➔ O Fundo Nacional de Cultura/FNC, destinado a todas as áreas da cultura, deve ter seu orçamento ampliado, distribuído por intermédio de editais públicos, e amplamente divulgado, para que as oportunidades e os critérios de seleção de projetos cheguem a todos.
- ➔ O Mecenato deverá simplificar os processos que se voltem às atividades amadoras e populares e garantir percentuais, para o fomento a grupos da cultura popular tradicional. A CNC também levanta, no caso da aplicação do Mecenato, o princípio do respeito às diversidades regionais*.
- ➔ A preservação do patrimônio cultural deverá ser apoiada com a instituição de fundos municipais de preservação.
- ➔ A cessão e disponibilização de espaços públicos (terrenos, edifícios) nos Municípios, para o desenvolvimento de atividades culturais, é outra forma de fomento apontada pela 1ª CNC.
- ➔ Entre as medidas tributárias propostas pela Conferência, elencamos as que venham a se destinar à facilitação da circulação nacional e internacional de bens culturais¹². Embora reivindicação não exclusiva da área cultural, a Conferência reclama a redução de impostos e tarifas relacionada à aquisição e importação de insumos e equipamentos necessários à produção (*softwares* e computadores, destacadamente)¹³. A CNC também elege a adoção do regime Simples para pequenas e médias empresas do ramo cultural. E, finalmente,

* O Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006 – especialmente os incisos I a III do Art. 2º e o parágrafo único do art. 3º, combinado com o inciso V do parágrafo terceiro do art. 215 da Constituição – faz com que a Lei Rouanet, nº 8.313/1991, avance significativamente na perspectiva da regionalização (objetivo previsto no inciso II do artigo 1º da Lei 8.313). O art. 8º do mesmo decreto prev ainda a possibilidade de descentralização das atividades de acompanhamento e avaliação técnica de programas, projetos e ações culturais, o que em tese poder favorecer a valorização das identidades e diversidades regionais.

propõe a adoção de alíquotas especiais para artistas.

Entre as medidas propostas no campo da seguridade social, a Conferência destaca a concessão de aposentadoria e remuneração para Mestres Populares¹⁴; a necessidade de concessão de subsídios a grupos e famílias com legado/tradição familiar de culturas específicas (étnico-culturais, artesanais, artísticas) e a adoção de alíquotas especiais para artistas no INSS. A Conferência propõe a realização de um sistema de cadastramento indispensável à boa avaliação dos que venham a ser segurados, com a adoção de mecanismos de reconhecimento, com participação de agentes responsáveis e comprometidos com a seriedade dos instrumentos de valorização dos “mestres da cultura popular, em todos os segmentos que cultivem e pratiquem expressões de valor cultural”. Estas responsabilidades deverão, de acordo com a CNC, ser assumidas e compartilhadas pela União e pelos Estados e Municípios. Além disto, a Conferência propõe alíquotas especiais do INSS para os artistas¹⁵.

Os princípios gerais que devem, de acordo com a 1ª Conferência Nacional de Cultura, orientar as políticas de apoio, fomento e financiamento à Cultura são:

- transparência – finalidade;
- descentralização – equidade;
- respeito às necessidades locais/sociais;
- desconcentração¹⁶;
- contemplar necessidades e pluralidades das manifestações culturais;
- peculiaridades próprias a cada modalidade/área do fazer cultural;
- prever mecanismos decisórios apropriados – locais/setoriais;

- privilegiar:
 - processos artísticos,
 - experimentação,
 - formação;
- vetar/limitar acesso das instituições culturais vinculadas ao Estado e a empresas à Renúncia ou ao Incentivo Fiscal relacionados às próprias empresas públicas/estatais ou privadas;
- controle social (conselhos, câmaras setoriais, comitês de seleção), para a seleção e acompanhamento de projetos e, para a definição de planos setoriais ou federativo-regionais, com a definição das respectivas prioridades programáticas e de investimentos.

4.4 Avaliação

Fiscalização, controle social, monitoramento, estudos, mapeamento são, entre as diretrizes formuladas pela 1ª CNC, termos frequentes e indissociáveis da gestão, aqui sintetizada pelo vocábulo “avaliação”.

A avaliação é uma condição necessária do desenvolvimento e aprimoramento dos processos de gestão. Dentro do princípio democrático e participativo consagrado pela Conferência, o Estado, os órgãos culturais, os conselhos de cultura, as câmaras setoriais, as conferências, os fóruns (reuniões, assembleias) e os agentes da cultura em geral, sejam cidadãos ou sujeitos das comunidades ou corporações culturais, devem ser subsidiados e praticar, permanentemente, a avaliação, qualificando, assim, discussões, juízos e decisões.

A avaliação é inerente aos procedimentos de planificação e de gestão das políticas públicas. A explicitação clara de focos e objetivos em modos e segmentos do fazer, em territorialidades, em públicos destinatários da cultura, auxilia os processos de avaliação. Lembramos algumas ações explicitadas durante a Conferência que, se bem objetivadas e acompanhadas, concorrerão para a eficácia dos processos de avaliação. São elas: Orçamento Participativo, Plano de Cultura, Legislação*, Regulamentação, Normas, Políticas, Programas, Prioridades, Fundos, Editais, Linhas de Crédito.

A Conferência propõe a instituição e o investimento em alguns meios e atividades, para sistematização, consolidação e disseminação das informações e dos dados inerentes aos processos de avaliação: Sistema Nacional de Informação Cultural, Rede Aberta de Informação, Bancos de Dados, Relatórios (inclusive de Gestão), Cadastros, Sistematização de Indicadores e Classificadores (modalidades, formatos, segmentos, variantes), Censos, Mapeamentos, Diagnósticos, Prospecções, Estudos, Avaliações de Impactos.

Tais instrumentos devem se voltar a cenários e alvos delineados, de acordo com a CNC, no âmbito de entes federados, localidades, usuários, cadeias produtivas, arranjos produtivos, instituições de ensino, manifestações culturais, linguagens, diversidade e pluralidade culturais, indivíduos criadores, atividades individuais, atividades itinerantes, atividades independentes, produção artística, aplicação de recursos públicos, diretos e indiretos.

* Considerem-se os artigos 3º e 7º da Lei Complementar nº 95/1998, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis*, firmando que estas deverão ser estruturadas, com “parte preliminar”, compreendendo, entre outros, “o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas”; com “parte normativa ... compreendendo o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada”; e com “parte final, compreendendo as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo...” Estabelece o artigo 7º, ainda, que, entre outros princípios, “cada lei tratará de um único objeto” e “não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão”.

Como chegamos a mencionar no tópico “Institucionalidade”, a Conferência Nacional de Cultura propõe o fortalecimento desta área, e a criação de um órgão para realização de estudos e diagnósticos, no âmbito interno do Ministério da Cultura¹⁷.

5. CONHECIMENTO, EXPRESSÃO, DIFUSÃO

Ao tema da avaliação, enquanto tarefa inseparável da administração pública, cabe, como contraponto, o princípio da apropriação difusa do saber, do conhecimento e dos modos de expressão artístico-cultural, pela sociedade ampla, principal destinatária das políticas públicas, e, na visão democrática que propõe a Conferência Nacional de Cultura, cogestora e co-responsável pelas políticas culturais imbuídas desses princípios e direitos de participação política e de fruição cidadã.

Encerra-se o presente relatório com a apresentação dos meios mais eficazes na instauração de um modo coletivo e, porque não dizer, nacional de assumir a cultura: a educação e a comunicação. É pela educação que se prepara a sociedade, para o convívio e para o mundo do trabalho. Conforme está escrito, no artigo primeiro da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. E, no *caput* do mesmo artigo, lê-se : “a educação abrange os processos formativos, que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e na pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. A Constituição Federal estabelece: (art. 210) “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”.

A mesma Constituição, ao garantir a todos, brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, defenderá o princípio de que todos exerçam livremente suas manifestações de pensamento e expressões das atividades intelectuais, artísticas, científicas e de comunicação (art. 5º, IV e IX). E determina que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos princípios da “preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas”; da “promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação”; da “regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei”; e do “respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família” (art. 221).

5.1 Artes, ofícios, tradições e seus mestres

Talvez como expressão da consciência ou do inconsciente coletivo da 1ª CNC, a figura do Mestre Popular é eleita como merecedora do devido reconhecimento pelo Estado e pela sociedade brasileira. Ao Mestre Popular devem ser creditados subsídios e condições dignas para a sobrevivência da arte e da cultura popular ou tradicional do país.

Mais do que isto, ainda que os parâmetros curriculares nacionais, proponham como norteamento das ações pedagógicas escolares princípios caros ao exercício cultural, como a solidariedade, o respeito ao bem comum, a criticidade, a sensibilidade estética, a criatividade e a diversidade dos modos de ser, agir e de expressar as artes e da cultura, a conferência insiste no fortalecimento do conceito de cultura, em todo o sistema educacional.

5.2 Políticas de Formação e de Valorização da Cultura no Processo Educacional

Como já dito neste documento, na introdução do tema Educação, as diretrizes a este relacionadas apontam para dois públicos alvos: a comunidade cultural e o público em geral. No primeiro grupo, inserem-se os indivíduos criadores e movimentos culturais; trabalhadores e agentes das cadeias produtivas da área; e os gestores da cultura. Quanto ao propósito de formação difusa, são abarcados todo o tecido social, a escola e a comunidade mais ampla.

Em síntese, os conteúdos da formação cultural objetivados pela Conferência se resumem aos “bens culturais e modalidades de emanção da produção intelectual do povo brasileiro” (pelo que entendemos os bens materiais e as expressões produzidos, com valor intelectual singular, isto é, cultural, pelo povo brasileiro e universal¹⁸), traduzidos por artes, técnicas, processos de gestão, pelo patrimônio (compreendida toda a diversidade nacional, formas e processos de preservação, saberes, modos de vida, crenças, expressões sociais e populares) e as culturas regionais.

Tais conteúdos devem integrar os currículos e as propostas pedagógicas da educação infantil, da formação continuada, da formação à distância, e devem ser reforçados por políticas de intercâmbio, de concessão de bolsas, de novos investimentos e prioridades no âmbito das instituições de ensino técnico-profissional e superior.

* Consideremos como equivalente a *capilaridade*, no contexto da comunicação, o conceito (“vetor”) *conectividade*, levantado na apresentação do prof. Teixeira Coelho, no Seminário Setorial de Cultura da Região Sul.

À proposta de incorporar os conhecimentos e as técnicas tradicionais nos processos educacionais é somada a proposta de se exigir formação ou comprovação de experiência, para o exercício do ensino regular das artes e da cultura nas escolas. A Conferência propõe também medidas para se alcançar a ênfase em conceitos fundadores da cultura brasileira, entre outras, a “formação continuada por intermédio de convênios entre universidades e instituições de ensino fundamental e médio”; o fomento “à produção das manifestações étnico-culturais”; e o “ensino da cultura afro-brasileira, utilizando as linguagens artísticas como veículo”.

Para uma política de educação e formação relacionada ao patrimônio cultural, a Conferência propõe a inserção “da Educação Patrimonial como diretriz curricular obrigatória, em todos os níveis e modalidades do ensino formal, considerando os grupos étnicos, sociais, políticos, de gênero, religiosos e de orientação sexual”¹⁰⁰. São também propostas ações de formação e capacitação de profissionais graduados e técnicos da área, de professores e agentes culturais, mediante a estruturação de programas, a concessão de bolsas e iniciativas de Educação à Distância. A CNC também propõe a constituição de fóruns permanentes de educação patrimonial, de redes de comunicação e intercâmbio e a realização de campanhas, nos meios de comunicação de massa.

5.3 Comunicação é Cultura

A Comunicação, eleita como fator estratégico de uma política cultural consequente, deve traduzir, entre suas principais funções sociais, a “valorização das expressões locais e universais e da diversidade”.

Além de significar meios ou veículos de produção e expressão cultural em linguagens impressa, eletrônica, digital e audiovisual, a expressão “comunicação” denomina, conforme lemos nas formulações da Conferência, as seguintes idéias-força:

Informação, Formação, Promoção, Publicidade/Transparência, Diálogo, Intercâmbio, Capilaridade *.

A CNC aponta as condições, para que a comunicação cumpra seu papel cultural e seja um fator de democratização e cidadania. Para tanto, a regulamentação da área, pela Lei Geral da Comunicação, deve assegurar:

- ➔ A participação ou responsabilização social pelos processos de concessão e ocupação de canais **.
- ➔ A regionalização e descentralização dos veículos de comunicação.
- ➔ E a publicização dos veículos públicos de comunicação (que, como sabemos, traduzem ainda, em grande parcela, mais uma condição de canais de comunicação governamental, do que propriamente pública).

Além da necessidade de se regulamentar a área por Lei e pelos meios de fomento e de consolidação de espaços públicos, a Conferência aponta, claramente, a necessidade de *criação e manutenção de espaços de produção e recepção* dos conteúdos da comunicação. Tal necessidade vem associada ao princípio da “regionalização e descentralização” da comunicação.

* Consideremos como equivalente a *capilaridade*, no contexto da comunicação, o conceito (“vetor”) *conectividade*, levantado na apresentação do prof. Teixeira Coelho, no Seminário Setorial de Cultura da Região Sul.

** A exceção à regra é a proposta de que “grupos étnicos indígenas e quilombolas possam criar, dentro dos seus territórios, rádios e TVs comunitárias ... que independam da concessão pública”.

Notas e Comentários

- 1 Em outubro de 1993 ocorreu, em Brasília, a realização de conferência também denominada “1ª Conferência Nacional de Cultura – CULT 93”. Desenhada “como evento e, logo a seguir, como uma organização legalmente constituída”, em abril de 1993, foi fundada a CULT S/C, como sociedade civil de direito privado, sem finalidades lucrativas. O objetivo da conferência, CULT 93, foi rearticular o setor cultural no contexto dado “a partir do desmonte, promovido pelo Governo Collor”. Organizada por “equipe coordenada pelo cineasta John Howard Szman”, a CULT 93 contou com a participação de “nomes representativos ligados à produção e à preservação”, sob a presidência de Nelson Pereira dos Santos. Conforme se pode perceber nos “Anais - CULT-93”, o evento representou um momento político importante. A CULT não alcançou produzir, infelizmente, uma sequência histórica de conferências e, provavelmente pelo caráter civil e pela realidade então embrionária da organização federativa na área cultural, não teve as condições de ser empreendida como um projeto combinado de conferências municipais, estaduais e nacional.
- 2 Durante o processamento do presente relatório fomos instigados pela dúvida sobre a melhor forma de definição da participação governamental ou do poder público, que englobaria em princípio, dirigentes, mandatários e cargos comissionados nos três poderes constituídos. Se entendemos que a conferência e a participação social instituída formalmente no âmbito do poder público é parte dele, o mais correto seria definirmos representantes governamentais e da sociedade civil. Não solucionamos contudo o dilema. A dúvida não está solucionada ou convencionada no presente relatório, que talvez tenha falhado em não classificar os participantes sociais como também representantes do “poder público”.
- 3 Deve-se registrar que alguns Estados tiveram dificuldade em observar o regulamento da CNC, tendo estruturado conferências estaduais, sem prévia realização de conferências municipais e intermunicipais.
- 4 O Ministério da Cultura começou, em março de 2005, a colher a adesão dos Estados e Municípios, para a implementação do Sistema Nacional de Cultura. Nada menos do que 21 Estados, considerado o Distrito Federal, e 1.900 Municípios, formalizaram, até julho de 2006, a intenção de compartilhar e implementar com a União as premissas institucionais para a efetivação do SNC. Como dissemos, a Conferência corrobora esta visão.
- 5 Tal princípio é, além do mais, um elo a situar a cultura entre os “princípios fundamentais” da Constituição da República, destacadamente, quanto aos *fundamentos* – da cidadania, da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa – e, quanto aos quatro *objetivos fundamentais* (art. 3º): construir uma sociedade justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- 6 Se a conferência advoga, também, a adoção de um sistema de financiamento que leve em consideração o local ou o regional, com participação social, percebe-se que se está propondo um verdadeiro sistema de mecanismos de consulta e deliberação, pelas diferentes unidades federativas e áreas do fazer cultural.

- 7 Percebe-se, assim, uma agenda objetiva de princípios e missões que poderiam orientar o estatuto e a prática de cada instituição, território ou equipamento público ou a serviço do interesse público, incluídas as abordagens formal e de conteúdo do seu programa de trabalho e instalações (espaços físicos, inclusive).
- 8 Observe-se que, tendo a Conferência destacado a necessidade do fomento às cadeias produtivas, se a regularidade de mecanismos de financiamento à produção cultural constitui, em si, relevante atributo do nível de desenvolvimento institucional da cultura dos entes federados, entende-se, além disto, que tais mecanismos devam fomentar a institucionalidade e profissionalismo da própria iniciativa cultural não-governamental. Ou seja, parte destes editais poderá se voltar a medidas de desenvolvimento institucional de agentes dos elos das cadeias produtivas da cultura (promovendo a qualificação de setores e das respectivas atividades gerenciais, produtivas e de inovação). O domínio de determinados mecanismos burocrático-administrativo-contábeis por organizações, empresas e agentes da produção e promoção cultural delinea, por sua vez, uma propensão à institucionalidade e sustentabilidade.
- 9 Se excessos legalistas devem ser contidos, o reino da informalidade e a falta de regras claras para o jogo e a política cultural tornam mais ambígua e insegura a vida dos agentes responsáveis pela condução e os resultados da área, sujeitos a injunções de toda natureza, inclusive às barganhas “de balcão”.
- 10 Como se sabe, a área do patrimônio imaterial padece de uma secundarização histórica diante das premências da conservação dos sítios edificados ou naturais, sob responsabilidade das áreas de preservação do patrimônio material imóvel na União, nos Estados e nos Municípios que já consolidaram a preservação do patrimônio cultural.
- 11 É de se registrar uma questão problemática e, nos parece, contraditória, quanto ao caráter da representatividade e institucionalidade dos órgãos participativos – conselhos e conferências de cultura das “três esferas de governo” - propostos pela 1ª CNC. Referimo-nos ao papel dos “fóruns de cultura”, de acordo com a redação dos complementos 1, 3 e 4 da proposta nº 2 do Eixo Gestão Pública da Cultura, na definição dos integrantes e da organização das duas instâncias. Conforme esta redação, o SNC deveria ser implantado “nas três esferas de governo com conselhos deliberativos, fóruns e conferências”, sendo que: “1. Os fóruns da sociedade civil terão caráter permanente, serão abertos, suprapartidários, sem personalidade jurídica e sem mandatos eletivos. (...) 3. Os conselhos serão deliberativos, consultivos, normativos e fiscalizadores, paritários com maioria dos membros da sociedade civil eleitos diretamente através dos Fóruns. 4. As Conferências serão organizadas a partir das deliberações dos Fóruns de Conselhos e da Avaliação da 1ª Conferência...” Portanto, mesmo que sem qualquer caráter institucional e carecendo de regras universais de representatividade (de que, nos parece, é princípio fundamental o mandato eletivo dos integrantes), a proposta citada resulta pouco afinada com o processo de institucionalização, defendido pela CNC, de instâncias participativas, legítimas e legitimadoras do processo de gestão das políticas públicas de cultura.
- 12 Uma das queixas dos produtores de espetáculos e exposições internacionais é a do prejuízo de suas atividades, pela retenção frequente de equipamentos e cenários pelos serviços alfandegários.

- 13 Sabemos o quanto uma série de atividades culturais, com potencial de geração de empregos e renda, são dependentes da utilização de componentes altamente onerados pela retenção tributária, sendo levados, muitas vezes, à informalidade ou mesmo ilegalidade, nos procedimentos de aquisição de tais insumos.
- 14 Além do valor que têm para a preservação da cultura tradicional, parcela considerável dos mestres vem de um País que atravessou boa parte da segunda metade do século XX na informalidade do trabalho e, portanto, sem o necessário reconhecimento por parte do instituto previdenciário.
- 15 A promoção da seguridade é um direito constitucional, com regras claras, a serem seguidas e aprimoradas. Mas, além de políticas de inclusão previdenciária ou assistencial, ou de redução de alíquotas, há que se estudar mecanismos, para melhor enquadrar segmentos penalizados pela característica sazonal de suas atividades.
- 16 Obviamente, verificada a concentração histórica dos recursos em determinadas áreas, a eficácia da correção só será alcançada mediante planejamento e a paulatina execução desta *desconcentração*, e o direcionamento de prioridades, para segmentos atualmente menos contemplados com os recursos de financiamento e fomento à cultura.
- 17 Ainda que tal proposta não tenha sido consensual, no grupo que a estabeleceu, a criação de tal órgão não será suficiente para uma efetiva avaliação do conjunto das ações culturais do governo federal, já que muitas delas são executadas por intermédio de programas e atividades sob o domínio de outros ministérios. A efetivação do Sistema Federal de Cultura, criado pelo Decreto nº 5.520/2005, será certamente uma condição necessária para a coordenação e sistematização de procedimentos de classificação e de registro e coleta de dados pertinentes à cultura, por diferentes organismos governamentais. A avaliação e interpretação da realidade cultural do País, é preciso lembrar, foca-se muito além das ações de governos. A órgãos, com estrutura e tradição técnica, como o IBGE, ao qual o Ministério da Cultura está se associando, incumbe o grosso da coleta e processamento de informações geográficas e estatísticas sobre a cultura no Brasil. Isto significará um avanço de fôlego, na percepção contemporânea da cultura brasileira, do mapeamento e dimensionamento das diversidades regionais, das estruturas de serviços e de gestão consolidadas e do consumo cultural no território nacional. Às áreas de ciência e tecnologia e de educação, por seus órgãos de fomento e instituições de pesquisa, graduação e pós-graduação, competirá outra vertente desse programa maior: o fortalecimento de linhas e núcleos de trabalho, editais para projetos de pesquisa, oferta de cursos indispensáveis a gerar informação qualificada e a necessária massa crítica no campo da investigação sobre a cultura, em si, e sobre as questões de natureza organizacional da área.
- 18 Permitimo-nos inserir o “universal”, junto ao “brasileiro”, de acordo com os princípios da prevalência dos direitos humanos, da autodeterminação e da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (CF: art. 4º – II, III e IX).

ANEXO I
PROPOSTAS DE DIRETRIZES *
APROVADAS NA 1ª CNC

* De acordo com a metodologia adotada pela 1ª CNC, os “complementos” elaborados pelos grupos de discussão – e participados devidamente a todos os delegados da Conferência – integram as “diretrizes” propostas. Os complementos sinalizados com losango (◆) não obtiveram consenso nos respectivos grupos de discussão. A ordem dos complementos não indica nível de prioridade.

EIXO I - GESTÃO PÚBLICA E CULTURA

A problemática central deste eixo é o tratamento das questões da cultura dentro do universo das políticas públicas e de governo. Qualquer processo de gestão requer diretrizes, planejamento, execução e avaliação dos resultados. Com a cultura não ocorre de modo diferente. No caso brasileiro, em todos os níveis do governo, diferentes órgãos são responsáveis pela gestão da cultura. Existe, também, uma série de possibilidades de parcerias que podem ser exploradas, tanto entre as áreas pública e privada como entre a sociedade civil e o poder público. O grande desafio que se coloca no momento é o de definir a relação entre os vários órgãos públicos de gestão cultural nos níveis federal, estadual, municipal e do Distrito Federal e destes com outras áreas governamentais, instituições e sociedade civil.

Entre as propostas aprovadas nas Conferências Estaduais e nos Seminários Setoriais, dezoito foram priorizadas pelos Grupos de Discussão da Plenária Nacional, no eixo Gestão Pública. A seguir, estão as propostas e as contribuições (complementos) apresentadas na Plenária Final.

Plenária Final — Propostas

Sub-eixo I A - Gestão Descentralizada, Participativa e Transversal. (GRUPO 1)

Proposta nº 1

Diretriz

Criar um órgão regulador dos direitos autorais com conselho paritário formado por representantes do estado, dos diversos segmentos artísticos nacionais e da sociedade civil.

Complementos

Promover debates públicos sobre o tema direitos autorais e um órgão que deva garantir:

1. Transparência no sistema de arrecadação e distribuição;
2. Resolução de conflitos na gestão coletiva (equilíbrio entre a criação e produção);
3. O acesso universal aos bens e serviços culturais.

Proposta nº 2

Diretriz

Implantar o SNC nas três esferas de governo com conselhos deliberativos, fóruns e conferências, garantindo: fundos de cultura, orçamento participativo, planos de cultura, censo de cultura e relatórios de gestão.

Complementos

1. Os fóruns da sociedade civil terão caráter permanente serão abertos, suprapartidários, sem personalidade jurídica e sem mandatos eletivos.
2. Os fóruns do poder público se organizarão de acordo com suas funções institucionais.
3. Os conselhos serão deliberativos, consultivos, normativos e fiscalizadores,

paritários com maioria dos membros da sociedade civil eleitos diretamente através dos Fóruns.

4. As Conferências serão organizadas a partir das deliberações dos Fóruns de Conselhos e da Avaliação da 1ª Conferência, com a periodicidade que permita a ampla participação social.

Proposta nº 3

Diretriz

Estimular a criação e implantação de secretarias específicas de cultura e fundações com orçamentos próprios nos estados e municípios.

Complemento

A qualificação e capacitação dos recursos humanos para atuar nesses órgãos devem ser garantidas.

Sub-eixo I-A - Gestão Descentralizada, Participativa e Transversal. (GRUPO 2)

Proposta nº 4

Diretriz

Implantação do sistema nacional de cultura e do plano nacional de cultura com participação deliberativa do conselho nacional de política cultural, com investimentos nos moldes da PEC 150/2003; sendo que a definição das políticas, programas e prioridades, nos 3 níveis de governo, se dará através das conferências e conselhos de cultura com caráter deliberativo, normativo, e fiscalizador, de composição, no mínimo, paritária da sociedade civil.

Proposta nº 5

Diretriz

Reformular o F.N.C, criando canais de repasses diretos aos municípios, respeitando os seguintes critérios:

1. População;
2. Menor IDH;
3. Que o Município integre o SNC -
 - a) possua órgão gestor,
 - b) fundo municipal de cultura,
 - c) conselho municipal de cultura,
 - d) plano municipal de cultura,
 - e) realize conferências;
4. Que o Município destine recursos orçamentários para a Cultura.

Complemento

Que haja recursos para setores excluídos. ♦

Proposta nº 6

Diretriz

O PNC e o SNC deverão estimular a criatividade, a formação cidadã, a

capacitação e a qualificação de agentes culturais, trabalhadores e gestores da cultura, garantindo a produção, circulação, a fruição e o acesso aos bens culturais na capilaridade do tecido social, vitais para o desenvolvimento humano.

Complemento

O PNC e o SNC deverão estimular a criatividade, a formação cidadã, a capacitação e a qualificação de agentes culturais, trabalhadores e gestores da cultura, garantindo a produção, circulação, a fruição, o *registro* e o acesso aos bens culturais na capilaridade do tecido social, vitais para o desenvolvimento humano.

Sub-eixo I-B - Orçamento da Cultura (GRUPO 1)

Proposta nº 7

Diretriz

Descentralizar e distribuir eqüitativamente os recursos para a cultura em todas as regiões do Brasil, respeitando as necessidades locais. Este procedimento deve ser direcionado para a regulamentação prevista no PEC 150/03.

Proposta nº 8

Diretriz

Todos os projetos realizados através de editais públicos deverão oferecer uma contrapartida.

Proposta nº 9

Diretriz

Dirigir os recursos públicos para finalidades principais como infra-estrutura cultural e fomento de projetos culturais, vetando o acesso do Estado a benefícios de renúncia fiscal que subsidiem as ações a ele inerentes, bem como para empresas que tenham fundações a elas ligadas com proponentes culturais.

Sub-eixo I-B - Orçamento da Cultura (GRUPO 2)

Proposta nº 10

Diretriz

A aprovação, em caráter de urgência, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 150/03 pelo Congresso Nacional e a garantia pelo Poder Executivo da destinação prioritária para políticas públicas de cultura.

Proposta nº 11

Diretriz

Descentralizar a distribuição de recursos para a cultura em todas as regiões, Estados e Municípios a partir dos seguintes critérios:

1. De fundo para fundo;
2. Por instâncias de participação popular;
3. IDH baixíssimo, por macro e microrregiões.

Complemento

Utilizar o critério de distribuição de recursos garantindo valores iguais para cada cidadão brasileiro.

Proposta nº 12

Diretriz

Garantir a manutenção dos conselhos de cultura existentes e ampliação de novos conselhos locais (federal, estadual e municipal) com representação efetiva de todas as linguagens artísticas, respeitando a proporcionalidade de 1/3 do Poder Público e 2/3 da sociedade civil.

Complemento

Que o Conselho Federal de Cultura tenha na sua composição garantida a representatividade de todos os estados.

Sub-eixo I -C - Sistema Nacional de Cultura (GRUPO 1)

Proposta nº 13

Diretriz

Implantar o sistema nacional de cultura como instrumento de articulação, gestão, informação, formação e promoção de políticas públicas de cultura com participação e controle pela sociedade com distribuição de recursos nos moldes do PEC 150, envolvendo as 3 esferas do governo (federal, estadual e municipal) com conselhos de políticas culturais (no mínimo 50% composto pela sociedade civil), fundos de cultura, relatórios de gestão, conferências de cultura, planos de cultura e orçamento participativo da cultura.

Complementos

1. Estimular a adesão dos estados e municípios ao sistema nacional de cultura.,
2. Definir o papel, competência, atribuições e responsabilidade das 3 esferas (federal, estadual e municipal).
3. O SNC deve enfatizar:
 - a) a cooperação entre os atores;
 - b) os ganhos coletivos-sistêmicos;
 - c) os ganhos qualitativos-sociais;
 - d) o desenvolvimento humano;

- e) ações estruturantes;
- f) relações não-hierárquicas;
- g) cultura como meio de identidade mais do que mercadoria;
- h) a defesa das culturas locais.

Proposta nº 14

Diretriz

Garantir nos planos plurianuais o direito a diversidade a criação, ao fomento, a difusão cultural e a formação, democratizando o acesso às informações, equipamentos, bens e serviços culturais.

Complementos

1. Garantia de fomento inclusive àquelas atividades não economicamente mercadológicas.
2. Criação de mecanismos legais que coíbam as ações monopolistas da indústria cultural.

Proposta nº 15

Diretriz

Favorecer a integração de serviços, produtos e bens culturais, locais, regionais e nacionais para difusão, divulgação e intercâmbio.

Complementos

1. Incentivar a criação de consórcios públicos intermunicipais e regionais de cultura.
2. Favorecer o intercâmbio também em nível internacional.

Sub-eixo I-C - Sistema Nacional de Cultura (GRUPO 2)

Proposta nº 16

Diretriz

Formar e profissionalizar os agentes da cadeia produtiva da área cultural nas três esferas do Estado, em níveis diferenciados de formação.

Complementos

1. Criar programas de valorização, capacitação, aperfeiçoamento e formação acadêmica de gestores que contribuam para efetiva implantação e gestão das políticas públicas e para o processo de institucionalização da área cultural.
2. Criar cursos de formação e especialização artística (música, teatro e etc) e nas áreas técnicas de suporte a essas atividades (iluminação, sonorização e etc) estimulando o intercâmbio destas ações e a criação de redes de ativismo cultural.
3. Realizar concursos para a área da cultura criando seus respectivos planos de carreira, em todas as esferas do Estado (municípios, Estado e União).

4. Criar ou rever a legislação específica que regulamenta a atuação de escolas de formação artística, estabelecendo critérios diferenciados e específicos para a avaliação, reconhecimento e monitoramento dessas instituições.

Proposta nº 17

Diretriz

Criar e implementar um sistema nacional de informações culturais, estruturado em rede, para gerar indicadores que orientem a elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas de cultura numa perspectiva da transversalidade.

Complementos

1. Deve ser competência do sistema nacional de informações culturais também a realização de um cadastro nacional de agentes, instituições e manifestações culturais.
2. Formular uma agenda nacional de cultura que facilite o acesso à programação cultural de todos os estados brasileiros.

Proposta nº 18

Diretriz

Regulamentar e fortalecer FNC – Fundo Nacional de Cultura com ampliação dos recursos e a distribuição dos mesmos por meio de editais públicos de forma a contemplar todas as áreas culturais.

Complemento

Que todas as informações referentes ao FNC sejam disponibilizadas pelos meios de comunicação de massa garantindo, assim, sua transparência e finalidade.

EIXO II - CULTURA É DIREITO E CIDADANIA

Um processo contínuo de democratização cultural deve estar baseado em uma visão de cultura como força social de interesse coletivo. Neste processo, o Estado procura criar condições de acesso igualitário à cultura para todos os indivíduos e grupos. Numa democracia participativa, a cultura deve ser encarada como uma das expressões da cidadania e um dos objetivos do governo deve ser, então, o da promoção das formas culturais de todos os grupos sociais, segundo as necessidades e desejos de cada um, incentivando a participação popular no processo de criação cultural e a promoção de modos de autogestão das iniciativas culturais.

A cidadania democrática e cultural contribui para a superação das desigualdades, o reconhecimento das diferenças reais existentes entre os sujeitos em suas dimensões social e cultural. Os seres sociais são sujeitos concretos, entrelaçados em redes de relações, em projetos coletivos. Uma política cultural atualizada deve reconhecer a existência da diversidade de públicos, com as visões e interesses diferenciados que compõem a vida cotidiana.

Plenária Final – Propostas

Sub-eixo I-A – Cultura e Educação (GRUPO 1)

Proposta nº 1

Diretriz

Criar um programa nacional de formação cultural integrado ao Sistema Nacional de Cultura e ao Plano Nacional de Cultura, reconhecendo cultura como parte fundamental da educação para exercício de plena cidadania. Este programa deve articular as ações de educação formal, em seus três níveis, e não-formal, fomentando a capacitação, qualificação e formação continuada dos profissionais, que atuam na área, bem como o reconhecimento oficial do notório saber dos artistas e mestres populares para sua atuação como educadores.

Complemento

Encontrar mecanismos de parceria entre MEC e MINC, que propiciem aos artistas e mestres populares, com atuação reconhecida e publicamente comprovada, a possibilidade de ensinar, sendo o seu saber reconhecido através de certificação.

Proposta nº 2

Diretriz

Promover e estimular a criação de espaços públicos destinados ao ensino, produção e expressão das manifestações artísticas e culturais; apoiar os espaços comunitários e alternativos, propiciando o acesso democrático a todas as modalidades da produção intelectual do povo brasileiro.

Complemento

Alguns espaços relevantes: bibliotecas públicas, espaços comunitários e escolares, clubes, quadras, associações de moradores, praças, danceterias, asilos, e etc.

Proposta nº 3

Diretriz

Difundir e reforçar o conceito de cultura em todo o sistema educacional, a partir de ações integradas do MINC e do MEC, desde a educação infantil até a universidade, reconhecendo como cultura o conjunto de saberes praticado pelo povo: modos de vida, crenças e manifestações artísticas, expressão das culturas, indígenas e de afro-descendentes. Garantir também, que o ensino das artes nas escolas públicas e privadas seja feito por profissionais com formação em educação artística.

Complemento

Promover a formação continuada através de convênios entre universidades e instituições de ensino fundamental e médio, para garantir a efetiva aplicação da Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira, utilizando as linguagens artísticas como veículo, fomentando a produção das manifestações étnico-culturais.

Sub-eixo II-A – Cultura e Educação (GRUPO 2)

Proposta nº 4

Diretriz

Mapear e valorizar os mestres populares e ativistas culturais, para que possam atuar como multiplicadores fortalecendo as diversidades.

Proposta nº 5

Diretriz

Exigir habilidade específica para o educador do ensino regular das áreas de arte e cultura, através de certificação e formação ou comprovação de experiência.

Complementos

1. Promover a formação continuada dos educadores, por meio de convênios com universidades.
2. Garantir a efetivação de Lei 10.639/03.
3. Assegurar que as linguagens artísticas sejam exercidas nas escolas por profissionais habilitados.
4. Respeitar a diversidade étnico-cultural brasileira.

Proposta nº 6

Diretriz

Implantar, em todas as esferas públicas e privadas, programas de ensino de artes que proporcionem formação continuada dos agentes culturais, a fim de garantir à escola e à comunidade o acesso às diversas linguagens artísticas e manifestações culturais nas diversas modalidades de ensino.

Complemento

Fazer cumprir o Artigo 206, Inciso 2 da Constituição Federal e o Artigo 26, Parágrafo 2 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Cumprir os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Sub-eixo II-B – Cultura Digital

Proposta nº 7

Diretriz

Disponibilizar e garantir equipamentos, criando uma rede digital sociocultural em espaços públicos, para promover a democratização de acesso à informação em meio digital.

Complemento

Em espaços culturais multimídia, telecentros, laboratórios de informática, bibliotecas, escolas, museus, centros culturais, circos, etc.

Proposta nº 8

Diretriz

Criar programas especiais subsidiados para aquisição de computadores e softwares para artistas e trabalhadores da área cultural, de média e baixa de renda.

Proposta nº 9

Diretriz

Criar no MinC a área de multimídia para o fomento e a difusão da produção artístico-cultural feita através de tecnologia digital.

Complementos

1. Estabelecer mecanismos de fomento para a área, com editais e concursos que incluam linguagens como: infogravura, música eletrônica, arte *high-tech*, etc.
2. Promover o debate sobre questões éticas que resultem na revisão da legislação brasileira de direitos autorais no ambiente digital, de forma a equilibrar os interesses do autor, da indústria e do cidadão comum.

Sub-eixo II-C - Diversidade, Identidade e Redes Culturais

Proposta nº 10

Diretriz

Que o Estado brasileiro reconheça, respeite e apóie, política e economicamente, a autodeterminação cultural das populações urbanas e rurais, contemplando os aspectos étnicos e raciais (indígenas, afro-brasileiros e outras), a pluralidade de gênero e orientação sexual, as expressões religiosas e artísticas e demais populações excluídas.

Complementos

1. Que se crie dotação orçamentária para ações culturais, que busquem a capacitação de agentes culturais para a intervenção nas escolas, no mesmo sentido da Lei 10.639, que estabelece a inclusão do ensino da cultura afro-descendente, africana, no currículo escolar brasileiro.
2. Entende-se por “apoio econômico” prover dotação orçamentária para a implementação da diretriz.

Proposta nº 11

Diretriz

Viabilizar a criação e a manutenção de redes culturais de integração local, estadual, regional, nacional e internacional com a finalidade de facilitar o intercâmbio entre as expressões da diversidade cultural brasileira em suas diversas linguagens e modalidades e promover a pesquisa, a formação, a produção, a difusão e a distribuição de produtos culturais.

Complemento

Viabilizar centros de informação e referência em cultura que revitalizem o patrimônio, material e imaterial, através de pesquisa, mapeamento, difusão e divulgação. Redução de impostos e tarifas sobre os produtos culturais, materiais e imateriais, da auto-produção, de forma a facilitar sua circulação nas redes.

Proposta nº 12

Diretriz

Garantir o direito de representação nas instâncias públicas de gestão da cultura dos diversos grupos étnicos e raciais, sociais, regionais, políticos, de gênero e orientação sexual.

Sub-eixo II-D — Democratização do Acesso aos Bens Culturais

Proposta nº 13

Diretriz

Criar, implementar e fomentar programas e projetos voltados para a descentralização e interiorização das ações culturais, com ênfase na garantia do financiamento público (inclusive recursos oriundo das leis de renúncia fiscal) a partir das características e peculiaridades locais e regionais.

Complemento

Garantir a ampla divulgação, utilizando, inclusive, a máquina administrativa disponível, visando o alcance adequado para transferência cultural proposta.

Proposta nº 14

Diretriz

Criar condições de utilização de todo e qualquer espaço público como escolas e centros sociais, em seus horários disponíveis, para a produção, manifestação artística e sócio-cultural organizadas pela comunidade, de acordo, inclusive, com a agenda cultural do município, garantindo a universalização do acesso à cultura.

Proposta nº 15

Diretriz

Criar conselhos de cultura em todos os âmbitos da Federação, com seus respectivos fundos de cultura, representação majoritária da sociedade civil, escolhida diretamente pela mesma, com funções consultivas, de assessoramento, deliberativas, normativas e fiscalizadoras.

Complemento

Estar atentos às questões da gestão de patrimônio arqueológico e de questões com impacto ambiental, que movimentam grandes interesses e necessitam da

participação regional. É preciso ter pessoas habilitadas nos conselhos.

Sub-eixo II-E - Fortalecimento dos Movimentos Culturais

Proposta nº 16

Diretriz

Criar e garantir mecanismos, junto aos governos federais, estaduais e municipais, de reconhecimento, remunerando mestres da cultura popular, em todos os segmentos, que cultivem e pratiquem expressões de valor cultural, comprovadas por documentação, mídia, Conselhos e/ou instituições representativas, garantindo a seguridade social.

Complemento

Quando o mestre não puder exercer as suas atividades, ou no tempo da aposentadoria, ou seja, 25 anos para mulheres e 30 anos para homens.

Proposta nº 17

Diretriz

Criar programas nas três esferas do governo para formação, capacitação e aperfeiçoamento dos gestores públicos e agentes culturais para valorização das políticas culturais em todos os segmentos.

Proposta nº 18

Diretriz

Abrir as escolas públicas para os movimentos culturais, fortalecendo e legitimando suas ações, transformando as mesmas em pólos culturais, respeitando a diversidade nacional e priorizando a cultura regional e, principalmente, local.

Complemento

Respeitando a diversidade nacional e priorizando a cultura regional e, principalmente, local.

EIXO III - ECONOMIA DA CULTURA

Na última década, foram desenvolvidos estudos sobre as relações entre economia e cultura. Para muitos, esta relação é ainda de difícil convivência. O universo das atividades culturais é muito diverso. Uma das questões atualmente em pauta nas administrações públicas é a de avaliar o papel dos setores da cultura na economia mediante cifras concretas. Tais números ajudam a dar visibilidade a um setor, que até pouco tempo somente era reconhecido pelos seus valores simbólicos. Os números da produção cultural, reunidos com dados de consumo, permitem identificar problemas, potencialidades, oportunidades e riscos da área cultural. Outra questão é a do financiamento da cultura, que exige uma reflexão mais aprofundada, principalmente de seu papel dentro de uma lógica integrada de políticas culturais.

Plenária Final – Propostas

Sub-eixo III-A – Financiamento da Cultura (GRUPO 1)

Proposta nº 1

Diretriz

Vincular de modo não contingenciável para a Cultura, o mínimo de 2% no Orçamento da união, 1,5% no orçamento dos Estados e Distrito Federal, 1% do orçamento dos municípios com aprovação e regulamentação imediata da PEC 150/2003.

Proposta nº 2

Diretriz

Implementar um sistema de financiamento diversificado, nas três esferas de governo, que contemple as necessidades e pluralidades das manifestações culturais, priorizando o financiamento direto, através de fundos e editais; criando linhas especiais de créditos e aprimorando os mecanismos e leis de incentivo fiscal existentes.

Complementos

1. Descentralizar e desconcentrar o financiamento privilegiando os processos artísticos, a experimentação e a formação salvaguardando o pluralismo de linguagens, a diversidade cultural, de acordo com as diretrizes elaboradas pelas Câmaras Setoriais nas varias linguagens e 1ª Conferencia Nacional de Cultura, como mecanismo de regulação.
2. Instituir mecanismos de controle social, regulação, fiscalização e avaliação da aplicação dos recursos públicos diretos e indiretos.
3. Criar linhas de financiamento para a realização de projetos artísticos culturais, através do BNDES, dos bancos estatais, os bancos estaduais de desenvolvimento e do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) que contemple financiamento a fundo perdido.

Proposta nº 3

Diretriz

Instituir uma política tributária diferenciada para as atividades artísticas e culturais.

Complementos

1. Tributação de bens culturais: reduzir ou isentar os impostos sobre circulação nacional e internacional de bens culturais e na aquisição e importação de insumos e equipamentos necessários para a sua produção.
2. Tributação pessoa jurídica: reduzir a carga tributaria de empresas de produção artístico-cultural de pequeno e médio porte enquadrando-as principalmente no regime Simples, racionalizando os trâmites burocráticos.
3. Tributação pessoa física: rever a tributação do artista pessoa física, principalmente no que concerne ao importo de renda e INSS, criando alíquotas

especiais.

Sub-eixo III-A - Financiamento da cultura (GRUPO 2)

Proposta nº 4

Diretriz

Descentralizar de forma equânime os recursos públicos destinados à cultura entre estados e municípios.

Complementos

1. Regionalizar os editais e outras formas de distribuição de recursos.
2. Estabelecer nas leis de incentivo percentuais maiores de dedução para projetos realizados no interior e periferia.
3. Descentralizar de forma equânime as decisões e critérios de avaliação e seleção de projetos.

Proposta nº 5

Diretriz

Garantir a aplicação anual de nunca menos de 2% da União, 1,5% dos Estados e do Distrito Federal, e 1% dos Municípios, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências na produção e difusão da cultura nacional.

Proposta nº 6

Diretriz

Proporcionar mecanismos de custeio dos projetos/empreendimentos culturais, por meio de fundos e leis de incentivos fiscais que tenham obrigatoriamente controle social através dos conselhos de cultura (Nacional, Estadual e Municipal), necessariamente paritário e deliberativo.

Sub-eixo III-B - Mapeamento e Fortalecimento das Cadeias Produtivas

Proposta nº 7

Diretriz

Reduzir a carga tributária de empresas de produção artística e cultural, de pequeno e médio porte, escalonando a tributação de acordo com a receita, e racionalizar os trâmites burocráticos; principalmente, enquadrar as empresas com receita de microempresa no regime tributário Simples.

Complemento

Reduzir a carga tributária de empresas de produção artística e cultural de pequeno e médio porte, escalonando a tributação de acordo com a receita, e

racionalizar os trâmites burocráticos; principalmente, enquadrar as empresas com receita de microempresa no regime tributário Simples.

Proposta nº 8

Diretriz

Mapear, documentar, propagar e disponibilizar, ampla, acessível e democraticamente, de maneira digital e impressa, informações sobre a cadeia produtiva, os arranjos criativos e produção artística das localidades brasileiras, considerando todos os seus formatos, segmentos e variantes, inclusive as atividades individuais (indivíduos criadores), independentes ou itinerantes, e incluindo os espaços públicos, identificando os impactos econômicos e sociais através de estudo, diagnóstico e prospecção destas atividades, para promover e fortalecer a atividade artística cultural.

Complementos

Estudo, diagnóstico e prospecção das atividades artísticas e culturais, criando um órgão específico para essa atuação na área federal vinculado ao MinC.♦

1. Por meio da criação de um banco de dados.
2. Constituir uma Rede Aberta de Informações que favoreça a alimentação do Banco de Dados pelos diversos agentes dos setores artísticos e culturais.
3. Alimentando e atualizando periodicamente para garantir a validade das informações, no mínimo a cada 2 anos e garantido pelo PPA.

Proposta nº 9

Diretriz

Fomentar as produções e expressões artísticas e culturais em todas as suas etapas (Criação, pesquisa, produção, circulação e difusão), inclusive as atividades itinerantes e amadoras, através de Lei de fomento nacional, respeitando as diversidades regionais.

Complementos

1. O Fomento à atividade deve incluir o estímulo à disponibilização de espaços públicos (construções e terrenos) nos municípios.
2. Que seja feito um cadastro de grupos e/ou famílias que vivem de uma cultura específica, legado de tradição familiar, com a finalidade de receberem subsídios anuais (para todos os cadastrados) como incentivo (fomento) ao desenvolvimento de tais grupos. Ex: Circos, indígenas, ciganos, afrodescendentes, artesãos e outros.
3. Incluindo o setor do audiovisual...*
4. Com objetivos de criar reservas de mercado e protecionismo da cultura brasileira ante o produto cultural internacional.
5. Tais iniciativas devem ser apoiados por um Fundo Inter-setorial de Fomento às Artes e à Cultura com recursos provenientes de um percentual do faturamento das empresas de telecomunicações, entretenimento, artes e cultura.

EIXO IV - PATRIMÔNIO CULTURAL

A Constituição de 1988 estabeleceu claramente em seus artigos 215 e 216 a competência do Estado de garantir o exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura, valorizar e incentivar a produção cultural e preservar o patrimônio nacional, inclusive o das várias etnias e correntes civilizatórias que compõem a sociedade brasileira. Assim, a Constituição de 1988 ampliou o conceito de patrimônio cultural, aumentando a abrangência dos bens que o constituem e repartiu a responsabilidade legal de sua preservação entre as três instâncias do governo. E, mais importante, consagrou o princípio de participação da sociedade em todo o processo da preservação. Organismos não-governamentais e o Ministério Público vêm ampliando este campo de atuação. Assim, aquela ação isolada, até então desenvolvida pelo IPHAN, vem ganhando densidade, com a incorporação de novos agentes governamentais e não-governamentais. Nesse processo, o avanço exigido no campo da preservação do patrimônio cultural ultrapassou o universo da “pedra e cal” para incorporar aspectos intangíveis da cultura às políticas de preservação, tanto no que diz respeito à salvaguarda do patrimônio imaterial quanto aos sentidos atribuídos pela população aos bens patrimoniais.

Plenária Final – Propostas

Sub-eixo IV-A - Educação Patrimonial

Proposta nº 1

Diretriz

Inserir a Educação Patrimonial como diretriz curricular obrigatória em todos os níveis e modalidades de ensino formal, considerando os grupos étnicos, sociais, políticos, de gênero, religiosos e de orientação sexual.

Proposta nº 2

Diretriz

Promover e fomentar programas de formação e capacitação em Educação Patrimonial para professores, agentes culturais e atores sociais.

Complementos

Entendendo fomento como:

1. Programas de bolsa de estudo (Pontos de Cultura, programas existentes e a criação de outros);
2. Formação à distância (EAD*);
3. Garantir um diálogo com a sociedade por meio de fóruns permanentes de Educação Patrimonial.

* Sigla convencionada para Educação Distân-

Proposta nº 3

Diretriz

Criar e incentivar publicações específicas e promover campanhas permanentes para valoração e preservação do patrimônio cultural por intermédio de parcerias entre os ministérios afins, instituições culturais, empresas privadas e sociedade civil.

Complementos

1. Criação de redes de intercomunicação entre os agentes e gestores culturais de áreas afins ao patrimônio.
2. Difusão das produções e campanhas em todas as mídias.

Sub-eixo IV-B – Identificação e Preservação do Patrimônio Cultural

Proposta nº 4

Diretriz

Criar mecanismos visando à obrigatoriedade da elaboração de relatórios de impacto sócio cultural – RIC, antecedendo as intervenções públicas e privadas de relevância, em áreas urbanas e rurais, de modo a preservar o patrimônio cultural, material, imaterial e natural.

Proposta nº 5

Diretriz

Fomentar a criação nos municípios, de Centros de Memória com finalidade de promover ações de preservação dos bens patrimoniais, materiais e imateriais, com responsabilidade compartilhada no âmbito das três esferas públicas e da sociedade civil.

Complemento

Estes Centros de Memória incluem a memória indígena e negra como etnias matriciais historicamente desprivilegiadas.

Proposta nº 6

Diretriz

Criar o Sistema Brasileiro de Preservação do Patrimônio Cultural.

Complemento

A forma de gestão do sistema deverá ser através de conselhos deliberativos representativos em todas as instâncias.

Sub-eixo IV-C – Sistema de Financiamento e Gestão do Patrimônio cultural

Proposta nº 7

Diretriz

Transformar o Centro Nacional de Cultura Popular em um Instituto Nacional de Folclore e Culturas Populares Tradicionais, elevando sua autonomia institucional.

Complementos

1. Agregar ao Centro, o Museu Edson Carneiro e a Biblioteca Amadeu Amaral, ficando ele responsável pelas políticas das áreas definidas no I Seminário de Políticas Públicas para Culturas Populares, para atuar junto ao IPHAN, auxiliando no processo de registro e titulação do Patrimônio Imaterial.
2. Estabelecer Políticas Públicas que incentivem as manifestações culturais, orientando a elaboração de Planos de Ação e Planos Diretores, a fim de que promovam a sua continuidade.
3. Prever políticas de incentivo aos bens imateriais titulados como Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira, tais como: aposentadoria e acesso a recursos dos Fundos de Incentivo e Leis de Incentivo Cultural e Fundo da Cultura.
4. Criar mecanismos de incentivo para que as prefeituras estabeleçam convênios com as associações e entidades representativas dos grupos de folclore e cultura popular tradicional em seus municípios.
5. Definir percentuais específicos para grupos da cultura popular tradicional, nas Leis de Incentivo a Fundos de Cultura.
6. Estimular projetos que visem e garantam a transmissão das tradições da cultura local às outras gerações.
7. Incentivar a constituição de Fundos Municipais para a preservação do patrimônio cultural, com a descentralização de verbas, valorizando as culturas locais.
8. Construir programas e ações para a constituição de políticas de valorização e preservação da memória oral e do patrimônio imaterial das comunidades tradicionais e periféricas.

Proposta nº 8

Diretriz

Estimular a criação e o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural, com caráter deliberativo, paritário e fiscalizador, através de fóruns, garantindo a assessoria técnica e suporte financeiro aos mesmos.

Proposta nº 9

Diretriz

Fortalecer e reestruturar o IPHAN, implantando superintendências em todos os estados. Fomentar a implantação e/ou o fortalecimento dos órgãos estaduais e municipais de preservação.

Complementos

1. Estimular o diálogo técnico e institucional entre as entidades, com especial atenção à compilação e consolidação de normas técnicas, critérios e procedimentos para a adequada intervenção no patrimônio edificado e também na ampliação e instrumentalização da proteção legal sobre o patrimônio rural.
2. Promover concursos públicos e ações de capacitação de seus quadros profissionais nas diversas áreas necessárias à preservação do Patrimônio Cultural.

Sub-eixo IV-D – Política de Museus

Proposta nº 10

Diretriz

Estimular a criação de Cursos de Graduação em Museologia e áreas afins, bem como, promover a capacitação profissional em diversos níveis, em articulação com o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação e as Secretarias Estaduais e Municipais e do Distrito Federal.

Complementos

1. Incluir o Ministério da Educação nesse campo da formação.
2. Incluir e promover a capacitação profissional através de cursos e oficinas em articulação com o Ministério da Cultura e Secretarias Estaduais de Cultura, atuando de um modo amplo no campo do patrimônio dos museus.
3. Além dos cursos de graduação, criar também cursos técnicos, através dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

Proposta nº 11

Diretriz

Criar o Instituto Brasileiro de Museus e estimular a formação de sistemas e redes de museus estaduais, municipais e do Distrito Federal, em articulação com o Sistema Brasileiro de Museus e o Sistema Nacional de Cultura.

Complementos

1. Estimular a criação de sistemas de redes de museus e Instituto Brasileiro de Museus.
2. Criação de um órgão específico para a gestão dos museus.
3. Criação de um instituto específico para a política e administração de museus.

Proposta nº 12

Diretriz

Criar, revitalizar e desenvolver instituições museológicas e demais espaços culturais, valorizando a preservação do patrimônio cultural em todas as esferas públicas e privadas e fomentar a pesquisa, o registro e a preservação das práticas socioculturais, valorizando as identidades, a diversidade cultural para inclusão social nos espaços culturais, como o das universidades públicas, museus e demais instituições de memória.

Complementos

1. Valorizar e aprofundar a política nacional e estimular a criação de Museus Comunitários e Populares.
2. Criar espaços voltados para a produção de novas tecnologias de exposições de acervos.
3. Incentivo para a criação de novos museus em cidades pequenas.
4. Criação de uma instituição voltada especificamente para a gestão em nível nacional da área de museus.
5. Obrigatoriedade de criação de museus, bibliotecas e arquivos em todos os municípios da Federação e preservação dos espaços existentes.
6. Reforçar e ampliar a Política Nacional de Museus, de forma a garantir a continuidade das ações dela decorrentes.
7. Manutenção governamental dos patrimônios públicos, federal, estadual e municipal, que foram tombados, inclusive, as casas habitadas.
8. Desenvolver formas e meios de rentabilização dos espaços museológicos, com criação de bibliotecas, lojas, restaurantes, etc.

EIXO V - COMUNICAÇÃO E CULTURA

Um bom começo para este é o reconhecimento da importância que os meios de comunicação assumiram na constituição das sociedades modernas e a centralidade que ocupam na atualidade. O quadro cultural decorrente das transformações no campo das comunicações indica uma radical reconfiguração da dimensão simbólica do mundo contemporâneo. Um cenário em que as grandes corporações de mídia redesenham a esfera pública, num processo de fabricação de desejos coletivos, que se incorporam ao cotidiano das pessoas com novas práticas e rotinas culturais. Por outro lado, o debate sobre Comunicação é Cultura deve partir da compreensão de que ambos são direitos humanos inalienáveis, e assim precisam ser encarados por qualquer governo ou governante. Para que o debate seja realizado com a profundidade necessária, é preciso, portanto, trabalhar com um conceito abrangente de cultura e um conceito ampliado de comunicação.

Plenária Final – Propostas

Sub-eixo V-A – A Democratização dos Meios de Comunicação

Proposta nº 1

Diretriz

Debater, defender e promover sistemas brasileiros de comunicação digital, rádio, TV, cinema e telefonia móvel, com a participação da sociedade civil, assegurando a democratização dos meios de comunicação e a diversidade cultural, além de garantir a incorporação dos canais públicos, educativos e comunitários.

Proposta nº 2

Diretriz

Viabilizar a criação e a manutenção de equipamentos públicos: cineclubes, tele-centros, pontos de cultura, bibliotecas, que sejam centros de produção, difusão, formação e capacitação e estejam interligados em rede.

Complemento

Os cineclubes são diretamente ligados à organização social, tem compromisso ético com a cultura, democracia e a identidade nacional.

Proposta nº 3

Defender a criação e aprovação, no Congresso Brasileiro, da Lei Geral da Comunicação, que permita a descentralização, universalidade, democratização e o controle da sociedade civil sobre os meios de comunicação e regule o Sistema de Concessão e produção de conteúdo para: as rádios comunitárias, o rádio e a TV digital, a telefonia móvel e a banda larga, o cinema, a TV e a produção audiovisual.

Sub-eixo V-B – Regionalização e Descentralização da programação cultural das Emissoras de Rádio e TV

Proposta nº 4

Diretriz

Regulamentar as Leis de Comunicação de Massa, artigo 221 da Constituição Federal de 1988, através do Projeto de Lei 256*, garantindo a veiculação e divulgação das produções e manifestações culturais regionais em rádios e TVs.

Complementos

1. Democratizando o acesso da produção cultural regional e local aos veículos de comunicação e facilitar a circulação dessas produções culturais.
2. Emenda no Artigo 1º, do Projeto de Lei 256, garantindo a produção independente, produzida no Estado onde estão localizadas as sedes das emissoras ou suas afiliadas e, no Artigo 2º, garantindo que a difusão de produção independente seja local e/ou regional.

* Projeto de Lei nº 256/1991.

Proposta nº 5

Diretriz

Criar rádios e TVs públicas nas esferas Estadual e Municipal, garantindo a difusão da produção de cultura local e o intercâmbio entre as regiões, gerenciadas por Conselhos Tripartites Paritários, cada um em sua instância, respectivamente.

Complementos

1. Autonomia nos grupos étnicos indígenas e quilombolas para criar dentro de seus territórios, rádios e TVs comunitárias por decisão e gestão dessas comunidades e que independam da concessão pública.
2. Sistema de distribuição de concessões públicas de rádios e TV, incorporando a sociedade civil no processo de decisão, de forma a democratizar a ocupação de canais.
3. Constituir um fundo nacional específico para criação e manutenção de rádios e TVs públicas, pólos de produção de conteúdo e equipamentos culturais em cada município.

Proposta nº 6


Diretriz

Criar Conselho de Comunicação na área da cultura, com gerenciamento paritário entre a sociedade civil e o governo, nas três esferas governamentais, para que haja fiscalização dos meios de comunicação de massa, garantindo assim, a transversalidade das ações culturais entre as pastas Ministeriais e Secretarias.


ANEXO II

30 PROPOSTAS PRIORITÁRIAS DA 1ª CNC


1. Regulamentar as leis dos meios de comunicação de massa (art.221 CF/88), através do Projeto de Lei 256, garantindo a veiculação e divulgação das produções e manifestações culturais regionais em rádio e TVs.
2. A aprovação, em caráter de urgência, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 150/03 pelo Congresso Nacional e a garantia pelo Poder Executivo da destinação prioritária para políticas públicas de cultura.
3. Vincular de modo não contingenciável para a Cultura, o mínimo de 2% no Orçamento da união, 1,5% no orçamento dos Estados e Distrito Federal, 1% do orçamento dos municípios com aprovação e regulamentação imediata da PEC 150/2003.
4. Garantir a participação da sociedade civil, através de seus fóruns, na discussão da elaboração da lei geral de comunicação de massa assegurando a descentralização, a universalização, a democratização e o controle da sociedade civil sobre os meios de comunicação e regule o sistema de concessão e produção de conteúdo para: a) As rádios comunitárias; b) O rádio e a TV digital; c) A telefonia móvel e a banda larga; d) O cinema, a TV e a produção audiovisual. Criar um fundo para manutenção das rádios e Tvs comunitárias. Não ao controle e sim ao fortalecimento de meios de comunicação alternativos como TVs, rádios e jornais comunitários criando uma legislação que facilite a existência e manutenção dos meios alternativos.
5. Implantar o Sistema Nacional de Cultura como instrumento de articulação, gestão, informação, formação e promoção de políticas públicas de cultura com participação e controle pela sociedade com distribuição de recursos nos moldes do PEC 150, envolvendo as 3 esferas do governo (federal, estadual e municipal) com conselhos de políticas culturais (compostos com, no mínimo 50%, pela sociedade civil), fundos de cultura, relatórios de gestão, conferências de cultura, planos de cultura e orçamento participativo da cultura.
6. Implantar o SNC nas três esferas de governo com conselhos deliberativos, fóruns e conferências, garantindo: fundos de cultura, orçamento participativo, planos de cultura, censo de cultura e relatórios de gestão.
7. Implementar um sistema de financiamento diversificado, nas três esferas de governo, que contemple as necessidades e pluralidades das manifestações culturais, priorizando o financiamento direto, através de fundos e editais; criando linhas especiais de créditos e aprimorando os mecanismos e leis de incentivo fiscal existentes. Fomentar ações integradas no turismo e cultura local bem como para o desenvolvimento sustentável.
8. Criar um programa nacional de formação cultural integrado ao Sistema Nacional de Cultura e ao Plano Nacional de Cultura, reconhecendo cultura como parte fundamental da educação para exercício de plena cidadania. Esse programa deve articular as ações de educação formal, em seus três níveis, e não formal, fomentando a capacitação, qualificação e formação continuada dos profissionais que atuam na área, bem como, o reconhecimento oficial do notório saber dos artistas e mestres populares para sua atuação como educadores.
9. Descentralizar e distribuir equitativamente os recursos públicos e privados para a cultura em todas as regiões do Brasil, respeitando as necessidades locais. Este procedimento deve ser direcionado para a regulamentação prevista na PEC 150/03.
10. Fomentar a criação nos municípios, de Centros de Memória com finalidade de promover ações de preservação dos bens patrimoniais, materiais e imateriais, com responsabilidade compartilhada no âmbito das três esferas públicas e da sociedade civil .




11. Disponibilizar e garantir equipamentos, criando uma rede digital sociocultural em espaços públicos, para promover a democratização de acesso à informação em meio digital.




12. Promover e estimular a criação de espaços públicos destinados ao ensino, produção e expressão das manifestações artísticas e culturais; e apoiar os espaços comunitários e alternativos, propiciando o acesso democrático a todas as modalidades de emanção da produção intelectual do povo brasileiro.




13. Implantação do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura com participação deliberativa do Conselho Nacional de Política Cultural, com investimentos nos moldes da PEC 150/2003; sendo que a definição das políticas, programas e prioridades, nos 3 níveis de governo, se dará através das conferências e conselhos de cultura com caráter deliberativo, normativo e fiscalizador, de composição, no mínimo, paritária da sociedade civil.




14. Viabilizar a criação e a manutenção de redes culturais de integração local, estadual, regional, nacional e internacional com a finalidade de facilitar o intercâmbio entre as expressões da diversidade cultural brasileira em suas diversas linguagens e modalidades e promover a pesquisa, a formação, a produção, a difusão e a distribuição de produtos culturais.




15. Mapear, documentar, propagar e disponibilizar, ampla, acessível e democraticamente, de maneira digital e impressa, informações sobre a cadeia produtiva, os arranjos criativos e produção artística das localidades brasileiras, considerando todos os seus formatos, segmentos e variantes, inclusive as atividades individuais (indivíduos criadores), independentes ou itinerantes, e incluindo os espaços públicos, identificando os impactos econômicos e sociais através de estudo, diagnóstico e prospecção destas atividades, para promover e fortalecer a atividade artística cultural.



16. Viabilizar a criação e a manutenção de equipamentos públicos (cineclubes, telecentros, pontos de cultura, bibliotecas etc.) que sejam centros de produção, difusão, formação e capacitação interligados em rede com a participação prioritária e parceria com escolas públicas e com organizações que trabalham com crianças e jovens em risco e vulnerabilidade social.



17. Criar, implementar e fomentar programas e projetos voltados para a descentralização e interiorização das ações culturais, com ênfase na garantia do financiamento público (inclusive recursos oriundo das leis de renúncia fiscal) a partir das características e peculiaridades locais e regionais.



18. Debater, defender e promover sistemas brasileiros de comunicação de massa (Rádio, TV, Cinema e Telefonia Móvel), com a participação de atores públicos e da sociedade civil, assegurando a democratização dos meios de comunicação e a diversidade cultural, além de garantir a incorporação dos canais públicos, educativos e comunitários.

19. Regulamentar e fortalecer o FNC – Fundo Nacional de Cultura com ampliação dos recursos e a distribuição dos mesmos por meio de editais públicos de forma a contemplar todas as áreas culturais. Que todas as informações referentes ao FNC sejam disponibilizadas com destaque pelos meios de comunicação de massa a nível nacional, estadual e municipal garantindo, assim, sua transparência e finalidade.

20. Criar, revitalizar e desenvolver instituições museológicas e demais espaços culturais valorizando a preservação do patrimônio cultural em todas as esferas públicas e privadas, e fomentar a pesquisa, o registro e a preservação das práticas sócio-culturais, valorizando as identidades, a diversidade cultural para a inclusão social nos espaços culturais, como os das universidades públicas, museus e demais instituições de memória.

21. Criar e implementar um sistema nacional de informações culturais, estruturado em rede, para gerar indicadores que orientem a elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas de cultura numa perspectiva da transversalidade.

22. Estimular a criação e implantação de secretarias específicas de cultura e/ou fundações com orçamentos próprios nos estados e municípios.

23. Garantir a aplicação anual de nunca menos de 2% da União, 1,5% dos estados e do Distrito Federal, e 1% dos municípios, da Receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências na produção e difusão da cultura nacional.

24. Criar conselhos de cultura em todos âmbitos da Federação, com seus respectivos fundos de cultura, com representação majoritária da sociedade civil, escolhida diretamente pela mesma, com funções consultivas, de assessoramento, deliberativas, normativas e fiscalizadoras.

25. Criar rádios e TVs públicas e comunitárias nas esferas estadual e municipal, garantindo a difusão da produção de cultura local e o intercâmbio entre as regiões. Gerenciados por conselho tripartite, paritário, cada um em sua instância, respectivamente.

26. Promover e fomentar programas de formação e capacitação em Educação Patrimonial para professores, agentes culturais e atores sociais.

27. Criar mecanismos visando a obrigatoriedade da elaboração de relatórios de impacto sócio cultural – RIC, antecedendo as intervenções públicas e privadas de relevância, em áreas urbanas e rurais, de modo a preservar o patrimônio cultural, material, imaterial e natural.

28. Criar condições de utilização de todo e qualquer espaço público tais como escolas e centros sociais, praças e terrenos nos seus horários disponíveis para a produção, manifestação artística e sócio-cultural organizadas pela comunidade, de acordo, inclusive, com a agenda cultural do município, garantindo a universalização do acesso à cultura.

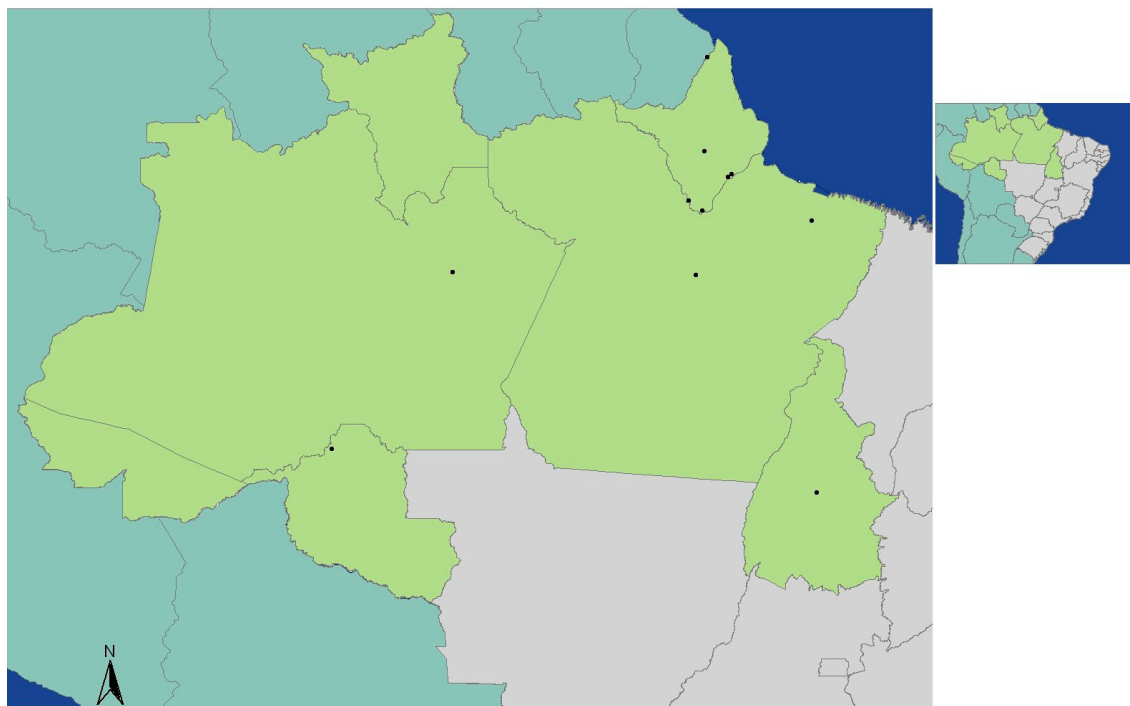
29. Fomentar as produções e expressões artísticas e culturais em todas as suas etapas (Criação, pesquisa, produção, circulação e difusão), inclusive as atividades itinerantes e amadoras, através de Lei de fomento nacional, respeitando as diversidades regionais.

30. Fortalecer e reestruturar o IPHAN, implantando superintendências em todos os estados. Fomentar a implantação e/ou o fortalecimento dos órgãos estaduais e municipais de preservação.

ANEXO III

**DADOS ESPACIALIZADOS DAS CONFERÊNCIAS
MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS DE CULTURA EM
2005**

Conferências Municipais - Região Norte



● Municípios que realizaram Conferências Municipais

Tabela 1 - Municípios que participaram de Conferências Municipais - Região Norte

| UF | Microrregião | Conferência |
|----------|----------------|-------------------------|
| AM | Manaus | Manaus |
| AP | Macapá | Macapá |
| | | Pedra Branca do Amapari |
| | | Santana |
| | Mazagão | Laranjal do Jari |
| | | Vitória do Jari |
| Oiapoque | Oiapoque | |
| PA | Altamira | Altamira |
| | Belém | Belém |
| RO | Porto Velho | Porto Velho |
| TO | Porto Nacional | Palmas |

Conferências Municipais de Cultura - Região Nordeste

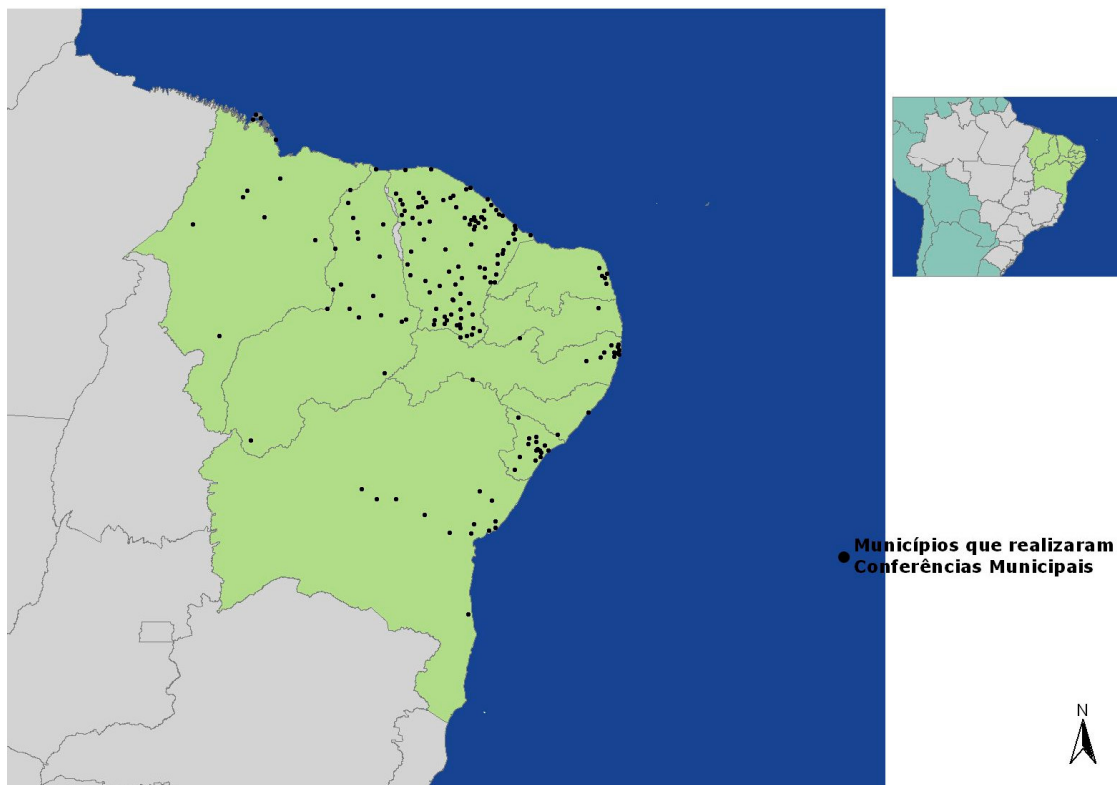


Tabela 2 - Municípios que participaram de Conferências Municipais - Região Nordeste

| UF | Microrregião | Conferência | |
|--------|------------------|------------------------|------------------|
| AL | Maceió | Maceió | |
| | Penedo | Penedo | |
| BA | Alagoinhas | Alagoinhas | |
| | Feira de Santana | Água Fria | |
| | Ilhéus-Itabuna | Irecê | Una |
| | | | Barra do Mendes |
| | Souto Soares | Itaberaba | Itaberaba |
| | | | Jequié |
| | Salvador | Santo Antônio de Jesus | Camaçari |
| | | | Lauro de Freitas |
| | | | Salvador |
| | Maragogipe | Nazaré | Maragogipe |
| Utinga | | | |

Tabela 2 - Municípios que participaram de Conferências Municipais - Região Nordeste (continuação)

| UF | Microrregião | Conferência |
|---------|--------------------|-----------------------|
| CE | Baixo Curu | Paracuru |
| | | Paraipaba |
| | Baixo Jaguaribe | Alto Santo |
| | | Jaguaruana |
| | | Limoeiro do Norte |
| | | Russas |
| | | São João do Jaguaribe |
| | | Tabuleiro do Norte |
| | Barro | Aurora |
| | | Mauriti |
| | Baturité | Acarape |
| | | Aracoiaba |
| | | Aratuba |
| | | Baturité |
| | | Capistrano |
| | | Itapiúna |
| | | Mulungu |
| | | Pacoti |
| | | Redenção |
| | Brejo Santo | Brejo Santo |
| | | Milagres |
| | Canindé | Caridade |
| | | Itatira |
| | Cariri | Barbalha |
| | | Crato |
| | | Jardim |
| | | Juazeiro do Norte |
| | | Nova Olinda |
| | | Porteiras |
| | Santana do Cariri | |
| | Caririaçu | Altaneira |
| | | Caririaçu |
| | | Farias Brito |
| | Cascavel | Beberibe |
| | | Cascavel |
| | | Pindoretama |
| | Chapada do Araripe | Araripe |
| | | Assaré |
| | Chorozinho | Barreira |
| | | Ocara |
| | Fortaleza | Eusébio |
| | | Fortaleza |
| Guaiúba | | |

Tabela 2 - Municípios que participaram de Conferências Municipais - Região Nordeste (continuação)

| UF | Microrregião | Conferência |
|----|-----------------------------|---------------------------|
| CE | Ibiapaba | Carnaubal |
| | | Croata |
| | | Ibiapina |
| | | São Benedito |
| | | Tianguá |
| | | Ubajara |
| | | Viçosa do Ceará |
| | Iguatu | Cedro |
| | | Iço |
| | | Iguatu |
| | Ipu | Pires Ferreira |
| | | Reriutaba |
| | Litoral de Aracati | Aracati |
| | | Fortim |
| | | Icapuí |
| | | Itaiçaba |
| | Litoral de Camocim e Acaraú | Acaraú |
| | | Camocim |
| | Médio Curu | Apuiarés |
| | Médio Jaguaribe | Jaguaretama |
| | | Jaguaribara |
| | | Jaguaribe |
| | Meruoca | Meruoca |
| | Santa Quitéria | Hidrolândia |
| | | Santa Quitéria |
| | Serra do Pereiro | Ererê |
| | | Iracema |
| | | Pereiro |
| | Sertão de Cratéus | Crateús |
| | | Novo Oriente |
| | | Quiterianópolis |
| | | Tamboril |
| | Sertão de Inhamuns | Arneiroz |
| | | Catarina |
| | | Tauá |
| | Sertão de Quixeramobim | Boa Viagem |
| | | Quixadá |
| | Sertão de Senador Pompeu | Acopiara |
| | | Deputado Irapuan Pinheiro |
| | | Mombaça |
| | | Senador Pompeu |

Tabela 2 - Municípios que participaram de Conferências Municipais - Região Nordeste (continuação)

| UF | Microrregião | Conferência |
|------------------------|------------------------------|-------------------------|
| CE | Sobral | Cariré |
| | | Forquilha |
| | | Groaíras |
| | | Irauçuba |
| | | Sobral |
| | Uruburetama | Itapagé |
| | | Uruburetama |
| | Várzea Alegre | Antonina do Norte |
| | | Cariús |
| | | Jucás |
| Várzea Alegre | | |
| MA | Alto Mearim e Grajaú | Grajaú |
| | Baixada Maranhense | Monção |
| | Caxias | Caxias |
| | Gerais de Balsas | Balsas |
| | Gurupi | Centro Novo do Maranhão |
| | Litoral Ocidental Maranhense | Apicum-Açu |
| | | Bacuri |
| | | Cururupu |
| | | Guimarães |
| | Médio Mearim | Bacabal |
| | Pindaré | Bom Jesus das Selvas |
| Santa Inês | | |
| Rosário | Santa Rita | |
| PB | Guarabira | Sertãozinho |
| PE | Itamaracá | Araçoiaba |
| | | Igarassu |
| | | Itapissuma |
| | Itaparica | Belém de São Francisco |
| | Pajeú | Solidão |
| | Recife | Camaragibe |
| | | Jaboatão dos Guararapes |
| | | Paulista |
| | | Recife |
| | Vale do Ipojuca | São Lourenço da Mata |
| Bezerros | | |
| Vitória de Santo Antão | Pombos | |

Tabela 2 - Municípios que participaram de Conferências Municipais - Região Nordeste (continuação)

| UF | Microrregião | Conferência |
|--------------------------------------|-----------------------------------|-------------------------|
| PI | Alto Médio Canindé | Queimada Nova |
| | | Vila Nova do Piauí |
| | Baixo Parnaíba Piauiense | Barras |
| | | Luzilândia |
| | | São João do Arraial |
| | Campo Maior | Campo Maior |
| | | Castelo do Piauí |
| | | Nossa Senhora de Nazaré |
| | Chapadas do Extremo Sul Piauiense | Pedro II |
| | | Corrente |
| | Floriano | Floriano |
| | Litoral Piauiense | Luís Correia |
| | Médio Parnaíba Piauiense | Amarante |
| | | Jardim do Mulato |
| | Picos | Cajazeiras do Piauí |
| Oeiras | | |
| Santana do Piauí | | |
| Pio IX | São Julião | |
| Teresina | Teresina | |
| Valença do Piauí | Valença do Piauí | |
| RN | Macaíba | Ceará-Mirim |
| | | Macaíba |
| | | São José de Mipibu |
| | Natal | Natal |
| Parnamirim | | |
| SE | Agreste de Lagarto | Lagarto |
| | Aracaju | Aracaju |
| | | São Cristóvão |
| | Baixo Cotinguiba | Maruim |
| | | Riachuelo |
| | | Santo Amaro das Brotas |
| | Boquim | Itabaianinha |
| | Carira | Ribeirópolis |
| | Cotinguiba | Divina Pastora |
| | Japarutuba | Japarutuba |
| | | Pirambu |
| | Nossa Senhora das Dores | Cumbe |
| | | Nossa Senhora das Dores |
| São Miguel do Aleixo | | |
| Propriá | Brejo Grande | |
| Sergipana do Sertão do São Francisco | Poço Redondo | |

Conferências Municipais de Cultura - Região Centro-Oeste

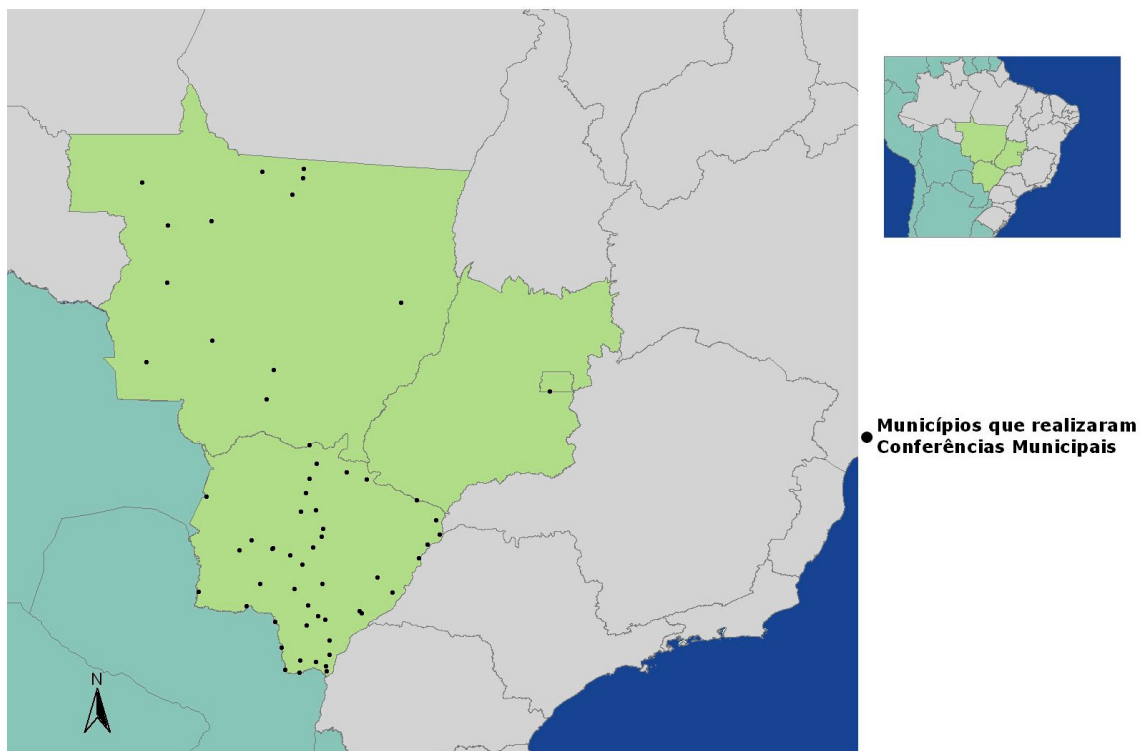


Tabela 3- Municípios que participaram de Conferências Municipais - Região Centro-Oeste

| UF | Microrregião | Conferência |
|-----------|---------------------|--------------------------|
| GO | Entorno de Brasília | Valparaíso de Goiás |
| MS | Alto Taquari | Alcinópolis |
| | | Coxim |
| | | Figueirão |
| | | Pedro Gomes |
| | | Rio Verde de Mato Grosso |
| | | São Gabriel do Oeste |
| | | Sonora |
| | Aquidauana | Anastácio |
| | | Aquidauana |
| | | Dois Irmãos do Buriti |
| | | Miranda |
| | Baixo Pantanal | Corumbá |
| | | Porto Murtinho |
| | Bodoquena | Bela Vista |
| Bodoquena | | |
| Jardim | | |

Tabela 3- Municípios que participaram de Conferências Municipais - Região Centro-Oeste (continuação)

| UF | Microrregião | Conferência |
|------------------|------------------|-------------------------|
| MS | Campo Grande | Bandeirantes |
| | | Campo Grande |
| | | Jaraguari |
| | | Rio Negro |
| | | Sidrolândia |
| | Cassilândia | Cassilândia |
| | | Costa Rica |
| | Dourados | Caarapó |
| | | Fátima do Sul |
| | | Itaporã |
| | | Maracaju |
| | | Nova Alvorada do Sul |
| | | Ponta Porá |
| | Iguatemi | Coronel Sapucaia |
| | | Eldorado |
| | | Iguatemi |
| | | Itaquiraí |
| | | Jateí |
| | | Mundo Novo |
| | | Naviraí |
| | | Paranhos |
| | | Sete Quedas |
| | | Tacuru |
| | Nova Andradina | Bataguassu |
| | | Batayporã |
| | | Nova Andradina |
| | Paranaíba | Aparecida do Taboado |
| | | Paranaíba |
| | | Selvíria |
| | Três Lagoas | Santa Rita do Pardo |
| | | Três Lagoas |
| | MT | Alta Floresta |
| Alto Guaporé | | Pontes e Lacerda |
| Alto Pantanal | | Barão de Melgaço |
| Arinos | | Juara |
| | | Novo Horizonte do Norte |
| Aripuanã | | Aripuanã |
| | | Juína |
| Canarana | | Canarana |
| Colíder | | Guarantã do Norte |
| | | Matupá |
| | | Terra Nova do Norte |
| Cuiabá | | Chapada dos Guimarães |
| Parecis | | Sapezal |
| Tangará da Serra | Tangará da Serra | |

Conferências Municipais de Cultura - Região Sudeste

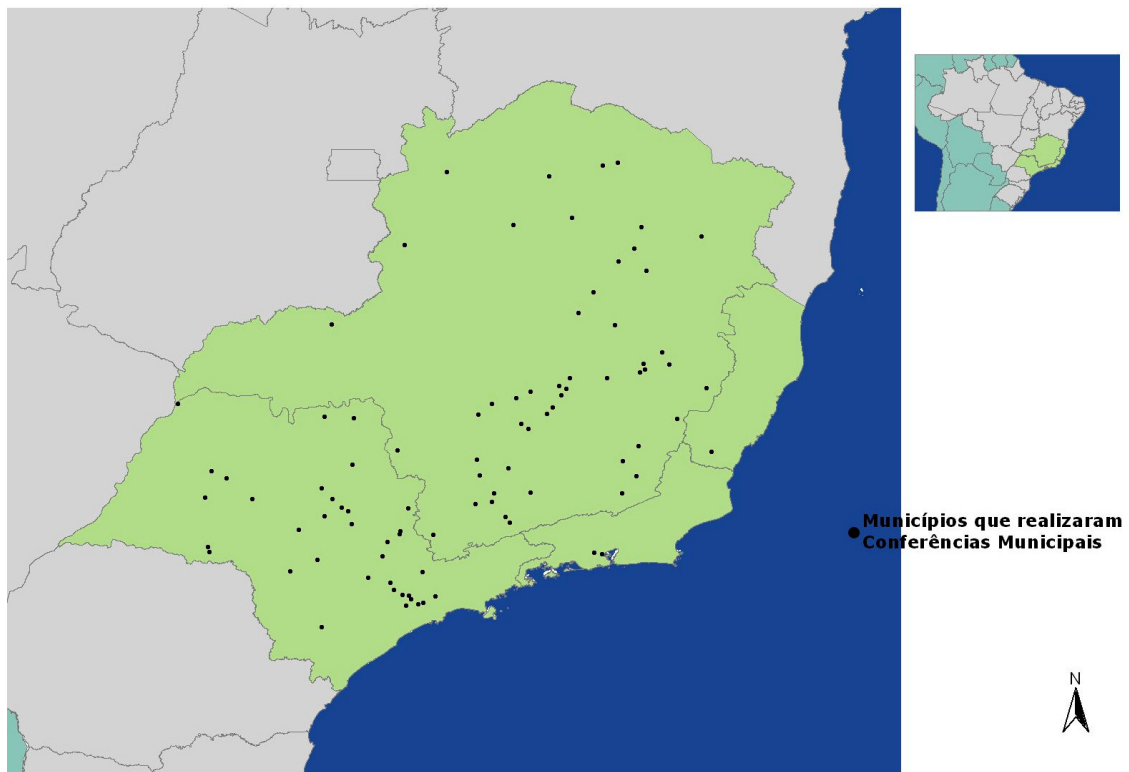


Tabela 4 - Municípios que participaram de Conferências Municipais - Região Sudeste

| UF | Microrregião | Conferência |
|-----------|-------------------------|-------------------------|
| ES | Cachoeiro de Itapemirim | Muqui |
| MG | Aimorés | Mutum |
| | Andrelândia | Minduri |
| | Araçuaí | Padre Paraíso |
| | | Virgem da Lapa |
| | Araxá | Campos Altos |
| | Belo Horizonte | Belo Horizonte |
| | | Brumadinho |
| | | Contagem |
| | | Lagoa Santa |
| | Bom Despacho | Ribeirão das Neves |
| | | Lagoa da Prata |
| | Capelinha | Capelinha |
| | | Carbonita |
| | | José Gonçalves de Minas |
| Turmalina | | |
| | Veredinha | |

Tabela 4 - Municípios que participaram de Conferências Municipais - Região Sudeste (continuação)

| UF | Microrregião | Conferência |
|--------------------------|--------------------------|-----------------------------|
| MG | Caratinga | Dom Cavati |
| | Cataguases | Cataguases |
| | Diamantina | Couto de Magalhães de Minas |
| | | Gouveia |
| | Divinópolis | Cláudio |
| | | Santo Antônio do Monte |
| | | São Gonçalo do Pará |
| | Formiga | Arcos |
| | Guanhães | Sabinópolis |
| | Ipatinga | Coronel Fabriciano |
| | | Ipatinga |
| | | Periquito |
| | | Santana do Paraíso |
| | Itabira | Itabira |
| | Itaguara | Rio Manso |
| | Itajubá | Virgínia |
| | Janaúba | Nova Porteirinha |
| | | Porteirinha |
| | Juiz de Fora | Maripá de Minas |
| | Lavras | Lavras |
| | Manhuaçu | Manhumirim |
| | Montes Claros | Japonvar |
| | | Montes Claros |
| | Ouro Preto | Ouro Preto |
| | Pará de Minas | Pará de Minas |
| | Paracatu | Paracatu |
| | Pirapora | Ibiaí |
| | Pouso Alegre | Bueno Brandão |
| | Santa Rita do Sapucaí | São Gonçalo do Sapucaí |
| | São Lourenço | Cambuquira |
| | | Carmo de Minas |
| | | São Lourenço |
| | | São Sebastião do Rio Verde |
| São Sebastião do Paraíso | São Sebastião do Paraíso | |
| Ubá | Ubá | |
| Uberlândia | Araguari | |
| Unaí | Arinos | |
| Varginha | Boa Esperança | |
| | Três Corações | |
| | Três Pontas | |
| Viçosa | Ervália | |

Tabela 4 - Municípios que participaram de Conferências Municipais - Região Sudeste (continuação)

| UF | Microrregião | Conferência |
|-----------|-----------------------|-----------------------|
| RJ | Rio de Janeiro | Duque de Caxias |
| | | Nova Iguaçu |
| SP | Araraquara | Araraquara |
| | | Matão |
| | Assis | Assis |
| | | Cândido Mota |
| | Avaré | Avaré |
| | Birigui | Birigui |
| | | Penápolis |
| | Botucatu | Botucatu |
| | Bragança Paulista | Atibaia |
| | Campinas | Sumaré |
| | Capão Bonito | Ribeirão Grande |
| | Itapeccerica da Serra | Itapeccerica da Serra |
| | | Taboão da Serra |
| | Ituverava | Ituverava |
| | Jaboticabal | Monte Alto |
| | Jales | Santa Clara d'Oeste |
| | Jaú | Pederneiras |
| | Lins | Cafelândia |
| | Mogi das Cruzes | Poá |
| | | Suzano |
| | Moji Mirim | Artur Nogueira |
| | | Mogi Guaçu |
| | | Moji Mirim |
| | Osasco | Jandira |
| | | Osasco |
| | Ribeirão Preto | Ribeirão Preto |
| | Rio Claro | Itirapina |
| | São Carlos | Dourado |
| | | Ibaté |
| | | São Carlos |
| | São João da Boa Vista | São João da Boa Vista |
| | São Joaquim da Barra | Guairá |
| Orlândia | | |
| São Paulo | Diadema | |
| | Santo André | |
| Sorocaba | Araçariгуama | |
| | Cabreúva | |
| | Porto Feliz | |
| Tupã | Arco-Íris | |

Conferências Municipais de Cultura - Região Sul

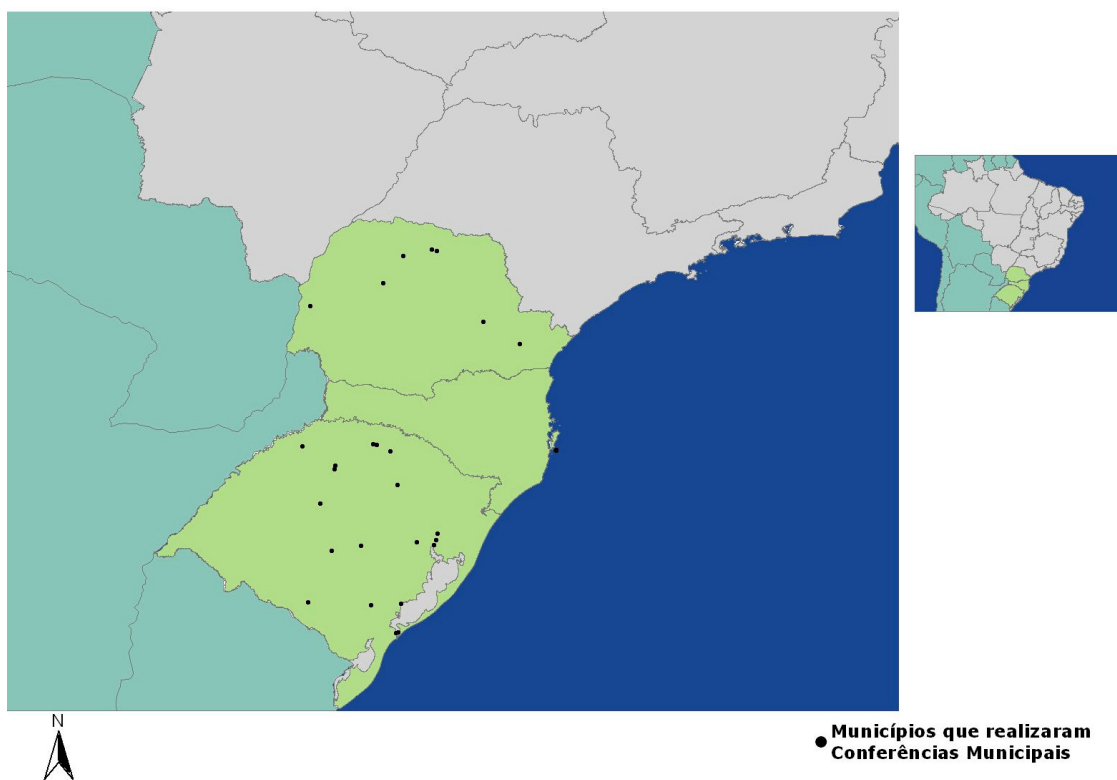


Tabela 5 - Municípios que participaram de Conferências Municipais - Região Sul

| UF | Microrregião | Conferência | |
|---------------------|-------------------------|------------------|-------------------|
| PR | Campo Mourão | Campo Mourão | |
| | Curitiba | Curitiba | |
| | Londrina | | Cambé |
| | | | Londrina |
| | Maringá | Maringá | |
| | Ponta Grossa | Carambeí | |
| Toledo | Marechal Cândido Rondon | | |
| RS | Cachoeira do Sul | Cachoeira do Sul | |
| | Campanha Meridional | Aceguá | |
| | Erechim | | Campinas do Sul |
| | | | Getúlio Vargas |
| | | | Jacutinga |
| | Ijuí | | Condor |
| | | | Panambi |
| | Litoral Lagunar | | Rio Grande |
| | | | São José do Norte |
| | Pelotas | | Canguçu |
| São Lourenço do Sul | | | |

Tabela 5 - Municípios que participaram de Conferências Municipais - Região Sul (continuação)

| UF | Microrregião | Conferência |
|-----------|---------------------|--------------------|
| RS | Porto Alegre | Canoas |
| | | Porto Alegre |
| | | São Leopoldo |
| | Santa Maria | São Sepé |
| | Santa Rosa | Três de Maio |
| | Santiago | Tupanciretã |
| | São Jerônimo | Charqueadas |
| SC | Florianópolis | Florianópolis |

Conferências Intermunicipais de Cultura - Região Norte

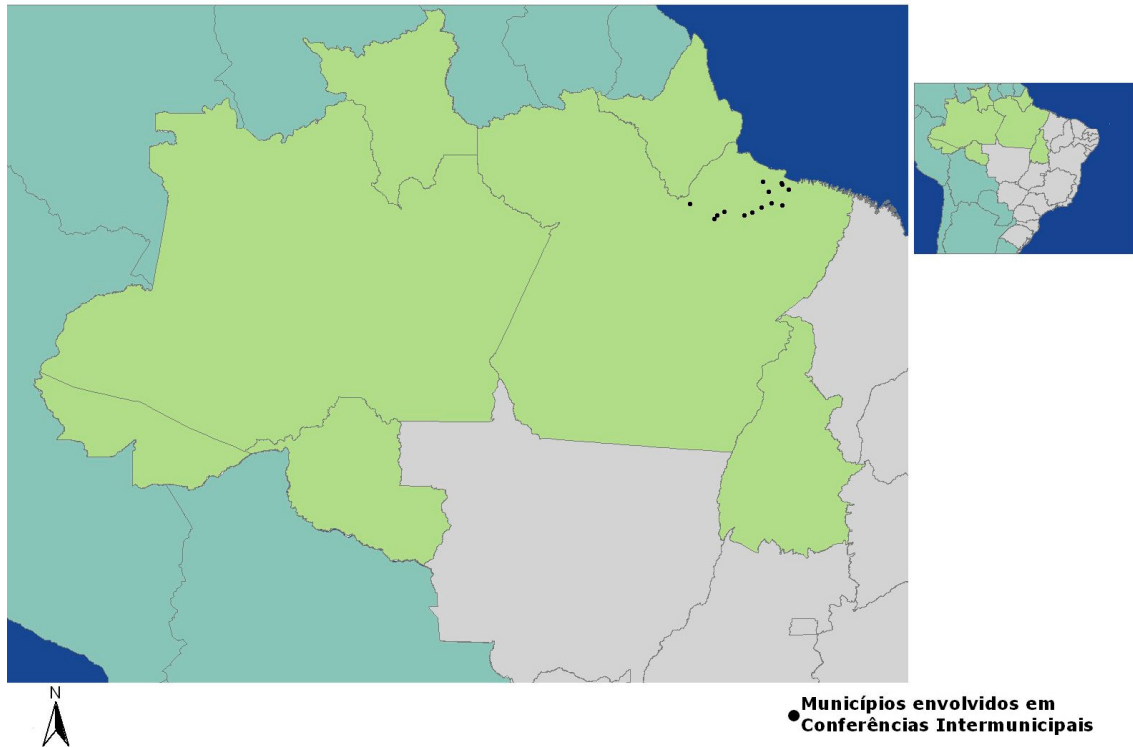


Tabela 6 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Norte

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|---------|-------------------------|-----------------|----------------------------|
| PA | Intermunicipal de Belém | Arari | Cachoeira do Arari |
| | | | Muaná |
| | | | Ponta de Pedras |
| | | | Salvaterra |
| | | | Santa Cruz do Arari |
| | | | Soure |
| | | Belém | Belém |
| | | Furos de Breves | Breves |
| | | | Currálinho |
| | | | São Sebastião da Boa Vista |
| | | Portel | Gurupá |
| | | | Melgaço |
| | | | Portel |
| Salgado | Colares | | |

Conferências Intermunicipais de Cultura - Região Nordeste

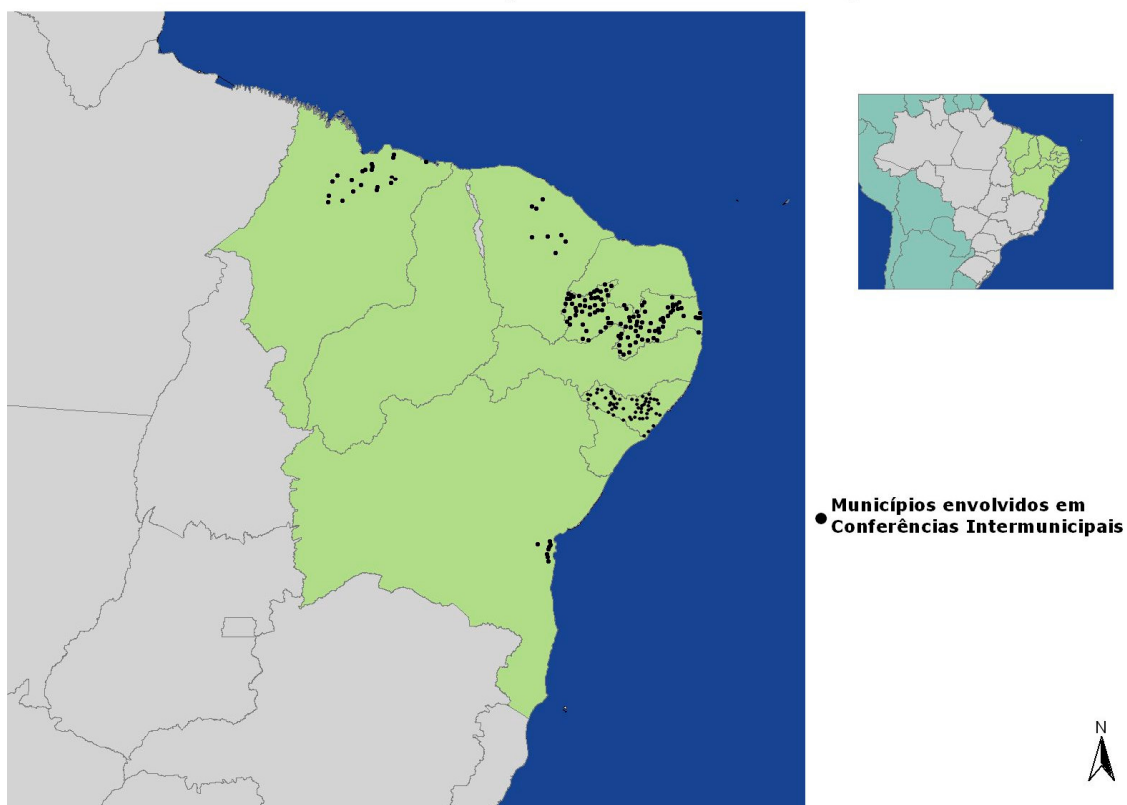


Tabela 7 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Nordeste

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|--------|-----------------------------|---------------------|-----------------------|
| AL | Intermunicipal de Arapiraca | Arapiraca | Arapiraca |
| | | | Campo Grande |
| | | | Coité do Nóia |
| | | | Feira Grande |
| | | | Girau do Ponciano |
| | | | Limoeiro de Anadia |
| | | | São Sebastião |
| | | | Taquarana |
| | | Batalha | Belo Monte |
| | | | Jaramataia |
| | | Palmeira dos Índios | Estrela de Alagoas |
| | | | Igaci |
| | | Palmeira dos Índios | Palmeira dos Índios |
| | | | São Miguel dos Campos |
| Traipu | Traipu | | |

Tabela 7 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Nordeste (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|--------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| AL | Intermunicipal de Coruripe | Mata Alagoana | Atalaia |
| | | | Cajueiro |
| | | | Capela |
| | | Palmeira dos Índios | Belém |
| | | | Mar Vermelho |
| | | | Maribondo |
| | | | Paulo Jacinto |
| | | | Quebrangulo |
| | | | Tanque D'Arca |
| | | Penedo | Feliz Deserto |
| | | | Piaçabuçu |
| | | São Miguel dos Campos | Anadia |
| | | | Boca da Mata |
| | | | Campo Alegre |
| | | | Coruripe |
| | | | Jequiá da Praia |
| | | | Roteiro |
| | | | São Miguel dos Campos |
| | | Teotônio Vilela | |
| | | Serrana dos Quilombos | Chã Preta |
| | | | Pindoba |
| Viçosa | | | |

Tabela 7 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Nordeste (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município | |
|-------------|-----------------------------------|-------------------------------------|---------------------------|-------------|
| AL | Intermunicipal de Delmiro Gouveia | Alagoana do Sertão do São Francisco | Delmiro Gouveia | |
| | | | Olho d'Água do Casado | |
| | | | Piranhas | |
| | | Batalha | Jacaré dos Homens | |
| | | | Monteirópolis | |
| | | | Olho d'Água das Flores | |
| | | | Olivença | |
| | | Santana do Ipanema | Carneiros | |
| | | | Dois Riachos | |
| | | | Maravilha | |
| | | | Ouro Branco | |
| | | | Palestina | |
| | | | Pão de Açúcar | |
| | | | Poço das Trincheiras | |
| | | | Santana do Ipanema | |
| | | | São José da Tapera | |
| | | | Senador Rui Palmeira | |
| | | Serrana do Sertão Alagoano | Água Branca | |
| | | | Canapi | |
| | | | Inhapi | |
| Mata Grande | | | | |
| Pariconha | | | | |
| BA | Intermunicipal de Valença | Valença | Cairu | |
| | | | Camamu | |
| | | | Igrapiúna | |
| | | | Ituberá | |
| | | | Nilo Peçanha | |
| | | | Presidente Tancredo Neves | |
| | | | Taperoá | |
| | | | Valença | |
| CE | Intermunicipal de Tejuçuoca | Médio Curu | General Sampaio | |
| | | | Pentecoste | |
| | | | Tejuçuoca | |
| | Intermunicipal de Madalena | Baixo Jaguaribe | Sertão de Quixeramobim | Ibicuitinga |
| | | | | Banabuiú |
| | | Sertão de Quixeramobim | Choró | |
| | | | Ibaretama | |
| Madalena | | | | |

Tabela 7 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Nordeste (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|----------------------|----------------------------------|---------------------|---------------------------|
| MA | Intermunicipal de Matinha | Baixada Maranhense | Anajatuba |
| | | | Conceição do Lago-Açu |
| | | | Matinha |
| | | | Penalva |
| | | | Vitória do Mearim |
| | | Itapecuru Mirim | Miranda do Norte |
| | | Médio Mearim | Pio XII |
| | Intermunicipal de Nina Rodrigues | Chapadinha | São Benedito do Rio Preto |
| | | Itapecuru Mirim | Nina Rodrigues |
| | | | Vargem Grande |
| | Intermunicipal de Rosário | Chapadinha | Belágua |
| | | | Urbano Santos |
| | | Itapecuru Mirim | Itapecuru Mirim |
| | | Lençóis Maranhenses | Humberto de Campos |
| | | | Paulino Neves |
| | | | Primeira Cruz |
| | | Rosário | Axixá |
| Bacabeira | | | |
| Cachoeira Grande | | | |
| Icatu | | | |
| Morros | | | |
| Presidente Juscelino | | | |
| Rosário | | | |

Tabela 7 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Nordeste (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|---------------|----------------------------------|---------------------------|-------------------------|
| PB | Intermunicipal de Bayeux | João Pessoa | Bayeux |
| | | | Cabedelo |
| | | | João Pessoa |
| | | | Santa Rita |
| | Intermunicipal de Campina Grande | Brejo Paraibano | Alagoa Nova |
| | | | Areia |
| | | Cajazeiras | Triunfo |
| | | Campina Grande | Campina Grande |
| | | | Puxinanã |
| | | | Queimadas |
| | | Cariri Ocidental | Assunção |
| | | | Camalaú |
| | | Cariri Oriental | Cabaceiras |
| | | | Riacho de Santo Antônio |
| | | Curimataú Ocidental | Arara |
| | | Esperança | Montadas |
| | | Itabaiana | Riachão do Bacamarte |
| | | Litoral Sul | Caaporã |
| | | Seridó Oriental Paraibano | Juazeirinho |
| | | | Nova Palmeira |
| | Pedra Lavrada | | |
| | Seridó | | |
| | Tenório | | |
| | Intermunicipal de Guarabira | Brejo Paraibano | Bananeiras |
| | | | Borborema |
| | | | Pilões |
| | | Guarabira | Araçagi |
| | | | Belém |
| Guarabira | | | |
| Serra da Raiz | | | |
| Sapé | | Mari | |

Tabela 7 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Nordeste (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|----|-------------------------|----------------------------|-----------------|
| PB | Intermunicipal de Patos | Cajazeiras | Uiraúna |
| | | Itaporanga | Itaporanga |
| | | Patos | Mãe D'água |
| | | | Patos |
| | | | Santa Teresinha |
| | | Piancó | Nova Olinda |
| | | Seridó Ocidental Paraibano | Salgadinho |
| | | | Santa Luzia |
| | | | Várzea |
| | | Serra do Teixeira | Água Branca |
| | | | Desterro |
| | | | Imaculada |
| | | | Manaíra |
| | | | Maturéia |
| | | | Princesa Isabel |

Tabela 7 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Nordeste (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|--------------------------|--------------------------|---------------------------|--------------------------|
| PB | Intermunicipal de Pombal | Cajazeiras | Bernardino Batista |
| | | | Bonito de Santa Fé |
| | | | Cachoeira dos Índios |
| | | | Carrapateira |
| | | | Monte Horebe |
| | | | Poço de José de Moura |
| | | | Santa Helena |
| | | | Santarém |
| | | | São João do Rio do Peixe |
| | | | São José de Piranhas |
| | | | Triunfo |
| | | | Uiraúna |
| | | | Catolé do Rocha |
| | | Bom Sucesso | |
| | | Brejo do Cruz | |
| | | Brejo dos Santos | |
| | | Catolé do Rocha | |
| | | Jericó | |
| | | Lagoa | |
| | | Mato Grosso | |
| | | Riacho dos Cavalos | |
| | | São Bento | |
| | | São José do Brejo do Cruz | |
| | | Piancó | Coremas |
| | | Sousa | Aparecida |
| | | | Cajazeirinhas |
| | | | Condado |
| | | | Marizópolis |
| | | | Nazarezinho |
| | | | Paulista |
| | | | Pombal |
| | | | São Bentinho |
| | | | São Domingos de Pombal |
| | | | São Francisco |
| São José da Lagoa Tapada | | | |
| Sousa | | | |
| Vieirópolis | | | |
| Vista Serrana | | | |

Tabela 7 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Nordeste (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município | |
|------------------------|--------------------------------|---------------------|----------------------------|------------------|
| PB | Intermunicipal de Serra Branca | Campina Grande | Boa Vista | |
| | | Cariri Ocidental | Amparo | |
| | | | Assunção | |
| | | | Camalaú | |
| | | | Congo | |
| | | | Coxixola | |
| | | | Livramento | |
| | | | Monteiro | |
| | | | Ouro Velho | |
| | | | Parari | |
| | | | Prata | |
| | | | São João do Tigre | |
| | | | São José dos Cordeiros | |
| | | | São Sebastião do Umbuzeiro | |
| | | | Serra Branca | |
| | | | Sumé | |
| | | | Taperoá | |
| | | | Zabelê | |
| | | | Cariri Oriental | Alcantil |
| | | | | Barra de Santana |
| | | Barra de São Miguel | | |
| | | Boqueirão | | |
| | | Cabaceiras | | |
| Caraúbas | | | | |
| Caturité | | | | |
| Gurjão | | | | |
| Santo André | | | | |
| São Domingos do Cariri | | | | |
| São João do Cariri | | | | |
| RN | Intermunicipal de Mossoró | Chapada do Apodi | Governador Dix-Sept Rosado | |
| | | Mossoró | Baraúna | |
| | | | Grossos | |
| | | | Mossoró | |
| | | Pau dos Ferros | Itaú | |
| | | | Paraná | |

Conferências Intermunicipais de Cultura - Região Centro-Oeste

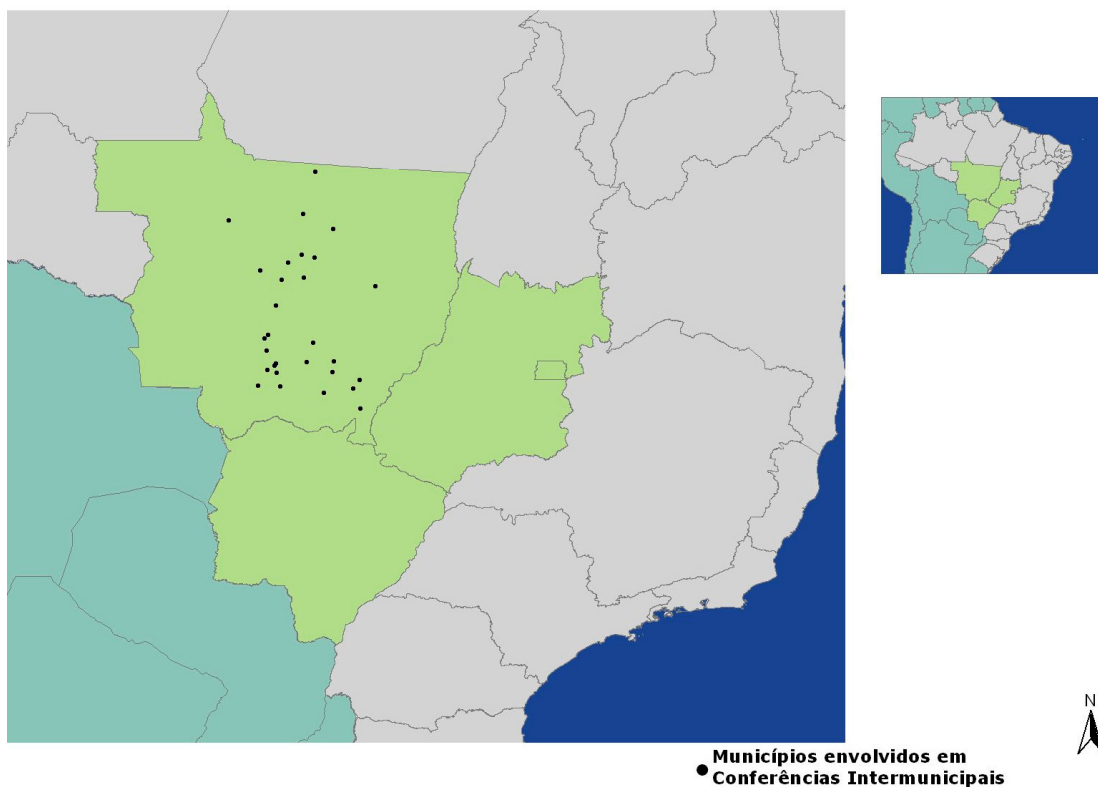


Tabela 8 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Centro-Oeste

| UF | Conferência | Microrregião | Município | |
|---------|-------------------------------|--------------------|--------------------|------------|
| MT | Intermunicipal de Cuiabá | Cuiabá | Cuiabá | |
| | | | Várzea Grande | |
| | Intermunicipal de Feliz Natal | Alto Teles Pires | Nova Ubiratã | |
| | | | Feliz Natal | |
| | | Sinop | Itaúba | |
| | | | União do Sul | |
| | | | Vera | |
| | Intermunicipal de Guiratinga | Alto Araguaia | Alto Garças | |
| | | Paranatinga | Gaúcha do Norte | |
| | | | Nova Brasilândia | |
| | | Primavera do Leste | Campo Verde | |
| | | | Primavera do Leste | |
| | | Rondonópolis | Rondonópolis | |
| | | Tesouro | Tesouro | Guiratinga |
| | | | | Poxoréo |
| Tesouro | | | | |

Tabela 8 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Centro-Oeste (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|---------|---|------------------|-----------------------------|
| MT | Intermunicipal de Nossa Senhora do Livramento | Alto Pantanal | Barão de Melgaço |
| | | | Poconé |
| | | Alto Teles Pires | Nobres |
| | | Cuiabá | Nossa Senhora do Livramento |
| | | | Santo Antônio do Leverger |
| | | Rosário Oeste | Acorizal |
| | | | Jangada |
| | | | Rosário Oeste |
| | Intermunicipal de Sorriso | Alto Teles Pires | Ipiranga do Norte |
| | | | Itanhangá |
| | | | Lucas do Rio Verde |
| | | | Nova Mutum |
| | | | Santa Rita do Trivelato |
| | | | Sorriso |
| Tapurah | | | |

Conferências Intermunicipais de Cultura - Região Sudeste

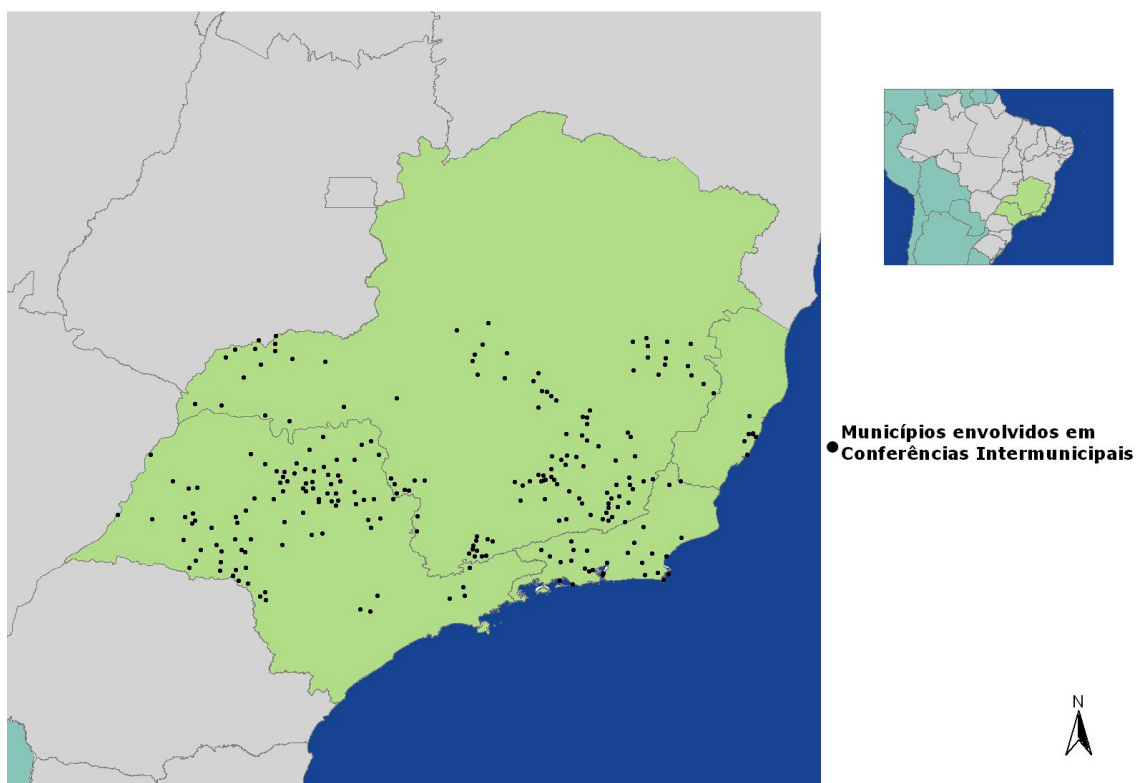


Tabela 9 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Sudeste

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|----|--|----------------------|----------------------|
| ES | Intermunicipal de Vitória | Guarapari | Guarapari |
| | | Linhares | Fundão |
| | | Vitória | Cariacica |
| | | | Serra |
| | | | Viana |
| | | | Vila Velha |
| | | | Vitória |
| MG | Intermunicipal de Conselheiro Lafaiete | Conselheiro Lafaiete | Conselheiro Lafaiete |
| | | | Cristiano Ottoni |
| | | | Itaverava |
| | | | Queluzito |
| | | Viçosa | Rio Espera |

Tabela 9 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Sudeste (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|-----------------------|--|--------------------------|------------------------|
| MG | Intermunicipal de Governador Valadares | Aimorés | Aimorés |
| | | | Conselheiro Pena |
| | | | Resplendor |
| | | Governador Valadares | Alpercata |
| | | | Coroaci |
| | | | Fernandes Tourinho |
| | | | Frei Inocêncio |
| | | | Galiléia |
| | | | Governador Valadares |
| | | | São Geraldo da Piedade |
| | | | Virgolândia |
| | | | Ipatinga |
| | | Mantena | São Félix de Minas |
| | Peçanha | Peçanha | |
| | Intermunicipal de Guaxupé | São Sebastião do Paraíso | Arceburgo |
| | | | Guaranésia |
| | | | Guaxupé |
| | | | Itamogi |
| | | | Monte Santo de Minas |
| | | | Nova Resende |
| | | | São Pedro da União |
| | Intermunicipal de Ituiutaba | Ituiutaba | Capinópolis |
| | | | Gurinhata |
| | | | Ipiacu |
| | | | Ituiutaba |
| | | | Santa Vitória |
| | | Uberlândia | Canápolis |
| Centralina | | | |
| Monte Alegre de Minas | | | |

Tabela 9 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Sudeste (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|------------|--------------------------------|---------------------------|--------------------------------|
| MG | Intermunicipal de Juiz de Fora | Cataguases | Além Paraíba |
| | | | Argirita |
| | | | Itamarati de Minas |
| | | | Leopoldina |
| | | | Santana de Cataguases |
| | | Juiz de Fora | Bicas |
| | | | Descoberto |
| | | | Ewbank da Câmara |
| | | | Juiz de Fora |
| | | | Lima Duarte |
| | | | Mar de Espanha |
| | | | Olaria |
| | | | Pequeri |
| | | | Rochedo de Minas |
| | | | Santos Dumont |
| | | | São João Nepomuceno |
| | | Senador Cortes | |
| | | Muriaé | Eugenópolis |
| | | | Miraí |
| | | | Muriaé |
| | | | São Sebastião da Vargem Alegre |
| | | Ubá | Guarani |
| | | | Rodeiro |
| | | Viçosa | Araponga |
| | | | Viçosa |
| | | Intermunicipal de Mariana | Itabira |
| | Catas Altas | | |
| | Santa Bárbara | | |
| | São Gonçalo do Rio Abaixo | | |
| | Ouro Preto | | Diogo de Vasconcelos |
| Itabirito | | | |
| Mariana | | | |
| Ouro Preto | | | |

Tabela 9 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Sudeste (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|-----------------------|--|----------------------|-----------------------------|
| MG | Intermunicipal de Morada Nova de Minas | Curvelo | Felixlândia |
| | | Paracatu | São Gonçalo do Abaeté |
| | | Três Marias | Abaeté |
| | | | Biquinhas |
| | | | Morada Nova de Minas |
| | | | Paineiras |
| | | | Pompéu |
| | | | Três Marias |
| | Intermunicipal de Paraopeba | Belo Horizonte | Confins |
| | | | Esmeraldas |
| | | Sete Lagoas | Cordisburgo |
| | | | Matozinhos |
| | | | Paraopeba |
| | | | Prudente de Morais |
| | | | Sete Lagoas |
| | Intermunicipal de Poços de Caldas | Poços de Caldas | Andradas |
| | | | Poços de Caldas |
| | Intermunicipal de Rio Casca | Ponte Nova | Rio Casca |
| | | | Santo Antônio do Grama |
| | Intermunicipal de São João del Rei | Barbacena | Antônio Carlos |
| | | | Barroso |
| | | Conselheiro Lafaiete | Entre Rios de Minas |
| | | Lavras | Carrancas |
| | | Oliveira | Ibituruna |
| | | São João Del Rei | Conceição da Barra de Minas |
| | | | Coronel Xavier Chaves |
| | | | Dores de Campos |
| Lagoa Dourada | | | |
| Nazareno | | | |
| Piedade do Rio Grande | | | |
| Prados | | | |
| Ritópolis | | | |
| Santa Cruz de Minas | | | |
| São João Del Rei | | | |
| Tiradentes | | | |

Tabela 9 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Sudeste (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|-----------------------|------------------------------|-----------------------|----------------------|
| MG | Intermunicipal de Itajubá | Itajubá | Brasópolis |
| | | | Cristina |
| | | | Delfim Moreira |
| | | | Dom Viçoso |
| | | | Itajubá |
| | | | Piranguçu |
| | | | Piranguinho |
| | | | Wenceslau Braz |
| | | Santa Rita do Sapucaí | Conceição das Pedras |
| | | | Pedralva |
| | São José do Alegre | | |
| | Intermunicipal de Uberlândia | Araxá | Araxá |
| | | Frutal | Carneirinho |
| | | | Frutal |
| | | | Itapagipe |
| | | | Iturama |
| | | Ituiutaba | Cachoeira Dourada |
| | | Uberaba | Uberaba |
| | | Uberlândia | Araporã |
| Centralina | | | |
| Monte Alegre de Minas | | | |
| Uberlândia | | | |

Tabela 9 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Sudeste (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|----|----------------------------------|----------------------------|-------------------------|
| RJ | Intermunicipal de Rio de Janeiro | Bacia de São João | Casimiro de Abreu |
| | | | Rio das Ostras |
| | | | Silva Jardim |
| | | Barra do Piraí | Valença |
| | | Cantagalo-Cordeiro | Cantagalo |
| | | Itaguaí | Itaguaí |
| | | | Mangaratiba |
| | | Itaperuna | Bom Jesus do Itabapoana |
| | | | Itaperuna |
| | | Lagos | Araruama |
| | | | Arraial do Cabo |
| | | | Cabo Frio |
| | | | São Pedro da Aldeia |
| | | Macacu-Caceribu | Cachoeiras de Macacu |
| | | Macaé | Carapebus |
| | | Nova Friburgo | Nova Friburgo |
| | | Rio de Janeiro | Duque de Caxias |
| | | | Magé |
| | | | Niterói |
| | | | Nova Iguaçu |
| | | | Rio de Janeiro |
| | | | São Gonçalo |
| | | | São João de Meriti |
| | | Vale do Paraíba Fluminense | Piraí |
| | | | Quatis |
| | | | Volta Redonda |
| | | Vassouras | Paracambi |
| | | | Paty do Alferes |
| | | | Vassouras |

Tabela 9 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Sudeste (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|---------------------------|-----------------------------|-----------------------|--------------------------|
| SP | Intermunicipal de Bauru | Bauru | Bauru |
| | | São Carlos | Dourado |
| | | Sorocaba | Itu |
| | Intermunicipal de Catanduva | Andradina | Mirandópolis |
| | | | Guararapes |
| | | Araçatuba | Rincão |
| | | | Tabatinga |
| | | Catanduva | Catanduva |
| | | | Catiguá |
| | | | Elisiário |
| | | | Embaúba |
| | | | Severínia |
| | | | Tabapuã |
| | | Franca | Cristais Paulista |
| | | | Patrocínio Paulista |
| | | | Ribeirão Corrente |
| | | Lins | Lins |
| | | Novo Horizonte | Itajobi |
| | | | Novo Horizonte |
| | | Pirassununga | Pirassununga |
| | | | Porto Ferreira |
| | | | Santa Cruz das Palmeiras |
| | | São João da Boa Vista | Mococa |
| | São Joaquim da Barra | Nuporanga | |
| | São José do Rio Preto | São José do Rio Preto | |
| | | Tanabi | |
| | | Uchoa | |
| | Intermunicipal de Cerquilha | Piracicaba | Jumirim |
| | | Tatuí | Boituva |
| | | | Cerquilha |
| Intermunicipal de Jacareí | Campos do Jordão | Campos do Jordão | |
| | Paraibuna/Paraitinga | Jambeiro | |
| | São José dos Campos | Caçapava | |
| | | Jacareí | |

Tabela 9 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Sudeste (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|----|----------------------------|----------------------|---------------------|
| SP | Intermunicipal de Palmital | Adamantina | Irapuru |
| | | | Osvaldo Cruz |
| | | | Rinópolis |
| | | Araçatuba | Bento de Abreu |
| | | Assis | Cruzália |
| | | | Maracaí |
| | | | Palmital |
| | | | Paraguaçu Paulista |
| | | | Platina |
| | | Bauru | Iacanga |
| | | Jaú | Bocaina |
| | | Lins | Getulina |
| | | | Guaimbê |
| | | | Sabino |
| | | Marília | Alvinlândia |
| | | | Echaporã |
| | | | Garça |
| | | | Lupércio |
| | | | Marília |
| | | | Oscar Bressane |
| | | Ourinhos | Chavantes |
| | | | Ourinhos |
| | | | Piraju |
| | | | Ribeirão do Sul |
| | | | Salto Grande |
| | | | São Pedro do Turvo |
| | | | Sarutaiá |
| | | | Tejupá |
| | | Presidente Prudente | Emilianópolis |
| | | | Presidente Epitácio |
| | | | Rancharia |
| | | São Joaquim da Barra | Guaíra |
| | | Tupã | Bastos |
| | | | Herculândia |
| | | | Iacri |

Tabela 9 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Sudeste (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|------------------------------|-------------------------------|--------------------|----------------------|
| SP | Intermunicipal de Sertãozinho | Araraquara | Dobrada |
| | | | Motuca |
| | | Barretos | Barretos |
| | | Jaboticabal | Bebedouro |
| | | | Cândido Rodrigues |
| | | | Fernando Prestes |
| | | | Guariba |
| | | | Monte Alto |
| | | | Monte Azul Paulista |
| | | | Pitangueiras |
| | | | Santa Ernestina |
| | | | Taiapu |
| | | | Viradouro |
| | | | Vista Alegre do Alto |
| | | Ribeirão Preto | Barrinha |
| | | | Cravinhos |
| | | | Guatapar |
| | | | Luís Antônio |
| | | | Pontal |
| | Pradópolis | | |
| | Santa Rosa de Viterbo | | |
| | São Simão | | |
| | Sertãozinho | | |
| São Joaquim da Barra | Morro Agudo | | |
| Intermunicipal de Votorantim | Sorocaba | Araçoiaba da Serra | |
| | | Votorantim | |

Conferências Intermunicipais de Cultura - Região Sul

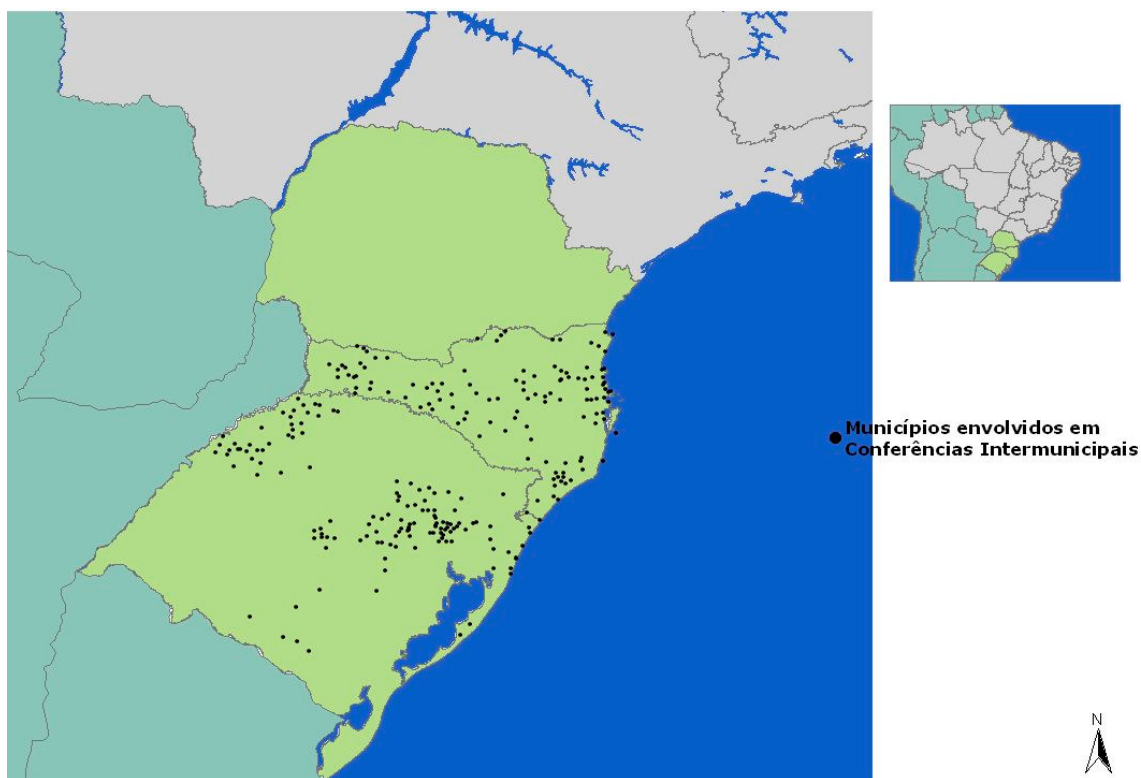


Tabela 10 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Sul

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|--------|--------------------------------|--------------|-------------------|
| RS | Intemunicipal de São Vendelino | Montenegro | Alto Feliz |
| | | | Barão |
| | | | Bom Princípio |
| | | | Brochier |
| | | | Capela de Santana |
| | | | Feliz |
| | | | Harmonia |
| | | | Linha Nova |
| | | | Maratá |
| | | | Montenegro |
| | | | Pareci Novo |
| Portão | | | |

Tabela 10 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Sul (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|-------------|--|-----------------------|-----------------------|
| RS | Intemunicipal de São Vendelino (continuação) | Montenegro | Salvador do Sul |
| | | | São José do Hortêncio |
| | | | São José do Sul |
| | | | São Pedro da Serra |
| | | | São Sebastião do Caí |
| | | | São Vendelino |
| | | | Tupandi |
| | | | Vale Real |
| | Intermunicipal de Bagé | Campanha Meridional | Bagé |
| | | | Dom Pedrito |
| | | | Hulha Negra |
| | | | Lavras do Sul |
| | | Serras de Sudeste | Caçapava do Sul |
| | | | Candiota |
| | Intermunicipal de Bento Gonçalves | Caxias do Sul | Antônio Prado |
| | | | Bento Gonçalves |
| | | | Carlos Barbosa |
| | | | Caxias do Sul |
| | | | Cotiporã |
| | | | Garibaldi |
| | | | Monte Belo do Sul |
| | | | Santa Tereza |
| | | | São Marcos |
| Vila Flores | | | |
| Guaporé | | Nova Alvorada | |
| | | Nova Prata | |
| | | Serafina Corrêa | |
| | | Vista Alegre do Prata | |

Tabela 10 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Sul (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|-----------------------------------|----------------------------------|------------------------|---------------------------|
| RS | Intermunicipal de Capão da Canoa | Gramado-Canela | Rolante |
| | | Osório | Arroio do Sal |
| | | | Balneário Pinhal |
| | | | Capão da Canoa |
| | | | Capivari do Sul |
| | | | Cidreira |
| | | | Imbé |
| | | | Mostardas |
| | | | Osório |
| | | | Santo Antônio da Patrulha |
| | | | Tavares |
| | | | Torres |
| | | Tramandaí | |
| | Osório | Três Cachoeiras | |
| | Intermunicipal de Lajeado | Guaporé | Arvorezinha |
| | | | Ilópolis |
| | | | Putinga |
| | | Lajeado-Estrela | Arroio do Meio |
| | | | Bom Retiro do Sul |
| | | | Colinas |
| | | | Cruzeiro do Sul |
| | | | Doutor Ricardo |
| | | | Estrela |
| | | | Forquetinha |
| | | | Lajeado |
| | | | Marques de Souza |
| | | | Progresso |
| | | | Santa Clara do Sul |
| | | | Taquari |
| | | | Vespasiano Correa |
| Intermunicipal de Nova Petrópolis | | | Gramado-Canela |
| | Gramado | | |
| | Nova Petrópolis | | |
| | Picada Café | | |
| | Santa Maria do Herval | | |
| | Vacaria | Jaquirana | |
| | | São Francisco de Paula | |

Tabela 10 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Sul (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|----------------------|--|----------------------|--------------------|
| RS | Intermunicipal de Rodeio Bonito | Carazinho | Pinhal |
| | | Frederico Westphalen | Cristal do Sul |
| | | | Ervail Seco |
| | | | Rodeio Bonito |
| | Intermunicipal de Santa Cruz do Sul | Cachoeira do Sul | Pantano Grande |
| | | | Passo do Sobrado |
| | | | Rio Pardo |
| | | Lajeado-Estrela | Boqueirão do Leão |
| | | Santa Cruz do Sul | Candelária |
| | | | Gramado Xavier |
| | | | Herveiras |
| | | | Mato Leitão |
| | | | Santa Cruz do Sul |
| | | | Sinimbu |
| | | | Vale do Sol |
| | | Venâncio Aires | |
| | | Vera Cruz | |
| | São Jerônimo | Vale Verde | |
| | Serras de Sudeste | Encruzilhada do Sul | |
| | Intermunicipal de São João do Polêsine | Restinga Seca | Agudo |
| | | | Dona Francisca |
| | | | Faxinal do Soturno |
| | | | Ivorá |
| Nova Palma | | | |
| Restinga Seca | | | |
| São João do Polêsine | | | |
| Silveira Martins | | | |
| Santiago | | Júlio de Castilhos * | |
| | Pinhal Grande | | |

* Na condição de convidado.

Tabela 10 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Sul (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|-----------------|------------------------------------|----------------------|------------------------|
| RS | Intermunicipal de Sete de Setembro | Cerro Largo | Caibaté |
| | | | Cerro Largo |
| | | | Guarani das Missões |
| | | | Mato Queimado |
| | | | Porto Xavier |
| | | | Roque Gonzales |
| | | | Salvador das Missões |
| | | | São Paulo das Missões |
| | | | São Pedro do Butiá |
| | | Sete de Setembro | |
| | | Santo Ângelo | Dezesseis de Novembro |
| | | | Eugênio de Castro |
| | | | Giruá |
| | | | Pirapó |
| | | | Rolador |
| | | | São Luiz Gonzaga |
| | | | São Miguel das Missões |
| | | | São Nicolau |
| | | | Ubiretama |
| | Vitória das Missões | | |
| | Intermunicipal de Tenente Portela | Frederico Westphalen | Palmitinho |
| | | Ijuí | Chiapetta |
| | | | Inhacorá |
| | | | Pejuçara |
| | | | Santo Augusto |
| | | | São Valério do Sul |
| | | Santa Rosa | Tuparendi |
| | | Três Passos | Campo Novo |
| Crissiumal | | | |
| Derrubadas | | | |
| Humaitá | | | |
| Miraguaí | | | |
| São Martinho | | | |
| Tenente Portela | | | |
| Três Passos | | | |
| Vista Gaúcha | | | |

Tabela 10 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Sul (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|----|----------------------------|----------------|------------------|
| SC | Intermunicipal de Blumenau | Blumenau | Ascurra |
| | | | Benedito Novo |
| | | | Blumenau |
| | | | Brusque |
| | | | Doutor Pedrinho |
| | | | Gaspar |
| | | | Indaial |
| | | | Rodeio |
| | | | Timbó |
| | | Canoinhas | Santa Terezinha |
| | | Rio do Sul | Aurora |
| | | | Lontras |
| | | | Pouso Redondo |
| | | | Presidente Nereu |
| | | | Rio do Campo |
| | | | Rio do Oeste |
| | | | Rio do Sul |
| | | | Salete |
| | | | Taió |
| | | Vitor Meireles | |
| | | Tijucas | Canelinha |
| | | | Nova Trento |
| | | | São João Batista |
| | | | Tijucas |

Tabela 10 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Sul (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|-------------|----------------------------|--------------|---------------------------|
| SC | Intermunicipal de Chapecó | Chapecó | Águas Frias |
| | | | Bom Jesus do Oeste |
| | | | Caxambu do Sul |
| | | | Chapecó |
| | | | Cordilheira Alta |
| | | | Cunha Porã |
| | | | Formosa do Sul |
| | | | Maravilha |
| | | | Nova Erechim |
| | | | Pinhalzinho |
| | | | Planalto Alegre |
| | | | Quilombo |
| | | | São Lourenço do Oeste |
| | | | Serra Alta |
| | São Miguel do Oeste | Romelândia | |
| | Xanxerê | Abelardo Luz | |
| | | Galvão | |
| | | Jupia | |
| | | São Domingos | |
| | Intermunicipal de Criciúma | Araranguá | Araranguá |
| | | | Balneário Arroio do Silva |
| | | | Jacinto Machado |
| | | | Praia Grande |
| | | Criciúma | Cocal do Sul |
| | | | Criciúma |
| | | | Forquilha |
| | | | Içara |
| | | | Morro da Fumaça |
| Nova Veneza | | | |
| Siderópolis | | | |
| Treviso | | | |
| Urussanga | | | |
| Tubarão | | Armazém | |
| | Gravatal | | |
| | Orleans | | |
| | Tubarão | | |

Tabela 10 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Sul (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município |
|----------------------|---------------------------------|---------------|---------------------------|
| SC | Intermunicipal de Florianópolis | Florianópolis | Antônio Carlos |
| | | | Biguaçu |
| | | | Florianópolis |
| | | | Governador Celso Ramos |
| | | | Santo Amaro da Imperatriz |
| | | | São José |
| | | Tijucas | Angelina |
| | Tubarão | Imbituba | |
| | Intermunicipal de Itajaí | Blumenau | Luiz Alves |
| | | Itajaí | Balneário Camboriú |
| | | | Balneário Piçarras |
| | | | Bombinhas |
| | | | Camboriú |
| | | | Ilhota |
| | | | Itajaí |
| | | | Itapema |
| | | | Navegantes |
| | | | Penha |
| | | | Porto Belo |
| | Intermunicipal de Joaçaba | Blumenau | Brusque |
| | | Concórdia | Concórdia |
| | | | Ipira |
| | | | Irani |
| | | | Seara |
| | | Curitibanos | Abdon Batista |
| | | | Campos Novos |
| | | | Curitibanos |
| Frei Rogério | | | |
| São Cristovão do Sul | | | |
| Vargem | | | |
| Zortéa | | | |

Tabela 10 - Municípios que participaram de Conferências Intermunicipais - Região Sul (continuação)

| UF | Conferência | Microrregião | Município | | |
|---------------------|---|-------------------------|-----------------|---------------------|------------------------|
| SC | Intermunicipal de Joaçaba (continuação) | Joaçaba | Água Doce | | |
| | | | Caçador | | |
| | | | Capinzal | | |
| | | | Catanduvás | | |
| | | | Fraiburgo | | |
| | | | Herval D'Oeste | | |
| | | | Ibiam | | |
| | | | Joaçaba | | |
| | | | Luzerna | | |
| | | | Treze Tílias | | |
| | Intermunicipal de Joinville | Canoinhas | | Bela Vista do Toldo | |
| | | | | Canoinhas | |
| | | | | Irineópolis | |
| | | | | Três Barras | |
| | | Joinville | | | Araquari |
| | | | | | Balneário Barra do Sul |
| | | | | | Itapoá |
| | | | | | Joinville |
| | | | | | São Francisco do Sul |
| | | São Bento do Sul | | | Rio Negrinho |
| | | | | | São Bento do Sul |
| | | Tijucas | | | Nova Trento |
| | | Intermunicipal de Lages | Campos de Lages | | Anita Garibaldi |
| | | | | | Bocaina do Sul |
| | Bom Jardim da Serra | | | | |
| | Campo Belo do Sul | | | | |
| | Correia Pinto | | | | |
| | Lages | | | | |
| | Otacílio Costa | | | | |
| | Palmeira | | | | |
| São Joaquim | | | | | |
| São José do Cerrito | | | | | |
| Urupema | | | | | |
| Curitibanos | | | Campos Novos | | |

ANEXO IV

**INFORMAÇÕES SOBRE PARTICIPAÇÃO E
REALIZAÇÃO DE CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS E
INTERMUNICIPAIS DE CULTURA EM 2005**

Ao comparar algumas tabelas deste anexo, o leitor verificará divergências sobre números de municípios envolvidos em conferências. Tal fato se deve à existência de Municípios que realizaram e/ou participaram de mais de uma conferência municipal e intermunicipal, ou de duas intermunicipais de um mesmo Estado (cf. tabela 9).

Os Municípios que participaram de mais de uma conferência municipal e/ou intermunicipal foram contabilizados apenas uma vez na *Tabela 1* do Relatório e na *Tabela 2* deste Anexo IV. Nas *Tabelas 1* e *8* deste Anexo, contudo, os municípios estão contabilizados uma vez para cada conferência de que tenham participado.

Tabela 1 – Conferências Municipais e Intermunicipais e Participação Média por Municípios e Conferências, por Estado

| UF | CONFERENCIAS MUNICIPAIS | | | | CONFERENCIAS INTERMUNICIPAIS | | | | | CONFERENCIAS MUNICIPAIS + INTERMUNICIPAIS | | | | |
|--------------|-------------------------|-----------------------|---------------|--|------------------------------|-----------------------|---------------|--|--------------------------------------|---|--------------------------------|---------------|--|--------------------------------------|
| | Número de Conferencias | Municípios envolvidos | Participantes | Média de participantes por conferência | Número de Conferencias | Municípios envolvidos | Participantes | Média de participantes por conferência | Média de participantes por Município | Número total de Conferencias | Total de Municípios envolvidos | Participantes | Média de participantes por conferência | Média de participantes por Município |
| AC | 0 | 0 | 0 | ----- | 0 | 0 | 0 | ----- | ----- | 0 | 0 | 0 | ----- | ----- |
| AL | 2 | 2 | 1.010 | 505 | 3 | 59 | 1.197 | 399 | 20 | 5 | 61 | 2.207 | 441 | 36 |
| AM | 1 | 1 | 169 | 169 | 0 | 0 | 0 | ----- | ----- | 1 | 1 | 169 | 169 | 169 |
| AP | 6 | 6 | 925 | 154 | 0 | 0 | 0 | ----- | ----- | 6 | 6 | 925 | 154 | 154 |
| BA | 13 | 13 | 1.839 | 141 | 1 | 8 | 112 | 112 | 14 | 14 | 21 | 1.951 | 139 | 93 |
| CE | 95 | 95 | 10.031 | 106 | 2 | 8 | 178 | 89 | 22 | 97 | 103 | 10.209 | 105 | 99 |
| DF | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| ES | 1 | 1 | 77 | 77 | 1 | 7 | 163 | 163 | 23 | 2 | 8 | 240 | 120 | 30 |
| GO | 1 | 1 | 75 | 75 | 0 | 0 | 0 | ----- | ----- | 1 | 1 | 75 | 75 | 75 |
| MA | 13 | 13 | 2.037 | 157 | 3 | 23 | 615 | 205 | 27 | 16 | 36 | 2.652 | 166 | 74 |
| MG | 57 | 57 | 5.597 | 98 | 13 | 124 | 2.283 | 176 | 18 | 70 | 181 | 7.880 | 113 | 43 |
| MS | 47 | 47 | 5.348 | 114 | 0 | 0 | 0 | ----- | ----- | 47 | 47 | 5.348 | 114 | 114 |
| MT | 14 | 14 | 940 | 67 | 5 | 31 | 966 | 193 | 31 | 19 | 45 | 1.906 | 100 | 42 |
| PA | 2 | 2 | 717 | 359 | 1 | 14 | 185 | 185 | 13 | 3 | 16 | 902 | 301 | 56 |
| PB | 1 | 1 | 58 | 58 | 6 | 113 | 832 | 139 | 7 | 7 | 114 | 890 | 127 | 8 |
| PE | 12 | 12 | 2.356 | 196 | 0 | 0 | 0 | ----- | ----- | 12 | 12 | 2.356 | 196 | 196 |
| PI | 20 | 20 | 1.727 | 86 | 0 | 0 | 0 | ----- | ----- | 20 | 20 | 1.727 | 86 | 86 |
| PR | 7 | 7 | 1.066 | 152 | 0 | 0 | 0 | ----- | ----- | 7 | 7 | 1.066 | 152 | 152 |
| RJ | 2 | 2 | 318 | 159 | 1 | 29 | 135 | 135 | 5 | 3 | 31 | 453 | 151 | 15 |
| RN | 5 | 5 | 814 | 163 | 1 | 6 | 195 | 195 | 33 | 6 | 11 | 1.009 | 168 | 92 |
| RO | 1 | 1 | 219 | 219 | 0 | 0 | 0 | ----- | ----- | 1 | 1 | 219 | 219 | 219 |
| RR | 0 | 0 | 0 | ----- | 0 | 0 | 0 | ----- | ----- | 0 | 0 | 0 | ----- | ----- |
| RS | 18 | 18 | 1.884 | 105 | 11 | 141 | 1.205 | 110 | 9 | 29 | 159 | 3.089 | 107 | 19 |
| SC | 1 | 1 | 157 | 157 | 8 | 125 | 799 | 100 | 6 | 9 | 126 | 956 | 106 | 8 |
| SE | 16 | 16 | 1.590 | 99 | 0 | 0 | 0 | ----- | ----- | 16 | 16 | 1.590 | 99 | 99 |
| SP | 39 | 39 | 4.688 | 120 | 7 | 95 | 826 | 118 | 9 | 46 | 134 | 5.514 | 120 | 41 |
| TO | 1 | 1 | 174 | 174 | 0 | 0 | 0 | ----- | ----- | 1 | 1 | 174 | 174 | 174 |
| Total | 375 | 375 | 43.816 | 117 | 63 | 784 | 9.691 | 154 | 12 | 438 | 1.159 | 53.507 | 122 | 46 |

Tabela 2 – Municípios envolvidos em conferências, por Estados

| UF | Total de Municípios do Estado | Municípios envolvidos em conferência | % Municípios envolvidos em conferência |
|-----------|--------------------------------------|---|---|
| MS | 78 | 47 | 60% |
| AL | 102 | 61 | 60% |
| CE | 184 | 103 | 56% |
| PB | 223 | 109 | 49% |
| SC | 293 | 122 | 42% |
| AP | 16 | 6 | 38% |
| RS | 496 | 159 | 32% |
| RJ | 92 | 29 | 32% |
| MT | 141 | 44 | 31% |
| SE | 75 | 16 | 21% |
| MG | 853 | 178 | 21% |
| SP | 645 | 131 | 20% |
| MA | 217 | 36 | 17% |
| PA | 143 | 15 | 10% |
| ES | 78 | 8 | 10% |
| PI | 223 | 20 | 9% |
| RN | 167 | 11 | 7% |
| PE | 185 | 12 | 6% |
| BA | 417 | 21 | 5% |
| RO | 52 | 1 | 2% |
| PR | 399 | 7 | 2% |
| AM | 62 | 1 | 2% |
| TO | 139 | 1 | 1% |
| GO | 246 | 1 | 0% |
| AC | 22 | 0 | 0 |
| RR | 15 | 0 | 0 |
| DF | ----- | ----- | ----- |

Tabela 3 – População dos Municípios envolvidos em Conferências em relação à população dos Estados

| UF | População total do Estado | População dos Municípios envolvidos em conferência | % População dos Municípios envolvidos em conferência |
|-----------|----------------------------------|---|---|
| AP | 594.587 | 522.753 | 88% |
| MS | 2.264.468 | 1.742.362 | 77% |
| AL | 3.015.912 | 2.302.905 | 76% |
| RJ | 15.383.407 | 11.335.078 | 74% |
| SC | 5.866.568 | 4.230.133 | 72% |
| CE | 8.097.276 | 5.627.612 | 70% |
| PB | 3.595.886 | 2.414.355 | 67% |
| MT | 2.803.274 | 1.703.983 | 61% |
| AM | 3.232.330 | 1.644.690 | 51% |
| MG | 19.237.450 | 9.595.782 | 50% |
| ES | 3.408.365 | 1.641.353 | 48% |
| RN | 3.003.087 | 1.390.342 | 46% |
| RS | 10.845.087 | 4.942.355 | 46% |
| SE | 1.967.791 | 850.730 | 43% |
| PI | 3.006.885 | 1.172.336 | 39% |
| PE | 8.413.593 | 2.916.035 | 35% |
| PR | 10.261.856 | 2.806.217 | 27% |
| PA | 6.970.586 | 1.833.249 | 26% |
| BA | 13.815.334 | 3.619.581 | 26% |
| RO | 1.534.594 | 373.917 | 24% |
| SP | 40.442.795 | 8.741.347 | 22% |
| MA | 6.103.327 | 1.069.207 | 18% |
| TO | 1.305.728 | 208.165 | 16% |
| GO | 5.619.917 | 119.493 | 2% |
| AC | 669.736 | 0 | 0% |
| RR | 391.317 | 0 | 0% |
| DF | 2.333.108 | ----- | ----- |

Tabela 4 – População dos Municípios do Interior em Relação à População do Interior de cada Estado

| UF | População do Estado exceto capital | População dos Municípios envolvidos em conferência exceto capital | % População dos Municípios envolvidos em conferência exceto capital |
|-----------|---|--|--|
| SC | 5.469.790 | 3.833.355 | 70% |
| AP | 239.179 | 167.345 | 70% |
| AL | 2.112.449 | 1.399.442 | 66% |
| MS | 1.514.700 | 992.594 | 66% |
| PB | 2.935.088 | 1.753.557 | 60% |
| CE | 5.722.332 | 3.252.668 | 57% |
| RJ | 9.289.224 | 5.240.895 | 56% |
| MT | 2.269.474 | 1.170.183 | 52% |
| ES | 3.095.053 | 1.328.041 | 43% |
| MG | 16.862.121 | 7.220.453 | 43% |
| RS | 9.416.391 | 3.513.659 | 37% |
| SP | 29.514.810 | 8.741.347 | 30% |
| RN | 2.225.047 | 612.302 | 28% |
| SE | 1.469.172 | 352.111 | 24% |
| MA | 5.124.503 | 1.069.207 | 21% |
| PE | 6.912.585 | 1.415.027 | 20% |
| PI | 2.218.112 | 383.563 | 17% |
| PR | 8.503.952 | 1.048.313 | 12% |
| BA | 11.141.774 | 946.021 | 8% |
| PA | 5.564.715 | 427.378 | 8% |
| GO | 4.418.911 | 119.493 | 3% |
| AC | 364.005 | 0 | 0% |
| AM | 1.587.640 | 0 | 0% |
| RO | 1.160.677 | 0 | 0% |
| RR | 149.138 | 0 | 0% |
| TO | 1.097.563 | 0 | 0% |
| DF | ----- | ----- | ----- |

Tabela 5.1 - Percentual de Municípios por Faixa Populacional por Estado

| Faixa Populacional - até 5.000 hab | | | |
|---|--------------------------------------|---|--|
| UF | Total de Municípios do Estado | Municípios envolvidos em conferência | % de Municípios do Estado envolvidos em conferência |
| AC | 3 | 0 | 0% |
| AM | 0 | 0 | ----- |
| AP | 5 | 0 | 0% |
| PA | 3 | 0 | 0% |
| RO | 5 | 0 | 0% |
| RR | 0 | 0 | ----- |
| TO | 80 | 0 | 0% |
| Norte | 96 | 0 | 0% |
| AL | 6 | 3 | 50% |
| BA | 12 | 0 | 0% |
| CE | 1 | 1 | 100% |
| MA | 11 | 0 | 0% |
| PB | 76 | 44 | 58% |
| PE | 3 | 0 | 0% |
| PI | 90 | 5 | 6% |
| RN | 56 | 1 | 2% |
| SE | 11 | 3 | 27% |
| Nordeste | 266 | 57 | 21% |
| DF | 0 | 0 | ----- |
| GO | 105 | 0 | 0% |
| MS | 9 | 3 | 33% |
| MT | 43 | 6 | 14% |
| Centro-Oeste | 157 | 9 | 6% |
| ES | 0 | 0 | ----- |
| MG | 240 | 35 | 15% |
| RJ | 1 | 0 | 0% |
| SP | 167 | 18 | 11% |
| Sudeste | 408 | 53 | 13% |
| PR | 104 | 0 | 0% |
| RS | 226 | 58 | 26% |
| SC | 105 | 23 | 22% |
| Sul | 435 | 81 | 19% |
| Total | 1362 | 200 | 15% |

Tabela 5.2 - Percentual de Municípios por Faixa Populacional por Estado

| Faixa Populacional - de 5.000 a 20.000 hab | | | |
|---|--------------------------------------|---|--|
| UF | Total de Municípios do Estado | Municípios envolvidos em conferência | % de Municípios do Estado envolvidos em conferência |
| AC | 13 | 0 | 0% |
| AM | 30 | 0 | 0% |
| AP | 8 | 3 | 38% |
| PA | 48 | 5 | 10% |
| RO | 31 | 0 | 0% |
| RR | 12 | 0 | 0% |
| TO | 48 | 0 | 0% |
| Norte | 190 | 8 | 4% |
| AL | 58 | 33 | 57% |
| BA | 245 | 9 | 4% |
| CE | 90 | 46 | 51% |
| MA | 125 | 18 | 14% |
| PB | 118 | 47 | 40% |
| PE | 86 | 3 | 3% |
| PI | 111 | 5 | 5% |
| RN | 85 | 3 | 4% |
| SE | 39 | 7 | 18% |
| Nordeste | 957 | 171 | 18% |
| DF | 0 | 0 | ----- |
| GO | 93 | 0 | 0% |
| MS | 47 | 26 | 55% |
| MT | 74 | 24 | 32% |
| Centro-Oeste | 214 | 50 | 23% |
| ES | 42 | 2 | 5% |
| MG | 434 | 77 | 18% |
| RJ | 29 | 2 | 7% |
| SP | 232 | 40 | 17% |
| Sudeste | 737 | 121 | 16% |
| PR | 209 | 1 | 0% |
| RS | 169 | 56 | 33% |
| SC | 132 | 58 | 44% |
| Sul | 510 | 115 | 23% |
| Total | 2608 | 465 | 18% |

Tabela 5.3 - Percentual de Municípios por Faixa Populacional por Estado

| Faixa Populacional - de 20.000 a 100.000 hab | | | |
|---|--------------------------------------|---|--|
| UF | Total de Municípios do Estado | Municípios envolvidos em conferência | % de Municípios do Estado envolvidos em conferência |
| AC | 5 | 0 | 0% |
| AM | 30 | 0 | 0% |
| AP | 2 | 2 | 100% |
| PA | 84 | 9 | 11% |
| RO | 14 | 0 | 0% |
| RR | 2 | 0 | 0% |
| TO | 9 | 0 | 0% |
| Norte | 146 | 11 | 8% |
| AL | 36 | 23 | 64% |
| BA | 145 | 8 | 6% |
| CE | 86 | 52 | 60% |
| MA | 74 | 17 | 23% |
| PB | 26 | 15 | 58% |
| PE | 86 | 5 | 6% |
| PI | 20 | 9 | 45% |
| RN | 23 | 4 | 17% |
| SE | 23 | 5 | 22% |
| Nordeste | 519 | 138 | 27% |
| DF | 0 | 0 | ----- |
| GO | 41 | 0 | 0% |
| MS | 19 | 16 | 84% |
| MT | 21 | 11 | 52% |
| Centro-Oeste | 81 | 27 | 33% |
| ES | 27 | 1 | 4% |
| MG | 153 | 51 | 33% |
| RJ | 40 | 17 | 43% |
| SP | 175 | 47 | 27% |
| Sudeste | 395 | 116 | 29% |
| PR | 70 | 3 | 4% |
| RS | 82 | 37 | 45% |
| SC | 46 | 33 | 72% |
| Sul | 198 | 73 | 37% |
| Total | 1339 | 365 | 27% |

Tabela 5.4 - Percentual de Municípios por Faixa Populacional por Estado

| Faixa Populacional - de 100.000 a 500.000 hab | | | |
|--|--------------------------------------|---|--|
| UF | Total de Municípios do Estado | Municípios envolvidos em conferência | % de Municípios do Estado envolvidos em conferência |
| AC | 1 | 0 | 0% |
| AM | 1 | 0 | 0% |
| AP | 1 | 1 | 100% |
| PA | 7 | 0 | 0% |
| RO | 2 | 1 | 50% |
| RR | 1 | 0 | 0% |
| TO | 2 | 1 | 50% |
| Norte | 15 | 3 | 20% |
| AL | 1 | 1 | 100% |
| BA | 13 | 3 | 23% |
| CE | 6 | 3 | 50% |
| MA | 6 | 1 | 17% |
| PB | 2 | 2 | 100% |
| PE | 8 | 2 | 25% |
| PI | 1 | 0 | 0% |
| RN | 2 | 2 | 100% |
| SE | 2 | 1 | 50% |
| Nordeste | 41 | 15 | 37% |
| DF | 0 | 0 | ----- |
| GO | 6 | 1 | 17% |
| MS | 2 | 1 | 50% |
| MT | 2 | 2 | 100% |
| Centro-Oeste | 10 | 4 | 40% |
| ES | 9 | 5 | 56% |
| MG | 22 | 11 | 50% |
| RJ | 18 | 6 | 33% |
| SP | 62 | 23 | 37% |
| Sudeste | 111 | 45 | 41% |
| PR | 15 | 2 | 13% |
| RS | 18 | 7 | 39% |
| SC | 10 | 8 | 80% |
| Sul | 43 | 17 | 40% |
| Total | 220 | 84 | 38% |

Tabela 5.5 - Percentual de Municípios por Faixa Populacional por Estado

| Faixa Populacional - acima de 500.000 hab | | | |
|--|--------------------------------------|---|--|
| UF | Total de Municípios do Estado | Municípios envolvidos em conferência | % de Municípios do Estado envolvidos em conferência |
| AC | 0 | 0 | ----- |
| AM | 1 | 1 | 100% |
| AP | 0 | 0 | ----- |
| PA | 1 | 1 | 100% |
| RO | 0 | 0 | ----- |
| RR | 0 | 0 | ----- |
| TO | 0 | 0 | ----- |
| Norte | 2 | 2 | 100% |
| AL | 1 | 1 | 100% |
| BA | 2 | 1 | 50% |
| CE | 1 | 1 | 100% |
| MA | 1 | 0 | 0% |
| PB | 1 | 1 | 100% |
| PE | 2 | 2 | 100% |
| PI | 1 | 1 | 100% |
| RN | 1 | 1 | 100% |
| SE | 0 | 0 | ----- |
| Nordeste | 10 | 8 | 80% |
| DF | 0 | 0 | ----- |
| GO | 1 | 0 | 0% |
| MS | 1 | 1 | 100% |
| MT | 1 | 1 | 100% |
| Centro-Oeste | 3 | 2 | 67% |
| ES | 0 | 0 | ----- |
| MG | 4 | 4 | 100% |
| RJ | 4 | 4 | 100% |
| SP | 9 | 3 | 33% |
| Sudeste | 17 | 11 | 65% |
| PR | 1 | 1 | 100% |
| RS | 1 | 1 | 100% |
| SC | 0 | 0 | ----- |
| Sul | 2 | 2 | 100% |
| Total | 34 | 25 | 74% |

Tabela 6 – Conferências Municipais e Dados de Participação Social-PoderPúblico/Governamental

| UF | Número de Conferencias | Total de Municípios envolvidos | Participantes | | | | | Média de participantes por conferência | | | | | Média de participantes por Município | | | | | % em relação à SC+PP | | % em relação ao total | | | |
|--------------|------------------------|--------------------------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--|-----------|------------|-----------|------------|--------------------------------------|-----------|------------|-----------|------------|----------------------|------------|-----------------------|------------|------------|------------|
| | | | SC* | PP** | SC+PP | Conv. | Total | SC | PP | SC+PP | Conv. | Total | SC | PP | SC+PP | Conv. | Total | SC | PP | SC | PP | SC+PP | Conv. |
| AC | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| AL | 2 | 2 | 943 | 32 | 975 | 35 | 1.010 | 472 | 16 | 488 | 18 | 505 | 472 | 16 | 488 | 18 | 505 | 97% | 3% | 93% | 3% | 97% | 3% |
| AM | 1 | 1 | 98 | 15 | 113 | 56 | 169 | 98 | 15 | 113 | 56 | 169 | 98 | 15 | 113 | 56 | 169 | 87% | 13% | 58% | 9% | 67% | 33% |
| AP | 6 | 6 | 644 | 107 | 751 | 174 | 925 | 107 | 18 | 125 | 29 | 154 | 107 | 18 | 125 | 29 | 154 | 86% | 14% | 70% | 12% | 81% | 19% |
| BA | 13 | 13 | 1.287 | 249 | 1.536 | 303 | 1.839 | 99 | 19 | 118 | 23 | 141 | 99 | 19 | 118 | 23 | 141 | 84% | 16% | 70% | 14% | 84% | 16% |
| CE | 94 | 94 | 6.103 | 2.115 | 8.218 | 1.334 | 9.552 | 65 | 23 | 87 | 14 | 102 | 65 | 23 | 87 | 14 | 102 | 74% | 26% | 64% | 22% | 86% | 14% |
| DF | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| ES | 1 | 1 | 68 | 6 | 74 | 3 | 77 | 68 | 6 | 74 | 3 | 77 | 68 | 6 | 74 | 3 | 77 | 92% | 8% | 88% | 8% | 96% | 4% |
| GO | 1 | 1 | 45 | 10 | 55 | 20 | 75 | 45 | 10 | 55 | 20 | 75 | 45 | 10 | 55 | 20 | 75 | 82% | 18% | 60% | 13% | 73% | 27% |
| MA | 11 | 11 | 1.033 | 303 | 1.336 | 448 | 1.784 | 94 | 28 | 121 | 41 | 162 | 94 | 28 | 121 | 41 | 162 | 77% | 23% | 58% | 17% | 75% | 25% |
| MG | 57 | 57 | 3.440 | 1.458 | 4.898 | 699 | 5.597 | 60 | 26 | 86 | 12 | 98 | 60 | 26 | 86 | 12 | 98 | 70% | 30% | 61% | 26% | 88% | 12% |
| MS | 47 | 47 | 3.887 | 1.214 | 5.101 | 247 | 5.348 | 83 | 26 | 109 | 5 | 114 | 83 | 26 | 109 | 5 | 114 | 76% | 24% | 73% | 23% | 95% | 5% |
| MT | 14 | 14 | 562 | 200 | 762 | 178 | 940 | 40 | 14 | 54 | 13 | 67 | 40 | 14 | 54 | 13 | 67 | 74% | 26% | 60% | 21% | 81% | 19% |
| PA | 2 | 2 | 557 | 96 | 653 | 64 | 717 | 279 | 48 | 327 | 32 | 359 | 279 | 48 | 327 | 32 | 359 | 85% | 15% | 78% | 13% | 91% | 9% |
| PB | 1 | 1 | 36 | 12 | 48 | 10 | 58 | 36 | 12 | 48 | 10 | 58 | 36 | 12 | 48 | 10 | 58 | 75% | 25% | 62% | 21% | 83% | 17% |
| PE | 12 | 12 | 1.426 | 382 | 1.808 | 548 | 2.356 | 119 | 32 | 151 | 46 | 196 | 119 | 32 | 151 | 46 | 196 | 79% | 21% | 61% | 16% | 77% | 23% |
| PI | 20 | 20 | 872 | 460 | 1.332 | 395 | 1.727 | 44 | 23 | 67 | 20 | 86 | 44 | 23 | 67 | 20 | 86 | 65% | 35% | 50% | 27% | 77% | 23% |
| PR | 7 | 7 | 845 | 149 | 994 | 72 | 1.066 | 121 | 21 | 142 | 10 | 152 | 121 | 21 | 142 | 10 | 152 | 85% | 15% | 79% | 14% | 93% | 7% |
| RJ | 2 | 2 | 230 | 45 | 275 | 43 | 318 | 115 | 23 | 138 | 22 | 159 | 115 | 23 | 138 | 22 | 159 | 84% | 16% | 72% | 14% | 86% | 14% |
| RN | 5 | 5 | 311 | 206 | 517 | 297 | 814 | 62 | 41 | 103 | 59 | 163 | 62 | 41 | 103 | 59 | 163 | 60% | 40% | 38% | 25% | 64% | 36% |
| RO | 1 | 1 | 203 | 10 | 213 | 6 | 219 | 203 | 10 | 213 | 6 | 219 | 203 | 10 | 213 | 6 | 219 | 95% | 5% | 93% | 5% | 97% | 3% |
| RR | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| RS | 17 | 17 | 1.363 | 249 | 1.612 | 214 | 1.826 | 80 | 15 | 95 | 13 | 107 | 80 | 15 | 95 | 13 | 107 | 85% | 15% | 75% | 14% | 88% | 12% |
| SC | 1 | 1 | 112 | 15 | 127 | 30 | 157 | 112 | 15 | 127 | 30 | 157 | 112 | 15 | 127 | 30 | 157 | 88% | 12% | 71% | 10% | 81% | 19% |
| SE | 16 | 16 | 1.000 | 253 | 1.253 | 337 | 1.590 | 63 | 16 | 78 | 21 | 99 | 63 | 16 | 78 | 21 | 99 | 80% | 20% | 63% | 16% | 79% | 21% |
| SP | 38 | 38 | 3.486 | 792 | 4.278 | 342 | 4.620 | 92 | 21 | 113 | 9 | 122 | 92 | 21 | 113 | 9 | 122 | 81% | 19% | 75% | 17% | 93% | 7% |
| TO | 1 | 1 | 149 | 18 | 167 | 7 | 174 | 149 | 18 | 167 | 7 | 174 | 149 | 18 | 167 | 7 | 174 | 89% | 11% | 86% | 10% | 96% | 4% |
| Total | 370 | 370 | 28.700 | 8.396 | 37.096 | 5.862 | 42.958 | 78 | 23 | 100 | 16 | 116 | 78 | 23 | 100 | 16 | 116 | 77% | 23% | 67% | 20% | 86% | 14% |

* SC = Sociedade Civil

** PP = Poder Público

OBS: Nestes dados excluem-se os municípios que não discriminaram, no relatório, os participantes por tipo de representação (sociedade civil ou poder público/governamental)

Tabela 7 – Conferências Intermunicipais e Dados de Participação Social-PoderPúblico/Governamental

| UF | Número de Conferencias | Total de Municípios envolvidos | Participantes | | | | | Média de participantes por conferência | | | | | Média de participantes por Município | | | | | % em relação à SC+PP | | % em relação ao total | | | |
|--------------|------------------------|--------------------------------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--|-----------|------------|-----------|------------|--------------------------------------|----------|-----------|----------|-----------|----------------------|------------|-----------------------|------------|------------|------------|
| | | | SC* | PP** | SC+PP | Conv. | Total | SC | PP | SC+PP | Conv. | Total | SC | PP | SC+PP | Conv. | Total | SC | PP | SC | PP | SC+PP | Conv. |
| AC | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- |
| AL | 3 | 59 | 631 | 238 | 869 | 328 | 1.197 | 210 | 79 | 290 | 109 | 399 | 11 | 4 | 15 | 6 | 20 | 73% | 27% | 53% | 20% | 73% | 27% |
| AM | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- |
| AP | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- |
| BA | 1 | 8 | 102 | 8 | 110 | 2 | 112 | 102 | 8 | 110 | 2 | 112 | 13 | 1 | 14 | 0 | 14 | 93% | 7% | 91% | 7% | 98% | 2% |
| CE | 2 | 8 | 121 | 35 | 156 | 22 | 178 | 61 | 18 | 78 | 11 | 89 | 15 | 4 | 20 | 3 | 22 | 78% | 22% | 68% | 20% | 88% | 12% |
| DF | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- |
| ES | 1 | 7 | 135 | 26 | 161 | 2 | 163 | 135 | 26 | 161 | 2 | 163 | 19 | 4 | 23 | 0 | 23 | 84% | 16% | 83% | 16% | 99% | 1% |
| GO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- |
| MA | 3 | 23 | 288 | 179 | 467 | 148 | 615 | 96 | 60 | 156 | 49 | 205 | 13 | 8 | 20 | 6 | 27 | 62% | 38% | 47% | 29% | 76% | 24% |
| MG | 13 | 124 | 1.509 | 548 | 2.057 | 226 | 2.283 | 116 | 42 | 158 | 17 | 176 | 12 | 4 | 17 | 2 | 18 | 73% | 27% | 66% | 24% | 90% | 10% |
| MS | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- |
| MT | 5 | 31 | 772 | 88 | 860 | 106 | 966 | 154 | 18 | 172 | 21 | 193 | 25 | 3 | 28 | 3 | 31 | 90% | 10% | 80% | 9% | 89% | 11% |
| PA | 1 | 14 | 140 | 30 | 170 | 15 | 185 | 140 | 30 | 170 | 15 | 185 | 10 | 2 | 12 | 1 | 13 | 82% | 18% | 76% | 16% | 92% | 8% |
| PB | 6 | 113 | 730 | 76 | 806 | 26 | 832 | 122 | 13 | 134 | 4 | 139 | 6 | 1 | 7 | 0 | 7 | 91% | 9% | 88% | 9% | 97% | 3% |
| PE | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- |
| PI | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- |
| PR | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- |
| RJ | 1 | 29 | 62 | 53 | 115 | 20 | 135 | 62 | 53 | 115 | 20 | 135 | 2 | 2 | 4 | 1 | 5 | 54% | 46% | 46% | 39% | 85% | 15% |
| RN | 1 | 6 | 175 | 20 | 195 | 0 | 195 | 175 | 20 | 195 | 0 | 195 | 29 | 3 | 33 | 0 | 33 | 90% | 10% | 90% | 10% | 100% | 0% |
| RO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- |
| RR | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- |
| RS | 11 | 141 | 861 | 287 | 1.148 | 57 | 1.205 | 78 | 26 | 104 | 5 | 110 | 6 | 2 | 8 | 0 | 9 | 75% | 25% | 71% | 24% | 95% | 5% |
| SC | 8 | 125 | 507 | 206 | 713 | 86 | 799 | 63 | 26 | 89 | 11 | 100 | 4 | 2 | 6 | 1 | 6 | 71% | 29% | 63% | 26% | 89% | 11% |
| SE | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- |
| SP | 7 | 95 | 469 | 308 | 777 | 49 | 826 | 67 | 44 | 111 | 7 | 118 | 5 | 3 | 8 | 1 | 9 | 60% | 40% | 57% | 37% | 94% | 6% |
| TO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- |
| Total | 63 | 783 | 6.502 | 2.102 | 8.604 | 1.087 | 9.691 | 103 | 33 | 137 | 17 | 154 | 8 | 3 | 11 | 1 | 12 | 76% | 24% | 67% | 22% | 89% | 11% |

* SC = Sociedade Civil

** PP = Poder Público

Tabela 8 – Conferências Municipais + Intermunicipais e Dados de Participação Social-PoderPúblico/Governamental

| UF | Número de Conferências | Total de Municípios envolvidos | Participantes | | | | | Média de participantes por conferência | | | | | Média de participantes por Município | | | | | % em relação à SC+PP | | % em relação ao total | | | |
|--------------|------------------------|--------------------------------|---------------|---------------|---------------|--------------|---------------|--|-----------|------------|-----------|------------|--------------------------------------|----------|-----------|----------|-----------|----------------------|------------|-----------------------|------------|------------|------------|
| | | | SC* | PP** | SC+PP | Conv. | Total | SC | PP | SC+PP | Conv. | Total | SC | PP | SC+PP | Conv. | Total | SC | PP | SC | PP | SC+PP | Conv. |
| AC | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- |
| AL | 5 | 61 | 1.574 | 270 | 1.844 | 363 | 2.207 | 315 | 54 | 369 | 73 | 441 | 26 | 4 | 30 | 6 | 36 | 85% | 15% | 71% | 12% | 84% | 16% |
| AM | 1 | 1 | 98 | 15 | 113 | 56 | 169 | 98 | 15 | 113 | 56 | 169 | 98 | 15 | 113 | 56 | 169 | 87% | 13% | 58% | 9% | 67% | 33% |
| AP | 6 | 6 | 644 | 107 | 751 | 174 | 925 | 107 | 18 | 125 | 29 | 154 | 107 | 18 | 125 | 29 | 154 | 86% | 14% | 70% | 12% | 81% | 19% |
| BA | 14 | 21 | 1.389 | 257 | 1.646 | 305 | 1.951 | 99 | 18 | 118 | 22 | 139 | 66 | 12 | 78 | 15 | 93 | 84% | 16% | 71% | 13% | 84% | 16% |
| CE | 96 | 102 | 6.224 | 2.150 | 8.374 | 1.356 | 9.730 | 65 | 22 | 87 | 14 | 101 | 61 | 21 | 82 | 13 | 95 | 74% | 26% | 64% | 22% | 86% | 14% |
| DF | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- |
| ES | 2 | 8 | 203 | 32 | 235 | 5 | 240 | 102 | 16 | 118 | 3 | 120 | 25 | 4 | 29 | 1 | 30 | 86% | 14% | 85% | 13% | 98% | 2% |
| GO | 1 | 1 | 45 | 10 | 55 | 20 | 75 | 45 | 10 | 55 | 20 | 75 | 45 | 10 | 55 | 20 | 75 | 82% | 18% | 60% | 13% | 73% | 27% |
| MA | 14 | 34 | 1.321 | 482 | 1.803 | 596 | 2.399 | 94 | 34 | 129 | 43 | 171 | 39 | 14 | 53 | 18 | 71 | 73% | 27% | 55% | 20% | 75% | 25% |
| MG | 70 | 181 | 4.949 | 2.006 | 6.955 | 925 | 7.880 | 71 | 29 | 99 | 13 | 113 | 27 | 11 | 38 | 5 | 44 | 71% | 29% | 63% | 25% | 88% | 12% |
| MS | 47 | 47 | 3.887 | 1.214 | 5.101 | 247 | 5.348 | 83 | 26 | 109 | 5 | 114 | 83 | 26 | 109 | 5 | 114 | 76% | 24% | 73% | 23% | 95% | 5% |
| MT | 19 | 45 | 1.334 | 288 | 1.622 | 284 | 1.906 | 70 | 15 | 85 | 15 | 100 | 30 | 6 | 36 | 6 | 42 | 82% | 18% | 70% | 15% | 85% | 15% |
| PA | 3 | 16 | 697 | 126 | 823 | 79 | 902 | 232 | 42 | 274 | 26 | 301 | 44 | 8 | 51 | 5 | 56 | 85% | 15% | 77% | 14% | 91% | 9% |
| PB | 7 | 114 | 766 | 88 | 854 | 36 | 890 | 109 | 13 | 122 | 5 | 127 | 7 | 1 | 7 | 0 | 8 | 90% | 10% | 86% | 10% | 96% | 4% |
| PE | 12 | 12 | 1.426 | 382 | 1.808 | 548 | 2.356 | 119 | 32 | 151 | 46 | 196 | 119 | 32 | 151 | 46 | 196 | 79% | 21% | 61% | 16% | 77% | 23% |
| PI | 20 | 20 | 872 | 460 | 1.332 | 395 | 1.727 | 44 | 23 | 67 | 20 | 86 | 44 | 23 | 67 | 20 | 86 | 65% | 35% | 50% | 27% | 77% | 23% |
| PR | 7 | 7 | 845 | 149 | 994 | 72 | 1.066 | 121 | 21 | 142 | 10 | 152 | 121 | 21 | 142 | 10 | 152 | 85% | 15% | 79% | 14% | 93% | 7% |
| RJ | 3 | 31 | 292 | 98 | 390 | 63 | 453 | 97 | 33 | 130 | 21 | 151 | 9 | 3 | 13 | 2 | 15 | 75% | 25% | 64% | 22% | 86% | 14% |
| RN | 6 | 11 | 486 | 226 | 712 | 297 | 1.009 | 81 | 38 | 119 | 50 | 168 | 44 | 21 | 65 | 27 | 92 | 68% | 32% | 48% | 22% | 71% | 29% |
| RO | 1 | 1 | 203 | 10 | 213 | 6 | 219 | 203 | 10 | 213 | 6 | 219 | 203 | 10 | 213 | 6 | 219 | 95% | 5% | 93% | 5% | 97% | 3% |
| RR | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- | ---- |
| RS | 28 | 158 | 2.224 | 536 | 2.760 | 271 | 3.031 | 79 | 19 | 99 | 10 | 108 | 14 | 3 | 17 | 2 | 19 | 81% | 19% | 73% | 18% | 91% | 9% |
| SC | 9 | 126 | 619 | 221 | 840 | 116 | 956 | 69 | 25 | 93 | 13 | 106 | 5 | 2 | 7 | 1 | 8 | 74% | 26% | 65% | 23% | 88% | 12% |
| SE | 16 | 16 | 1.000 | 253 | 1.253 | 337 | 1.590 | 63 | 16 | 78 | 21 | 99 | 63 | 16 | 78 | 21 | 99 | 80% | 20% | 63% | 16% | 79% | 21% |
| SP | 45 | 133 | 3.955 | 1.100 | 5.055 | 391 | 5.446 | 88 | 24 | 112 | 9 | 121 | 30 | 8 | 38 | 3 | 41 | 78% | 22% | 73% | 20% | 93% | 7% |
| TO | 1 | 1 | 149 | 18 | 167 | 7 | 174 | 149 | 18 | 167 | 7 | 174 | 149 | 18 | 167 | 7 | 174 | 89% | 11% | 86% | 10% | 96% | 4% |
| Total | 433 | 1.153 | 35.202 | 10.498 | 45.700 | 6.949 | 52.649 | 81 | 24 | 106 | 16 | 122 | 31 | 9 | 40 | 6 | 46 | 77% | 23% | 67% | 20% | 87% | 13% |

* SC = Sociedade Civil

** PP = Poder Público

OBS: Nestes dados excluem-se os municípios (Bom Jesus das Selvas/MA, Grajaú/MA, Orlândia/SP, Paraipaba/CE e Rio Grande/RS) que não discriminaram, no relatório, os participantes por tipo de representação (sociedade civil ou poder público/governamental)

Tabela 9 – Relação dos Municípios que se envolveram em mais de uma conferência municipal ou intermunicipal

| UF | Municípios |
|-----------|-----------------------|
| MG | Ouro Preto |
| MG | Monte Alegre de Minas |
| MG | Centralina |
| MT | Barão de Melgaço |
| PA | Belém |
| PB | Uiraúna |
| PB | Assunção |
| PB | Triunfo |
| PB | Cabaceiras |
| PB | Camalaú |
| RJ | Duque de Caxias |
| RJ | Nova Iguaçu |
| SC | Nova Trento |
| SC | Brusque |
| SC | Campos Novos |
| SC | Florianópolis |
| SP | Dourado |
| SP | Guaíra |
| SP | Monte Alto |